



# Ministério da Agricultura e Ambiente



PROGRAMA DE PROMOÇÃO DE OPORTUNIDADES  
SOCIOECONÓMICAS RURAIS

## ESTUDO COMPARATIVO

**DIAGNÓSTICO DO PERFIL DAS ACDs PARCEIRAS DO POSER E SEU PAPEL (POTENCIAL  
OU REAL) NA PROMOÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE CARIZ ECONÓMICO NAS SUAS  
COMUNIDADES**

**2021**

## FICHA TÉCNICA

**Entidade responsável pelo estudo:** Programa de Promoção das Oportunidades Sócio-Económicas Rurais (POSER/MAA)

**Parceria:** Escola de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA/UNICV)

**Comité técnico:** Delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente

**Estudo realizado por:**

Vladmir Silves Ferreira - Coordenador

Flávia Santos - Especialista

## **LISTA DE SIGLAS**

**ACDs** – Associações de Desenvolvimento Comunitários

**CNP** - Comité Nacional de Pilotagem

**COSPE** - Cooperação para o Desenvolvimento dos Países Emergentes

**CRP** – Comissão Regional de Parceiros

**ENSAN** - Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

**FFE** - Fundo Fiduciário Espanhol

**FIDA** - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

**ICIEG** – Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**MAA** - Ministério da Agricultura e Ambiente

**MDR** – Ministério do Desenvolvimento Rural

**ONGs** – Organizações não governamentais

**PANSAN** - Plano Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional

**PEDS** - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

**PLPR** - Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural

**PNIASAN** - Plano Nacional de Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional

**POSER** - Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais

**QDMP** - Programa do Governo e o Quadro de Despesa de Médio Prazo

**RB-COSOP** - Results-based Country Strategic Opportunities Programme

**SISAN** - Sistema de Informação da Segurança Alimentar e Nutricional

**UCP** - Unidade de Coordenação do Programa

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Razões para a falta de sede segundo ilha .....	60
Quadro 2 - Razões para a falta de atas segundo ilha .....	72
Quadro 3 - Razões para a falta de planos de atividades segundo ilha.....	74
Quadro 4 - Razões para a falta de relatório de atividades segundo ilha .....	76
Quadro 5 - Razões para a falta de contabilidade organizada segundo ilha .....	77
Quadro 6 - Entidades que possuem protocolos de geminação com ACDs segundo ilha.	97
Quadro 7 - Resultados práticos das geminações segundo ilha.....	98
Quadro 8 - Formações ministradas diretamente pela associação ou em parcerias com outras entidades nos últimos dois anos segundo ilha .....	100
Quadro 9 - Constrangimentos no domínio da formação segundo ilha.....	102
Quadro 10 - Constrangimentos no domínio da organização segundo ilha.....	102
Quadro 11 - Constrangimentos no domínio de finanças segundo ilha.....	103
Quadro 12 - Razões para a inexistência de comissões de mulheres segundo ilha .....	105
Quadro 13 - Razões para a inexistência de comissões de jovens segundo ilha.....	106
Quadro 14 - Configuração da estrutura e o funcionamento atuais da cadeia produtiva .....	113
Quadro 15 - Papel da associação enquanto intermediário na ligação entre produtores, comerciantes e consumidores ou mercados.....	120
Quadro 16 - Infra-estruturas adequadas para processos de adição de valor segundo municípios.....	126
Quadro 17 - Papel das ACD na promoção de organizações de cariz económico segundo municípios.....	129
Quadro 18 - Alternativas económicas locais .....	135
Quadro 19 - Projetos fundamentais para o desenvolvimento da localidade segundo municípios.....	136
Quadro 20 - Recomendações dos líderes associativos segundo municípios .....	139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e a taxa de cobertura .....	38
Tabela 2 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e número de inquiridores.....	40
Tabela 3 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e a taxa de cobertura .....	42
Tabela 4 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e número de inquiridores.....	43
Tabela 5 – Total de projetos implementados .....	56
Tabela 6 - Data de fundação das associações segundo ilha .....	58
Tabela 7 - Anos de funcionamento das associações segundo ilha .....	58
Tabela 8 - Personalidade jurídica das associações segundo ilha .....	59
Tabela 9 - Posse de sede segundo ilha .....	59
Tabela 10 - Modalidade de sede segundo ilha .....	61
Tabela 11 - Valor das jóias de admissão dos sócios segundo ilha .....	61
Tabela 12 - Valor mensal das quotas segundo ilha.....	62
Tabela 13 - Regularidade no pagamento das quotas segundo ilha.....	63
Tabela 14 - Número de membros fundadores segundo ilha .....	64
Tabela 15 - Número de membros fundadores por género segundo ilha .....	64
Tabela 16 - Número de membros atuais segundo ilha.....	65
Tabela 17 - Número de membros atuais por género segundo ilha .....	66
Tabela 18 - Data da última reunião do conselho diretivo segundo ilha .....	70
Tabela 19 - Data da última reunião do conselho fiscal segundo ilha .....	70
Tabela 20 - Data da última reunião da Assembleia Geral segundo ilha .....	71
Tabela 21 - Existência de atas das reuniões dos diferentes órgãos segundo ilha.....	72
Tabela 22 - Responsabilidade de elaboração de atas segundo ilha .....	73
Tabela 23 - Existência de planos de atividades segundo ilha .....	74
Tabela 24 - Existência de relatório de atividades e contas segundo ilha .....	75
Tabela 25 - Contabilidade organizada segundo ilha .....	76
Tabela 26 - Faixa etária do presidente da direção segundo ilha .....	78
Tabela 27 - Género do presidente de direção segundo ilha.....	78
Tabela 28 - Habilitações do presidente de direção segundo ilha.....	79

Tabela 29 - Género do presidente do conselho fiscal segundo ilha .....	79
Tabela 30 - Habilitações do presidente do conselho fiscal segundo ilha .....	80
Tabela 31 - Género do presidente da assembleia geral segundo ilha .....	81
Tabela 32 - Habilitações do presidente da assembleia geral segundo ilha.....	81
Tabela 33 - Formação específica para o exercício das funções do presidente de direção segundo ilha.....	82
Tabela 34 - Formação específica para o exercício das funções do presidente da assembleia geral segundo ilha.....	82
Tabela 35 - Formação específica para o exercício das funções do presidente do conselho fiscal segundo ilha .....	83
Tabela 36 - Frequência de renovação de órgãos sociais desde 2010 segundo ilha .....	86
Tabela 37 - Data da última eleição dos órgãos sociais segundo ilha .....	87
Tabela 38 - Número de mandatos consecutivos segundo ilha .....	88
Tabela 39 - Principais parceiros da associação segundo ilha .....	90
Tabela 40 - Geminação feita segundo ilha .....	96
Tabela 41 - Resultados práticos das geminações segundo ilha .....	98
Tabela 42 - Montantes mobilizados para a implementação dos projetos segundo ilha ..	99
Tabela 43 - Áreas de formação abrangidas segundo ilha.....	101
Tabela 44 - Principais constrangimentos atuais da associação segundo ilha .....	101
Tabela 45 - Existência de comissão de mulheres e jovens segundo ilha .....	104
Tabela 46 - Nível de participação dos sócios na vida da associação segundo ilha .....	107
Tabela 47 - Relacionamento entre os membros segundo ilha.....	109
Tabela 48 - Quem toma decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade segundo ilha .....	110
Tabela 49 - Infraestruturas sociais construídas na comunidade pela associação segundo ilha .....	111

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
1.1 OBJETIVOS	9
<b>2. CONTEXTO GERAL</b>	<b>10</b>
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>27</b>
3.1 ANÁLISE DOCUMENTAL	32
3.2 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	33
3.2.1. AMOSTRAGEM	38
3.3 INQUÉRITO POR ENTREVISTA	41
<b>4. ANÁLISE DOS PROJETOS IMPLEMENTADOS PELO POSER</b>	<b>44</b>
<b>5. ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ACDS</b>	<b>57</b>
<b>6. PERFIS DE LIDERANÇA</b>	<b>77</b>
<b>7. REALIZAÇÃO REGULAR DE ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NAS TOMADAS DE DECISÃO</b>	<b>83</b>
<b>8. DINÂMICA E CAPACIDADE DE AÇÃO DAS ACDS</b>	<b>88</b>
<b>9. GÉNERO, JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS</b>	<b>104</b>
<b>10. INFRAESTRUTURAS SOCIAIS CONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE PELA ASSOCIAÇÃO</b>	<b>110</b>
<b>11. PAPEL DAS ACD'S NO DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR POR MUNICÍPIO</b>	<b>112</b>
<b>12. CONCLUSÕES</b>	<b>141</b>
<b>13. RECOMENDAÇÕES</b>	<b>155</b>
<b>14. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>156</b>
<b>15. ANEXOS</b>	<b>159</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O Associativismo em Cabo Verde tem as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a própria história do país, visto que sempre existiu um espírito de solidariedade e ajuda mútua nas comunidades tanto em trabalhos agrícolas como em atividades sociais como casamentos, baptizados e mortes. Expressão como o “Djunta mó”<sup>1</sup> ilustram a predisposição dos caboverdianos para cooperação e solidariedade comunitária em determinados contextos.

Estas atividades ganharam maior relevo com a independência nacional, onde foram fundadas as organizações de massas de carácter partidário. De igual modo, foram criadas mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção por quase todas as ilhas sob o impulso do partido no poder através da criação do então Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas (Pina, 2008).

Com a instalação do regime democrático a partir de 1991<sup>2</sup>, o movimento associativo ganha maior força e torna-se independente das tutelas do Estado, assumindo uma posição de relevo na construção da sociedade civil cabo-verdiana. Essas organizações se consolidaram e constituem hoje parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário; poupança e crédito, actividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza; promoção da mulher; planeamento familiar; apoio aos deficientes; ambiente; informação, educação, comunicação e na defesa dos direitos humanos, desempenhando um papel na luta para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida das comunidades.

De acordo com o Guia das ONGs de Cabo Verde (2015) existe um total de 724 Organizações da Sociedade Civil de fim não lucrativo no território nacional. Do universo das organizações depuradas, a grande maioria (73%) representa as organizações de

---

<sup>1</sup> Juntar as mãos, ajuda mútua (tradução livre). Desde a génese da sociedade caboverdiana vigora o espírito de ajuda mútua nas cerimónias fúnebres, nas festas de casamento, batizado, festas religiosas, construção de habitações, trabalhos agrícolas.

<sup>2</sup> Enquanto colónia, a Coroa Portuguesa não incentivava iniciativas de âmbito associativo. Com o fim do regime de partido único e primeiras eleições pluripartidárias, o associativismo deixou de ser tutelado pelo Estado.



desenvolvimento comunitário, instituições que pelas suas valências atuam a nível do desenvolvimento económico e social e trabalham para o benefício direto das suas comunidades, criando as condições básicas, designadamente a nível de infraestruturas e equipamentos sociais, importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza.

As Associações Comunitárias de Desenvolvimento têm tido um papel central na Execução das atividades do POSER, sobretudo na formulação e execução de microprojetos, bem como na identificação dos beneficiários diretos por via de assembleias comunitárias. Não obstante a mudança de orientação estratégica do Programa, ocorrida em 2017, que passou a focar em projetos estruturantes mais especializados, as Associações continuaram a participar, de forma ativa, na implementação do POSER, nomeadamente, na implementação das ações de animação, comunicação, intercâmbio e mobilização comunitária.

Assim sendo, na fase de extensão do Programa que vai até 2022, a Unidade de Coordenação acredita que as Associações Comunitárias de Desenvolvimento podem desempenhar o papel de facilitadores do processo de desenvolvimento das cadeias de valor no setor agrícola e pecuária, a jusante dos investimentos feitos nos projetos estruturantes de mobilização de água e de promoção da agricultura de regadio.

Neste âmbito, a UCP-POSER recrutou uma consultoria especializada da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais, da Universidade de Cabo Verde, através de um contrato estabelecido, para o desenvolvimento de um estudo-diagnóstico que trace o perfil de tais ACDs e que analise e avalie o seu potencial de ser parceiro do POSER na empreitada de implementar a estratégia de desenvolvimento das cadeias de valor a partir dos projetos financiados pelo Programa, com especial destaque para os de Agricultura, da Pecuária e da Pesca.

## **1.1 OBJETIVOS**

O estudo-diagnóstico tem dois objetivos:

- Traçar o perfil das Associações Comunitárias de Desenvolvimento Parceiras do POSER, com base nos dados recolhidos via aplicação do questionário apensado a este documento;

- Analisar/apreciar o papel, potencial ou real, de tais Associações, de apoio à implementação, pelo POSER, da sua estratégia de desenvolvimento de cadeias de valor, a partir dos projetos implementados nas diferentes regiões de intervenção.

## 2. CONTEXTO GERAL

O Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER) é um Programa de desenvolvimento rural do Governo de Cabo Verde, tutelado pelo Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), para a promoção das oportunidades de emprego e rendimento para a população rural mais vulnerável, visando o desenvolvimento integrado de Cabo Verde. O POSER é cofinanciado pelo Governo de Cabo Verde, pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e pelo Fundo Fiduciário Espanhol (FFE).

O programa sucedeu ao Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), que durou 12 anos, de 2000 a 2012. No final desse ano é publicado o Decreto n.º 13/2012, a 28 de dezembro (Boletim Oficial n.º 71, I Série, de 28 de dezembro), que aprova o Acordo de Financiamento entre a República de Cabo Verde, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Fundo Fiduciário do mecanismo de co-financiamento Espanhol para a segurança alimentar, assinado em Roma, Itália, a 29 de Outubro de 2012. Tal acordo viria a ser emendado em 27 de maio de 2013, emendado e reformulado em 16 de dezembro de 2014, emendado em 4 de julho de 2017, emendado e reformulado em 4 de novembro de 2019 e recentemente em 4 de fevereiro de 2021, pelo Decreto n.º 1/2021<sup>3</sup> (B. O. N.º 11, I série, de 4 de fevereiro de 2021).

O Programa POSER está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), que constitui um instrumento de planeamento, que se insere entre o Programa do Governo e o Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP) onde se estabelece as grandes

---

<sup>3</sup> No referido decreto é aprovada a Emenda ao Acordo de Financiamento no âmbito do Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER), entre a República de Cabo verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Fundo Fiduciário do Mecanismo de Co-financiamento Espanhol para a Segurança Alimentar e o Fundo Fiduciário para o Programa de adaptação da Agricultura Camponesa.

orientações de política, com base na descrição dos programas setoriais e de políticas macroeconómicas, estruturais e sociais de Cabo Verde para um período de médio e longo prazo (5 ou mais anos). O seu objetivo é a promoção de um desenvolvimento sustentável do país, baseado num novo modelo de crescimento económico, assente em um novo modelo de Estado e focado na melhoria da qualidade de vida das pessoas. É elaborado pelas autoridades cabo-verdianas com a participação dos agentes da sociedade conjuntamente com os parceiros de desenvolvimento do país incluindo as Nações Unidas, os membros do GAO, o Fundo Monetário Internacional e outros parceiros multilaterais e bilaterais .

O Programa POSER foi dividido em 3 fases, sendo a primeira de 2013 a 2015, a segunda de 2016 a 2018 e uma terceira fase de 2019 a 2022.

O objetivo global do POSER é contribuir para a melhoria das condições de vida das populações rurais pobres, aumentar o rendimento das famílias agrícolas e das comunidades pesqueiras de forma resiliente às mudanças climáticas, pela via de empregos gerados, melhorando as condições de bem-estar das populações pobres das regiões de intervenção do programa.

Segundo o Decreto n.º 1/2021, de 4 de fevereiro, os objetivos do Programa são estruturados em quatro componentes:

Componente 1: Fundo de Financiamento dos Programas regionais de luta contra a pobreza (PRLP), cujo objetivo é apoiar a implementação de projetos estruturantes e microprojetos que serão desenvolvidos e executados a partir desses projetos estruturantes, solicitados pelas populações rurais;

Componente 2: treinamento, animação e ligação em rede (Networking), cujo objetivo é a consolidação e perenidade das estruturas institucionais (Organização de Produtores, ACDs e outros parceiros locais) implementados pelo POSER na medida em que constituem instrumentos de enquadramento e apoio à implementação de projetos estruturantes e microprojetos;

Componente 3: Apoio institucional para a adaptação de pequenas propriedades agrícolas às mudanças climáticas;

Componente 4: Coordenação e gestão, cujo objetivo é apoiar a UCP nas suas funções.

O programa tem como grupos-alvo<sup>4</sup> sobretudo mulheres chefes de família, jovens desempregados das comunidades rurais; indivíduos e famílias identificadas pelas comunidades, tendo por base os critérios de vulnerabilidade. Neste caso, os beneficiários seriam identificados pelas comunidades, de acordo com a vulnerabilidade que apresentam.

Na mesma linha, o relatório do Programa de opções estratégicas para o país da missão de conceção do RB-COSOP<sup>5</sup> 2019-2024 enuncia que os grupos-alvo prioritários do FIDA são os agricultores familiares de baixa renda, as mulheres chefes de família e os jovens (15 a 35 anos) entre os segmentos mais vulneráveis.

As mulheres surgem como vulneráveis devido aos “pesados encargos domésticos e agrícolas, à fraca autonomia económica e financeira e às dificuldades de acesso aos fatores de produção (terra, financiamento, etc.)” (FIDA, 2018: 3). São 21% as famílias rurais chefiadas por mulheres. Elas “são ativas em todos os elos dos setores agrícolas (agricultura, pecuária) e no comércio do peixe. No entanto, a dificuldade de acesso à terra posiciona-as principalmente nas atividades pós-colheita (processamento, comercialização)” (FIDA, 2018: 3).

Por seu turno, tal dificuldade de acesso a fatores de produção, especialmente à terra, também afeta os jovens, “o que os orienta para serviços de agricultura (processamento, comercialização), pecuária, atividades não agrícolas, incluindo o artesanato, prestação de serviços como mão de obra e o êxodo rural (FIDA, 2018: 3). No entanto, há exemplos de jovens produtores que começaram a investir na agricultura de forma empreendedora. Eles adotam técnicas modernas (por exemplo, hidroponia), visam produções de qualidade e possibilidade de venda regular nos mercados locais.

Neste sentido, um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável prende-se com a igualdade de género e visa “assegurar que as mulheres e as meninas, assim como os homens e meninos, tenham as mesmas oportunidades de participação, acesso e benefício do processo de desenvolvimento” (Ministério das Finanças, 2018: 151).

---

<sup>4</sup> De acordo com o Decreto n.º 13/2012, de 28 de dezembro, a população alvo são os pobres rurais da Zona de intervenção do Programa e que são membros das Associações Comunitárias de Desenvolvimento (ACD). Ao nível das ACDs abrangem 41.020 famílias e totalizando perto de 205.000 beneficiários.

<sup>5</sup> Sigla originária da versão em língua inglesa: Results-based Country Strategic Opportunities Programme

O Governo de Cabo Verde prevê a adoção de medidas corretoras das desigualdades de género, a nível dos diferentes setores.

De acordo com o estudo conjunto realizado pelo INE e pelo ICIEG, “Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números, 2017”, o mercado de emprego mostra uma acentuada segregação por sexo, com áreas predominantemente femininas e outras predominantemente masculinas. As mulheres marcam maior presença nas profissões relacionadas com serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedoras com 64,1% de mulheres e as profissões relacionadas com especialistas das atividades intelectuais e científicas (56%), enquanto os homens dominam as profissões relacionadas com operadores de instalações, máquinas e montagem (92,8%), a agricultura, pesca e floresta (84,3%) e trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (INE e ICIEG, 2017).

A maioria dos agregados familiares são representados por homens (54%). Quanto à distribuição da população agrícola constata-se que 50,9% são mulheres e 49,1% são homens. Nota-se uma grande diferença entre os sexos na distribuição de mão-de obra no setor agrícola por grupo etário. Enquanto que 53,2% dos homens se dedicam à agricultura na faixa etária dos 15-34 anos, as mulheres se dedicam mais a esse setor na faixa etária 35-64 anos (INE e ICIEG, 2017).

Quando se atém ao trabalho reprodutivo não remunerado, ou seja, o conjunto de trabalhos integrados no trabalho doméstico familiar, os cuidados infantis, cuidados a dependentes e doentes que se realiza para o próprio agregado familiar, e ainda o trabalho de voluntariado na comunidade e de apoio prestado a outros agregados familiares, que se realiza de forma gratuita, as diferenças de género são mais visíveis nas atividades de trabalho doméstico que são realizadas no espaço privado, em casa, a participação das mulheres comparativamente aos homens é superior: (87% contra 66%, respetivamente). As taxas mais elevadas da participação das mulheres registam-se nas tarefas de preparação e confeção dos alimentos (71,5%) e na limpeza/arrumação da casa (65,6%), ao passo que o homem a sua maior taxa de participação se regista nos trabalhos de manutenção, reparação e gestão externa (59%) e criação de animais e cultivo de terra (46,9%) (INE e ICIEG, 2017).

As principais áreas de intervenção do Programa POSER são a agricultura, a pecuária, a pesca e a transformação agro-alimentar.

O Programa abrange as zonas rurais das ilhas de Brava, Fogo, Maio, Santo Antão, São Nicolau, Santiago e São Vicente. As ilhas do Sal<sup>6</sup> e da Boa Vista<sup>7</sup> não estão incluídas no Programa porque o FIDA leva em consideração a taxa de incidência da pobreza. As atividades financiadas pela doação do Fundo Fiduciário para o Programa de Adaptação da Agricultura Camponesa (Fundo Fiduciário ASAP) concentram-se principalmente nas ilhas Brava, Fogo, Santiago e São Nicolau (Decreto n.º 1/2021, de 4 de fevereiro).

A coordenação e gestão do programa está a cargo da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), sediada na cidade da Praia. A UCP é composta por um Coordenador com o apoio de uma equipa técnica. Foram criadas unidades técnicas para a gestão técnica e administrativa a nível das 9 regiões de intervenção do Programa, constituindo estruturas dependentes da Unidade de Coordenação do Programa (UCP-POSER).

Considerando a natureza técnico-específica das ações que o Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER) implementa e atendendo à necessidade de as mesmas estarem plenamente integradas no âmbito da Política do Desenvolvimento Rural do país, no quadro de gestão Governativa da IX Legislatura, pela Resolução n.º 77/2016, de 2 de novembro (B.O. n.º 61, I Série, de 2 de novembro de 2016) transfere-se para o Ministério da Agricultura e Ambiente a gestão do POSER, que estava assegurada até aquele momento pelo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, responsável pela área de Solidariedade Social.

A Resolução n.º 69/2017, de 7 de Julho (B. O. N.º 39, de 7 de julho de 2017) vem criar o Comité Nacional de Pilotagem do Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (CNP-POSER), sendo uma instância de natureza consultiva, de articulação multisectorial, de seguimento e apoio ao Programa que tem por objetivo assegurar a articulação de políticas sectoriais, elaborar propostas e programas de atividades que contribuam para desenvolver estas políticas, fortalecer a cooperação entre as entidades e

---

<sup>6</sup> A ilha do Sal é a segunda ilha menos pobre de Cabo Verde, com uma incidência de 19%, um PIB/capita de 5.498 dólares americanos, o segundo mais elevado de Cabo Verde (Ministério das Finanças, 2018).

<sup>7</sup> A ilha da Boa Vista é a ilha menos pobre de Cabo Verde, com uma incidência de 8,3%, um PIB/capita de 6.342 dólares americanos, o mais elevado de Cabo Verde (Ministério das Finanças, 2018).

organizações públicas e privadas internas, da sociedade civil e entidades internacionais que intervenham no domínio do POSER.

Tendo em conta o relatório do Programa de opções estratégicas para o país da missão de conceção do RB-COSOP 2019-2024, que orienta o conteúdo da carteira do FIDA, em Cabo Verde 35% da população vive ainda na pobreza e essa taxa atinge 48% no meio rural (FIDA, 2018). Quando nos reportamos ao sexo, a maioria dos pobres são do sexo feminino (53%) e residem no meio urbano (51%). A ilha de Santiago acolhe a maioria da população pobre, sendo que 21% reside no concelho da Praia. Os pobres residem maioritariamente em famílias numerosas (61%) e cerca de 44% vivem em famílias monoparentais (INE e ICIEG, 2017).

Um dos aspetos principais da pobreza em Cabo Verde, nomeadamente no meio rural, é a insegurança alimentar (Ministério das Finanças, 2018).

No meio rural as populações “vivem essencialmente da agricultura, caracterizada por uma fraca disponibilidade em água e terras aráveis, uma alta vulnerabilidade face aos riscos climáticos exacerbados pelos efeitos da mudança climática. Os agricultores familiares, especialmente as mulheres e os jovens, continuam sendo os segmentos mais vulneráveis, principalmente devido a uma renda com fraca diversificação” (FIDA, 2018: iv).

A agricultura contribui em cerca de 8% do PIB nacional e a população agrícola representa cerca de 34,8% da população total do país (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

Segundo o relatório do RB-COSOP, em 2015, a agricultura em Cabo Verde era praticada por 45.400 explorações agrícolas familiares. Ilhas como Santiago, Santo Antão e Fogo detém a maioria das explorações agrícolas familiares. A população agrícola é estimada em 182000 pessoas. “A maioria das terras é cultivada pelos proprietários, 21% em regime de parceria, 12,5% a título de aluguer, 4,4% de usufruto (Maio, Sal e São Vicente) e 4,3% de empréstimo para usar (Brava)” (FIDA, 2018: 2).

A nível da produção agrícola, Cabo Verde importa mais de 80% dos alimentos de que necessita a sua população, onde 10% da superfície do país tem vocação agrícola (Ministério das Finanças, 2018).

A exportação em Cabo Verde é ainda muito limitada a um número reduzido de produtos, cobrindo apenas 5% das importações (Ministério das Finanças, 2018).

No entanto, há uma dependência elevada de bens estratégicos como produtos alimentares e energéticos. As importações equivalem a 40% do PIB e as importações alimentares representam cerca de 35% do total das importações de mercadorias (Ministério das Finanças, 2018).

Fatores como a topografia, chuvas irregulares e a dificuldade de acesso à água limitam as capacidades produtivas das famílias rurais que praticam principalmente a agricultura de sequeiro (milho, feijão, mandioca) e a pequena pecuária. “As principais culturas de rendimento são a cana-de-açúcar, a uva e o café. O processamento de produtos agrícolas continua fraco. É principalmente a cana-de-açúcar (grogue), frutas (vinho, geleia, licores), leite de cabra (queijo) e o café” (FIDA, 2018: 2).

A diminuição e a irregularidade da pluviometria estão na origem das secas, com efeitos na degradação de solos com a perda de matéria orgânica e diminuição da capacidade de retenção de água. Com o nível dos lençóis freáticos a baixar, a salinidade dos solos aumenta com a infiltração da água do mar, reduzindo as superfícies. Concorre para a acentuada erosão dos solos a orografia das ilhas, chuvas torrenciais, práticas agrícolas inadequadas e pastoreio livre (Ministério das Finanças, 2018).

O país é caracterizado por uma situação de escassez hídrica em termos de disponibilidade de água por habitante, constituindo um dos principais obstáculos ao desenvolvimento económico de Cabo Verde. A disponibilidade de água se constitui assim um fator importante de vulnerabilidade de Cabo Verde devido a precipitações irregulares, de forte intensidade e mal distribuídas no espaço e tempo, elevadas taxas de evapotranspiração, condições orográficas desfavoráveis, sobre-exploração dos poços e furos, particularmente nas zonas costeiras, aliadas a uma infiltração deficiente (Ministério das Finanças, 2018), que associadas à redução global do escoamento anual nas regiões de altitude, às assimetrias sazonais da disponibilidade de água, à degradação da qualidade das águas subterrâneas e à diminuição da recarga aquífera vem a constituir os principais impactos das alterações climáticas sobre a água em Cabo Verde, levando a um elevado stress hídrico (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

A condição de país Saheliano (clima tropical seco, com período chuvoso irregular de 3 meses), as mudanças climáticas registadas nos últimos anos e eventos naturais extremos, como a seca de 2014, o furacão FRED em 2015, as chuvas muito torrenciais de



2016 no norte do arquipélago, que devastou muitas infraestruturas e terrenos agrícolas em Santo Antão, e a seca severa que se arrasta desde 2017 trouxeram como consequências a degradação da qualidade da água e o défice no seu abastecimento; a diminuição da produção hortofrutícola; a diminuição da produção pecuária e ruminantes; a diminuição drástica do rendimento das famílias agrícolas; o agravamento da situação alimentar e nutricional das famílias rurais; o risco aumentado de degradação das áreas protegidas terrestres (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

Nota-se uma fraca reserva de água subterrânea (furos e poços com pouca água ou falidas); barragens secas ou em reserva técnica baixa; ecossistemas com falta de água; falta de pasto; agricultura de sequeiro<sup>8</sup> improdutiva; parcelas de regadio<sup>9</sup> diminuídas ou temporariamente abandonadas; proliferação de pragas e doenças; risco de intrusão salina – aquíferos contaminados; árvores e arbustos secos, maior risco de incêndios florestais; acesso físico e financeiro (das famílias afetadas) aos alimentos reduzido; abandono escolar; pobreza, êxodo rural (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

Por forma a mitigar essas consequências, implementou-se o programa emergencial de mitigação e de resiliência à seca em Cabo Verde.

A população agrícola é a mais afetada por essa situação de seca severa prolongada, enfrentando a falta de produção de alimentos para o autoconsumo, a falta de rendimento e a grande penúria de água para o abastecimento público e para a irrigação (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

Por outro lado, a situação fitossanitária caracterizou-se por significativos ataques de pragas. É o caso de gafanhotos (eclosões registadas em São Domingos, Praia, Ribeira Grande e Santa Cruz na ilha de Santiago, na Brava e em São Nicolau) e lagarta-do-cartuxo do milho (eclosões registadas nas ilhas de Santiago, Fogo e Brava) que provocam danos e

---

<sup>8</sup> A agricultura de sequeiro representa 95% das terras agrícolas cultivadas no país e é a mais predominante, pois é praticada por mais de 86% de agricultores cabo-verdianos. Apesar da sua vasta área cultivada, a produtividade no sequeiro é muito baixa, devido à escassez das precipitações e sua irregularidade durante o ciclo produtivo (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

<sup>9</sup> O regadio ocupa uma área de cerca de 3,700 há, produz uma diversidade de culturas hortícolas, destinadas não apenas ao autoconsumo, mas também à comercialização, constituindo-se na principal fonte de rendimento das famílias rurais, lá onde é praticado (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

estragos consideráveis, caso não forem controlados (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável - PEDS 2017/2021, “os desafios maiores da agricultura são, antes de mais, a garantia da qualidade dos produtos e a sua certificação, a organização dos produtores para responder à procura efetiva e potencial, a circulação dos produtos e a competitividade” (Ministério das Finanças, 2018: 88). O setor agrícola enfrenta desafios da necessidade de aumentar a produção através do fomento de explorações agrícolas modernas, voltadas para o rendimento e não para a subsistência; a necessidade de se adaptar às mudanças climáticas. De modo a superar tais desafios, o Governo propõe o desenvolvimento de sistemas produtivos, tais como unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas, tecnologicamente modernas, rentáveis e ambientalmente sustentáveis, massificação de culturas voltadas para a produção hortícola, fruticultura e leguminosas (Ministério das Finanças, 2018).

A produção agropecuária e silvícola é ainda baixa. “A taxa de penetração de gota a gota é de apenas 29%, predominando a rega tradicional por alagamento que consome 2 vezes mais a quantidade de água utilizado na rega gota a gota” (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019: 28).

Um dos focos do Plano Nacional de Investimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional (PNIASAN) é a promoção de cadeias de valor agrícola.

A Lei n.º 37/IX/2018 estabelece os princípios, normas e procedimentos que garantem o reconhecimento e exercício efetivo do Direito Humano a uma Alimentação Adequada e define as bases orientadoras da política de Segurança Alimentar e Nutricional. Pelo artigo 3º da referida lei, a segurança alimentar e nutricional é entendida como a garantia de que um indivíduo, a nível pessoal, familiar, comunitário e/ou inserido em um grupo específico, acede em qualquer momento e lugar, de forma regular e permanente, a alimentos suficientes, inócuos, nutritivos e segundo as suas referências culturais. O n.º 1 do artigo 7º vem reforçar que é obrigação do Estado respeitar, proteger, promover, regular, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como garantir os mecanismos para a sua exigibilidade e tutela (B.O. n.º 55, I Série, de 16 de agosto de 2018).

Anteriormente, a Resolução n.º 68/2015 (B.O. n.º 45, I Série, de 27 de julho de 2015) aprovou o Plano Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional 2014-2016 (PANSAN 2014-2016). O plano é o documento orientador da Execução da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSAN – horizonte 2020), que tem por objetivo assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável, nutritiva e segura, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas, por forma a realizar seu direito humano à alimentação adequada. Nesse plano se reconhece o papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional, como principal instrumento para aumentar a disponibilidade local de alimentos, sem desconhecer a importância do setor da pesca. Entendem que as famílias do meio rural estão sujeitas a maiores riscos de insegurança alimentar e nutricional cuja subsistência depende da variabilidade da produção agrícola, bem como as populações das zonas urbanas vulneráveis.

Constituem alguns eixos prioritários de atuação a logística agrícola e assistência à comercialização a nível de edificação e gestão de centros pós-colheita, assistência técnica aos produtores e organização do comércio de produtos; assistência à organização da classe produtiva a nível da promoção de cooperativas e empresas agrícolas, através da produção da legislação necessária, projetos de incubação e parcerias úteis com as câmaras de comércio, agricultura, indústria e serviços e outras organizações; e promoção de atividades de rendimento por via de financiamento e assistência técnica específica para micro e pequenos projetos familiares e comunitários, inseridos no programa de redução da pobreza (projetos agrícolas, de pecuária, de transformação e comercialização de produtos alimentares, de produção de carvão, etc.) – POSER (Ministério das Finanças, 2018).

Tais eixos vão ao encontro do PANSAN onde o 3º objetivo estratégico é o de aumento da produção agropecuária e das pescas de forma sustentável, aprimorando os mecanismos de abastecimento alimentar, com técnicas inovadoras e ampliando a participação dos jovens, o aumento da produção e diversificação das atividades, mitigando o êxodo rural. Com este objetivo visa-se ainda construir mercados locais mais dinâmicos, circuitos de distribuição melhor organizados, com maior participação da produção local (Resolução n.º 68/2015).

Neste cenário, o SISAN (Sistema de Informação da Segurança Alimentar e Nutricional) constitui um sistema de seguimento e avaliação das ações do SAN (Segurança Alimentar e Nutricional). O sistema está voltado para o mercado, contempla os dados e informações sobre a produção agrícola, pecuária e pesqueira, os centros de coleta, preços no produtor e no consumidor, complementados com dados sobre as importações, os stocks de produtos de maior consumo, entre outros. Visam prevenir precocemente situações de baixa disponibilidade de produtos no mercado ou alta exagerada dos preços que dificultam o acesso aos alimentos pelos segmentos mais vulneráveis.

Tendo em conta o 3º objetivo estratégico, e alinhado com o PEDS, o aumento da produção em Cabo Verde passa pela ampliação do acesso aos mercados, o que requer maior articulação com as demandas dos seus diferentes tipos: nacional, turístico; e, da diáspora. O mercado nacional deve incluir as compras públicas e o estímulo aos chamados “circuitos curtos de abastecimento”, nos quais o planeamento reduz intermediações e movimentações desnecessárias dos alimentos. Por outro lado, a inserção de pequenos produtores é importante para que a produção agropecuária seja intensificada e sustentável (Resolução n.º 68/2015).

Na altura previa-se a adopção de técnicas inovadoras como ampliação do uso da irrigação, nomeadamente gota a gota, a expansão da produção em ambientes controlados (estufas) e da hidroponia; a capacitação dos agricultores no domínio da gestão da água com eficiência, técnicas de reutilização e de adaptação às vulnerabilidades ambientais; políticas voltadas para a manutenção dos jovens no meio rural (Resolução n.º 68/2015).

De entre os resultados esperados, enunciados posteriormente no PEDS, previam-se: a agricultura familiar e as pesca artesanal são reconhecidas, valorizada e incentivadas, a produção agrícola e das pescas são aumentadas e incentivadas; cooperativas e associações de produtores e pescadores são criados ou reativadas; acesso ao crédito adequado para agricultores e pescadores artesanais ampliado; centros pós colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal estruturados e bem geridos; produtos locais e as pescas são certificados e levados ao mercado com maior qualidade; importação de alimentos é diminuída; mercados municipais ampliados e estruturados; perdas no transporte de produtos reduzida; participação da produção local nos mercados institucionais aumentada; organização económica de agricultores familiares e pescadores

artesanais ampliada; regularidade na divulgação das informações aos agricultores e consumidores sobre as disponibilidades e o comportamento do mercado dos produtos agrícolas (Resolução n.º 68/2015). Em 2021 tais resultados não se verificam.

Entre as linhas de intervenção previstas em 2015 destacamos: a melhoria das condições de crédito destinado a jovens para investimento no meio rural, bem como incentivos para jovens empreendedores rurais; a melhoria das condições e recursos para as pescas, nomeadamente embarcações; o reforço dos incentivos às tecnologias inovadoras de rega e de produção (hidroponia, estufa, rega gota a gota, agroecologia, recuperação de solos, compostagem e fertilizantes); incentivo às tecnologias de integração agropecuária e outros sistemas de produção sustentáveis; a ampliação do processamento, embalagem e beneficiação da produção; a estruturação adequada das redes de conservação, inclusive de frio; a estruturação e funcionalidade dos centros pós-colheita e núcleos de valorização da pesca artesanal e da produção animal; o apoio à criação de cooperativas e associações de produtores (Resolução n.º 68/2015).

Entre a análise de riscos destaca-se o aumento da produção agrícola sem integração num sistema comercial eficiente. Tal risco poderá ser mitigado “pela diversificação e programação das produções, pela profissionalização dos agricultores familiares, pela certificação dos produtos, pela diversificação dos mercados, assim como por políticas para melhorar os transportes e os circuitos de comercialização” (FIDA, 2018: 4).

No entanto, novos riscos para o setor agrícola vem surgindo, como é o caso da “bombagem excessiva de furos, a salinização da terra ou a salinização progressiva das águas subterrâneas” (FIDA, 2018: 10).

A pecuária é praticada nos estratos climáticos áridos e semiáridos e algumas vezes em regime de pastoreio livre descontrolado. O seu efetivo é constituído essencialmente de pequenos ruminantes (particularmente caprinos), cuja produção está diretamente ligada, à disponibilidade forrageira, que depende da queda das chuvas (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

Tradicionalmente, a pecuária funciona como uma forma de poupança e cumpre a função de atenuar o impacto das variações climáticas, sendo uma reserva de recursos financeiros para responder às exigências das famílias nos momentos de crise (doença,

escolarização, viagem, aprovisionamento das famílias em anos de seca prolongada, desemprego, etc.) (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

O relatório do RB-COSOP realça que quase todas as explorações agrícolas familiares “praticam pecuária extensiva ou semi-intensiva (solto, fechado). Em 2015, os animais recenseados eram principalmente caprinos (mais de 107.600 cabeças) e suínos (quase 67.000 cabeças), mas também bovinos, ovinos e aves. A disponibilidade de água e forragem são os principais constrangimentos” (FIDA, 2018: 2).

Na pecuária, a prioridade do Governo é para espécies de ciclo curto – avicultura intensiva, pequenos ruminantes de forma contingentada (massificação de currais), suinicultura e cunicultura. Pretende a valorização e agregação de valores de produtos agropecuários, com ênfase na maior produção de queijos, vinhos, frutas secas, compotas, doces, polpa de tomate, café para nichos especiais, charcutaria e outros produtos transformados em valor acrescentado (Ministério das Finanças, 2018).

No âmbito do Programa de Mitigação e de Resiliência à Seca em Cabo Verde, o Ministério do Ambiente privilegia as seguintes intervenções: manutenção da capacidade produtiva da pecuária; massificação da irrigação gota a gota; promoção de culturas de maior rendimento; reforço do combate às pragas e doenças e limpeza dos perímetros arborizados (Ministério da Agricultura e Ambiente, 2019).

A atividade pesqueira constitui uma atividade económica que contribui positivamente para o PIB do país. No entanto, o aumento da temperatura das águas, o aumento do nível médio do mar e os danos advindos de furacões compromete a atividade pesqueira pois os recursos haliêuticos nem sempre conseguirão se adaptar a essas alterações no oceano. Ainda, a sobre-pesca e as mudanças climáticas vem trazer efeitos negativos, incluindo a perda de pescarias tradicionais, a diminuição de receitas e de empregos, e grandes preocupações com a segurança alimentar das populações (Ministério das Finanças, 2018).

O país tem um potencial haliêutico que ronda as 36.000 toneladas, sendo que apenas uma parte deste potencial tem sido explorada por uma frota nacional (artesanal e industrial) e estrangeira. “A pesca artesanal, caracterizada por meios de produção pouco sofisticados e com fraco volume de investimento, constitui uma atividade importante no arquipélago, envolvendo uma parte significativa da população ativa” (Ministério das

Finanças, 2018: 87), cerca de 5% da população ativa. Esse tipo de pesca abastece o mercado local com produtos frescos para o consumo ou para transformação em conservas. As mulheres geralmente ocupam-se da comercialização. Cerca de 75% da produção nacional é destinada ao consumo interno (FIDA, 2018).

Consta da estratégia do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021 “modernizar o circuito de comercialização dos produtos da pesca e da aquacultura” (Ministério das Finanças, 2018: 88),

De modo a reativar o setor das indústrias ligeiras, elevando o peso da indústria transformadora na economia nacional, constam, de entre medidas de política no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021; dinamizar a constituição de cadeia de valor industrial, com efetiva representatividade e capacidade produtiva; aumentar e qualificar a rede de fornecedores; apostar na criação de produtos com capacidade competitiva internacional, produtos diferenciados, com incorporação de marca, perceção de valor, que permita aumentar o preço internacional de venda (Ministério das Finanças, 2018).

Um dos constrangimentos no desenvolvimento são as infraestruturas viárias. “Boas estradas reduzem o custo de transportes e, portanto, o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis para o consumidor e mais competitivos, em relação aos concorrentes. Também, permitem que cada região se especialize nas atividades económicas para as quais tenha maior vocação (agricultura , pecuária, serviços, etc.), gerando ganhos de produtividade e qualidade para toda a economia (Ministério das Finanças, 2018: 108-109).

O relatório do Programa de opções estratégicas para o país da missão de conceção do RB-COSOP 2019-2024 realça que “no âmbito do POSER, de 2014 a 2017 foram realizados 505 microprojetos, incluindo 43 para facilitar o acesso das pessoas aos serviços básicos (água, educação, saúde) e 462 com carácter económico, especialmente na agricultura, pecuária e pesca” (FIDA, 2018: 5).

A revisão a meio percurso do POSER, de novembro de 2016, propiciou uma análise económica e financeira de 15 tipologias de microprojectos económicos, mostrando um “desempenho financeiro robusto, com uma taxa interna de retorno variando entre 12% e

80% e uma relação benefícios/custos entre 1,17 e 1,95. Aproximadamente 10.500 pessoas foram afetadas, das quais 53% mulheres e 17% jovens” (FIDA, 2018: 5-6).

Segundo tal documento, as intervenções iniciais do POSER se resumiam ao acesso a serviços sociais básicos cujo foco posterior se centrou nos microprojectos económicos “com um impacto socioeconómico significativo a nível das famílias beneficiárias” (p.6). No entanto reconhecem que “essas intervenções foram insuficientes para desencadear uma dinâmica real de desenvolvimento sustentável local” (FIDA, 2018: 6).

Em novembro de 2016, aquando da revisão a meio percurso do POSER, foi adotada uma nova orientação, a de “investir mais em projetos estruturantes que pudessem atingir um número maior de beneficiários e contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais por meio da profissionalização dos modelos de explorações agrícolas favorecendo-lhes o acesso a mercados remuneradores” (FIDA, 2018: 6).

A revisão a meio percurso do POSER teceu ainda como recomendação “fortalecer a orientação dos jovens por meio de micro projetos económicos, especialmente em especulações sem solo, comercialização (produção agropecuária, insumos e equipamentos agrícolas), processamento e valorização pós-colheita; analisar a possibilidade de organizar uma rede de comercialização e processamento de produtos de origem animal e vegetal” (FIDA, 2018: Apêndice II).

Entre resultados mais significativos emanados da revisão a meio percurso do POSER e da missão de conceção do COSOP, realçam que “as associações comunitárias de desenvolvimento (ACDs) são capazes de mobilizar e dinamizar as comunidades locais; os microprojectos económicos na horticultura, pecuária e pescas, melhoram as condições de vida dos seus promotores, graças a modelos de intervenção rentáveis e tecnologias adaptadas às necessidades e limitações dos grupos-alvo” (FIDA, 2018: Apêndice II). Realçam ainda que as ACDs “facilitaram e continuam a facilitar a mobilização das populações, a identificação, preparação e implementação de microprojectos no terreno. Este apoio tem sido significativo na dinâmica de concertação entre os atores locais no meio rural” (FIDA, 2018: Apêndice II).

A apreciação da revisão a meio percurso sobre a implementação de micro projetos económicos foi considerada de satisfatória, tendo elaborado as seguintes conclusões e recomendações: “os itinerários técnicos foram implementados e estão a ser aplicados pela



maioria dos beneficiários; a tecnologia promovida é relevante e adaptada às condições locais e ao nível das empresas; os modelos de empreendimentos financiados são rentáveis de acordo com as simulações e testemunhos; o mercado local consegue ainda absorver a produção sem grandes limitações; o aumento significativo do número de microprojectos produtivos exigirá atividades estruturantes de marketing; a supervisão técnica fornecida pelas Delegações Regionais da MAA e outros provedores é de boa qualidade” (FIDA, 2018: Apêndice II).

Entre as principais lições que emergem da experiência dos projetos apoiados pelo FIDA (2018) em Cabo Verde, destacam-se: os micro projetos trazem resultados para um número limitado de pessoas, mas requerem ações estruturantes para desencadear um desenvolvimento virtuoso da economia local e ter um impacto socioeconómico visível e sustentável; a mobilização e gestão da água é crucial no desenvolvimento económico e social em Cabo Verde e deve estar no centro de intervenções e investimentos futuros; são necessários instrumentos de orientação para jovens e mulheres para que assumam e reforcem os seus papéis nos órgãos de associação locais; as ACDs desempenharam um papel importante na mobilização e engajamento das populações permitindo-lhes manifestar suas necessidades e prioridades.

Neste sentido, a teoria da mudança do RB-COSOP 2019-2024 realça que Cabo Verde tem um potencial agrícola crescente graças a investimentos visando uma mobilização eficiente da água e a gestão sustentável de bacias hidrográficas, representando uma oportunidade para a modernização e a valorização da agricultura familiar. Aponta ainda que “existem experiências positivas de investimento a médio prazo na produção e processamento de produtos agrícolas, bem como na rotulagem de produtos locais (culturas hortícolas hidropónicas, vinho do Fogo, queijo de cabra de Santo Antão, etc.)” (FIDA, 2018: 7).

“Os mercados locais de produtos agro-alimentares existem, uma vez que mais de 80% das necessidades alimentares são importadas. Esses mercados são os pequenos e os grandes centros urbanos, bem como os complexos turísticos que exigem produtos de qualidade em tempo e em quantidade. Estes produtos podem ser fornecidos por uma agricultura familiar moderna, dinâmica e com carácter comercial. O desenvolvimento deste

tipo de agricultura é um processo de médio e longo prazo para garantir a sua viabilidade económica e sustentabilidade” (FIDA, 2018: 7).

De modo a conseguir tal intento, as intervenções futuras do FIDA tem em vista “o aumento e a diversificação da produção destinada principalmente aos mercados locais de cada ilha, tendo em conta as dificuldades e os custos de transporte inter-ilhas; a transformação de produtos assim como a certificação e rotulagem dos mesmos para maximizar o valor agregado cobrado pelos agricultores e facilitar a comercialização e a organização dos atores de cada cadeia de valor” (FIDA, 2018: 7). Neste sentido, “uma vez que os atores estejam organizados e experientes e as restrições de transporte serem ultrapassadas, os produtos frescos ou processados poderão aceder outros mercados mais remuneradores. O desenvolvimento de uma agricultura familiar empreendedora e economicamente interessante valorizará o trabalho no setor agrícola e criará empregos diretos induzidos, inclusive para os jovens, com um impacto significativo na economia local em geral” (FIDA, 2018: Apêndice V).

A revisão a meio percurso do POSER revela que o “setor privado começa a se interessar por cadeias de valores agrícolas e/ou certos núcleos dessas cadeias de valor” (FIDA, 2018: Apêndice II).

De entre alguns objetivos estratégicos fixados no relatório, realçamos investimentos nos setores da água e energias renováveis, projetos estruturantes de infraestruturas hídricas (mobilização, reservatório, rede); energias renováveis; sistemas de recolha, tratamento e armazenamento de águas pluviais e águas residuais; melhorar as práticas agrícolas resilientes: formação e vulgarização de práticas agrícolas inteligentes face ao clima; a introdução de uma abordagem baseada na cadeia de valor e abraçada pelas comunidades e suas organizações, incluindo a organização e profissionalização dos produtores, mulheres e jovens na agricultura, pecuária e pesca, valorização dos produtos locais, concluindo a certificação e a rotulagem e o acesso ao mercado.

Quando se referem à avaliação ambiental e social preliminar no RB-COSOP, apontam que “não se espera que o projeto resulte em impactos ambientais e sociais negativos significativos. Pelo contrário, terá muitos efeitos positivos em termos de sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola, melhoria das estratégias e capacidades de resiliência

dos sistemas agrícolas e melhoria geral da economia das famílias rurais, e envolvimento das populações locais na gestão dos recursos hídricos e do solo” (FIDA, 2018: Apêndice V).

É neste contexto que o presente estudo se desenvolve.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Estudo do Perfil das ACDs foi realizado com base numa abordagem participativa. A metodologia adoptada seguiu o modelo de Giddens (2004) nas suas três fases distintas: preparação, trabalho de campo e relatório. Na preparação para a investigação procedeu-se à análise documental, à elaboração dos instrumentos de recolha de dados, à determinação do plano amostral, à elaboração da base de dados e à realização do pré-teste ao questionário. No trabalho de campo formou-se a equipa de inquiridores, recolheram-se os dados do inquérito por questionário e do inquérito por entrevista nos 20 municípios, registaram-se fotografias das localidades e dos projetos financiados, analisaram e interpretaram-se os dados recolhidos. Para a elaboração do relatório elaboraram-se tabelas, quadros e gráficos, cruzaram-se dados, teceram-se conclusões e recomendações.

Reportando ao trabalho de campo, com o objectivo de levantar dados que permitiram caracterizar as ACDs, deslocamos a todos os municípios e freguesias abrangidas pelo projecto.

A deslocação da equipa de especialistas aos 20 municípios do País ocorreu nos meses de novembro 2020 a abril 2021. Para além da ação de capacitação dos inquiridores, nas diferentes localidades pudemos entrevistar líderes ou dirigentes associativos<sup>10</sup>; conhecer de perto os projetos implementados (microprojetos e estruturantes); ter conversas informais com os locais e entender a organização social local. Simultaneamente, os inquiridores aplicaram o inquérito por questionário.

Estivemos na ilha de São Vicente nos dias 15 a 17 de janeiro de 2021. Na ilha visitámos as localidades de Curral de Tortolho, São Pedro, Tchom de Holanda, Norte da

---

<sup>10</sup> Consideramos líderes ou dirigentes associativos todos os que ocupam um cargo no âmbito dos órgãos executivos das associações.

Baía e Calhau e pudemos ter contatos com projetos nos domínios da pesca, pecuária e agricultura, sendo este o domínio que consegue empregar mais mão de obra nas localidades visitadas.

A deslocação à ilha de Santo Antão aconteceu nos dias nos dias 18 a 20 de janeiro onde nos deslocámos aos três municípios da ilha: Porto Novo, Paul e Ribeira Grande.

**Figura 1 - Deslocações em Santo Antão**



**Fonte:** Fotografias do autor, em janeiro de 2021

Na ilha do Maio estivemos nos dias 29 a 31 de janeiro 2020, onde visitámos as localidades de Barreiro, Figueira, Calheta, Ribeira de Dom João e Cascabulho.

Estivemos na ilha do Fogo nos dias 11 a 20 de fevereiro de 2021, onde deslocamos aos três municípios da ilha, Santa Catarina do Fogo, Mosteiros e São Filipe. Estando na referida ilha e prontos para nos deslocarmos à ilha da Brava, a viagem de barco foi cancelada, situação que se agravou com a bruma seca que assolou o país, condicionando todas as viagens no país, fazendo com que ficássemos retidos no Fogo para além do tempo estipulado e remarcado a viagem à ilha da Brava. Tal situação fez com que adiássemos ainda a viagem para São Nicolau que estava programada para a semana seguinte.

Na ilha de São Nicolau estivemos nos dias 15 a 22 de março de 2021 onde nos deslocámos aos dois municípios da ilha: Tarrafal e Ribeira Brava.

A deslocação à ilha da Brava veio a acontecer nos dias 2 a 4 de abril de 2021, onde visitámos as localidades de Lomba Tantum, Campo Baixo, lém, Tomé Barraz e Furna.

A deslocação aos diversos municípios da ilha de Santiago (Praia, São Domingos, Ribeira Grande, São Lourenço dos Órgãos, Santa Cruz, Santa Catarina, São Salvador do Mundo, São Miguel e Tarrafal) foi intercalada com as deslocações às diversas ilhas, tendo o seu início no mês de novembro 2020 e o seu término no mês de abril de 2021.

Com excepção da ilha de Santiago, nas demais ilhas pudemos contar com o apoio logístico e institucional das Unidades Técnicas do POSER, cujos membros da equipa nos acompanharam durante todas as deslocações aos diversos povoados e localidades de cada ilha. Tendo em conta a mudança de orientação estratatégica do Programa ocorrida em 2017, deslocamos à maioria das localidades que vêm implementando projetos estruturantes.

**Figura 2 - Apoio das Unidades Técnicas em Santo Antão e no Fogo**



**Fonte:** Fotografias do autor, em janeiro de 2021

De realçar que de forma a ter um uso racional de recursos, os especialistas fizeram a opção por uma deslocação para diferentes municípios no âmbito dos dois estudos (Estudo Diagnóstico do Perfil das ACDs parceiras do POSER e seu papel (potencial ou real) na promoção de organizações de cariz económico nas suas comunidades e o Estudo dos Efeitos dos Projetos financiados pelo POSER sobre os Beneficiários), de forma a minimizar os custos respeitantes a bilhetes de avião e barco, ajudas de custo e aluguer de transportes, bem como para não sobrecarregar o apoio logístico das diferentes unidades técnicas. Tal fato representou um esforço redobrado nas saídas de terreno para todos os

municípios. As deslocções às diferentes ilhas foram condicionadas devido à pandemia do novo Corona Vírus que assola o mundo e Cabo Verde.

Com a confirmação do primeiro caso positivo para o novo Corona Vírus no dia 19 de março de 2020, na Ilha da Boavista, o Presidente da República decretou um primeiro período de estado de emergência em Cabo Verde, de 20 dias, que começou em 29 de março, tendo vigorado até 17 de abril. Terminado esta fase, foi decretado um segundo período de estado de emergência de 15 dias abrangendo apenas as ilhas de Santiago, Boa Vista e São Vicente, que na altura eram as únicas com casos positivos. De 03 a 14 de maio esse período de exceção vigorou nas ilhas de Santiago e Boa Vista, e de 15 a 29 de maio vigorou apenas em Santiago, não sendo mais renovado desde então, passando a vigorar durante alguns meses e momentos específicos o estado de calamidade.

Residindo os especialistas na ilha de Santiago, com abertura dos voos inter-ilhas ficaram submetidos aos testes rápidos nas deslocções exigidas pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde, o que se revelou desgastante. Por outro lado, as viagens para algumas ilhas estão muito limitadas em um voo semanal, fato que condicionou as deslocções.

Ainda, o facto de realizar estudos em contexto de crise, principalmente sanitária, tem as suas próprias limitações visto que as pessoas estão mais preocupadas com a resolução imediata dos seus problemas, mormente os decorrentes da pandemia e os riscos de contágio. Em alguns momentos, nas entrevistas realizadas, o foco das conversas se desvia para o Corona Vírus e suas repercussões, as medidas de prevenção da COVID, o que, associado às secas cíclicas que têm assolado o país (2014, 2017, 2018), trazem novas preocupações às populações, principalmente quanto à sua subsistência.

Por outro lado, no decorrer do período eleitoral as pessoas nos viram com desconfiança, criticando muitas vezes o porquê de só agora o pessoal do POSER aparecer, entendendo-nos a priori como parte da Unidade Técnica do POSER, após o que consideram um abandono de cinco anos. Em tais casos, registamos algumas recusas (Associação dos agricultores, Avicultores e Pecuários de Jalalo Ramos, Associação dos pescadores e peixeiras de Ribeira da Barca e Associação juvenil de Achada Bel BEL); e algumas lideranças associativas que aceitaram serem entrevistadas mostraram-se pouco abertas durante as mesmas.

Pelo facto de, na maioria dos casos, os membros da Unidade Técnica do POSER terem estabelecido contato a priori com líderes associativos sobre a nossa deslocação, com exceção da ilha de Santiago, tais lideranças e beneficiários já sabiam que estaríamos no local na data indicada para a realização das entrevistas, o que nem sempre aconteceu na aplicação dos questionários, visto que para alguns municípios não aconteceu em simultâneo.

Durante o trabalho de campo, em alguns momentos foi possível acompanhar brevemente o dia-a-dia nas localidades, nomeadamente as atividades diárias, e pelas conversas informais pudemos esclarecer algumas dúvidas e ter contato com pequenas histórias que permitiram elucidar algumas das singularidades locais.

Embora haja intercompreensão entre os falantes das diferentes ilhas, um dos desafios que nos acompanharam nas ilhas foi a forma de colocar as questões durante as entrevistas, de modo a que os inquiridos pudessem compreender, que se deve também, em grande parte, devido à pronúncia diferente. Tal dificuldade não se colocou no seio dos inquiridores, pelo facto de se ter optado por inquiridores locais.

Neste sentido, apesar das particularidades entre falantes de diferentes ilhas, mormente no uso de terminologias específicas, foi possível a intercompreensão entre os falantes.

Por outro lado, deu-se conhecimento dos procedimentos, de forma periódica, aos promotores do estudo, que acompanharam o desenvolvimento do trabalho nos seus momentos relevantes, assim como validaram os principais produtos.

Quanto às técnicas de recolha de dados, optou-se pela análise documental, inquérito por questionário e inquérito por entrevista. Tais técnicas se complementam e permitiram traçar o perfil das Associações Comunitárias de Desenvolvimento Parceiras do POSER, bem como descurar o papel das ACDs enquanto facilitadores e parceiros do POSER na empreitada de implementar a estratégia de desenvolvimento das cadeias de valor no setor agrícola, pecuária e pesca. De se realçar que neste particular, querendo perceber o papel que as associações vêm tendo no desenvolvimento das cadeias de valor, bem como o papel que poderão ter nesse processo, inicialmente pretendia-se recorrer à técnica de investigação qualitativa - grupos focais – com a realização de uma sessão de *focus grupo* para cada ilha, com excepção das ilhas de Santiago e Santo Antão, onde seriam realizadas

duas sessões, por concentrar maior número de associações, com a participação dos líderes e dirigentes associativos. Cada grupo focal seria constituída em média por 8 líderes associativos, de modo que todos os participantes pudessem ter a possibilidade de falar.

Devido às dificuldades de logística e de deslocação das lideranças associativas para a realização das sessões no contexto da pandemia mundial, associado ao facto de que muitas das associações estão inativas, optou-se por entrevistar tais lideranças nas suas localidades, nomeadamente nas suas casas, nos locais de trabalho ou sede das associações, o que constitui um desafio devido à urologia das ilhas.

O diário de campo levado para as diferentes localidades abrangidas pelos projetos refletem as impressões, descrições, relatos, acontecimentos da vida quotidiana, conhecimento dos projetos implementados, dúvidas e novas questões que foram surgindo.

Uma das ferramentas de trabalho a que se recorreu prende-se com os registos fotográficos que dialogam com a narrativa textual.

Na análise dos dados fez-se a opção pela combinação das diferentes técnicas de recolha de dados e de recursos que complementam a análise e interpretação da informação recolhida.

### **3.1 ANÁLISE DOCUMENTAL**

Para a realização do estudo-diagnóstico das Associações Comunitárias de Desenvolvimento recorreu-se a uma análise documental dos documentos que foram cruciais como sejam os diplomas de concepção e acordos de financiamento no âmbito do POSER, o RB-COSOP e a revisão a meio percurso, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PEDS), Programa de Mitigação e de Resiliência à seca em Cabo Verde, os projectos financiados pelo POSER em cada município no período de 2014 a 2019, com destaque aos projetos estruturantes de mobilização da água e de promoção da agricultura de regadio, pecuária, pesca e demais relatórios disponibilizados aos consultores pelos promotores do estudo. A análise desse último documento teve como referência os domínios dos microprojetos financiados, os projetos estruturantes, o número de projetos e



beneficiários, o domínio com maior número de beneficiários e a sua distribuição por sexo e pelos jovens.

A análise permitiu ter conhecimento das associações comunitárias que tiveram projetos financiados em cada município e as suas localidades, bem como a associação que mais submeteu projetos, aspetos fulcrais para a organização das deslocações.

No entanto, constatamos que a base de dados fornecida pelo POSER tinha algumas imprecisões na segregação de dados por ilha e município. Em algumas ilhas, as associações estavam identificadas nos municípios que não lhe correspondiam. No entanto, de modo a não influenciar a base de dados, optamos pelo uso da informação tal como nos foi facultada.

Fez-se ainda o levantamento de dados a partir das bases de dados de instituições públicas e da sociedade civil, nomeadamente a Plataforma das Organizações Não-Governamentais; das então CRP (Comissões Regionais de Parceiros)<sup>11</sup>; Delegações do Ministério da Agricultura. De se realçar que nem todas as associações se encontram inscritas na referida plataforma, pelo que a equipa da UCP forneceu a base de dados das associações, embora muitos números estejam desativados e a lista precisar de atualização. Ainda, o Estudo de Referência (Base Line) nas áreas de intervenção do Projecto POSER-Climat, onde estivemos envolvidos, forneceu algumas pistas de reflexão para as regiões abrangidas no âmbito daquele estudo.

### **3.2 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO**

Conforme definido nos Termos de referência, para efeito de levantamento de dados quantitativos recorreremos à FICHA DE INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO (ACDs) PARCEIRAS DO POSER<sup>12</sup>, anexa aos termos de referência.

---

<sup>11</sup> A Lei n.º 35/VI/2003, de 15 de Setembro, define o enquadramento legal das CRP.

<sup>12</sup> Devido à própria estrutura do questionário, algumas questões não puderam ser analisadas no âmbito do inquérito por questionário, sendo que foram melhores aprofundadas com o inquérito por entrevista. Ver Anexo I.

Para a aplicação do questionário foi construído um Manual de Aplicação com o objectivo de auxiliar o inquiridor na fase de recolha dos dados, com o recurso a regras e procedimentos a utilizar.

Foi construída uma base de dados no Survey 123 FOR ARCGIS que serviu de suporte ao levantamento de dados no terreno e auxiliou os consultores durante a análise de dados.

Embora a FICHA DE INQUÉRITO ÀS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO (ACDs) PARCEIRAS DO POSER tenha sido pré determinada pelo POSER, com o objetivo de o testar, bem como a metodologia de aplicação, no que se refere ao seu conteúdo, estrutura, termos e demais instrumentos utilizados, os técnicos responsáveis pelo projeto realizaram um Pré-Teste na segunda quinzena do mês de Outubro de 2020. O Pré-Teste do Questionário foi realizado no Município de São Lourenço dos Órgãos, na ilha de Santiago.

Os critérios para a seleção do local do Pré-Teste foram: ser próximo das instalações da ECAA e estar incluído na lista dos municípios abrangidos pelo estudo.

Foram realizadas 5 aplicações-piloto, cada uma delas acompanhadas por especialistas do projeto, que atuaram como observadores (as) durante as aplicações.

O Pré-Teste possibilitou identificar termos e questões de difícil compreensão por parte dos entrevistados, problemas com a metodologia de aplicação, tempo de aplicação prolongado, dentre outros aspetos.

O pré-Teste permitiu-nos ainda avaliar a viabilidade de aplicação de algumas questões cuja natureza dos dados solicitados se revelaram de difícil coleta por via de um inquérito por questionário:

Número de série e data de publicação no Boletim Oficial; ii) Identificação nominal dos membros de cada órgão – tendo em conta que algumas ACDs estão com novas lideranças recentemente eleitas e acrescido do facto de que a recolha de dados aconteceu na maior parte dos casos no espaço laboral do inquirido, não se revelou possível obter provas documentais da legalização das ACDs inquiridas; vários líderes associativos também revelaram muitas dificuldades na identificação nominal de todos os integrantes dos diferentes órgãos que compõem uma associação. Neste sentido, optamos por recolher e tratar apenas informações relativas ao género, faixa etária e habilitações dos presidentes dos conselhos diretivos, conselho fiscal e assembleia geral.

Após revisão da equipa de especialistas que atuaram no Pré-Teste e subsidiada pelas contribuições dos inquiridores, o Questionário foi aplicado.

A meio percurso dos trabalhos de terreno, constatamos que grande parte das ACDs estavam inativas, e portanto que seria recomendável que o questionário tivesse incluído uma questão concreta sobre o estado atual de funcionamento das associações. Assim sendo recomendamos inclusão desta questão em estudos futuros.

O Questionário foi aplicado nos 20 municípios abrangidos pelo programa e teve como universo as lideranças associativas com idades compreendidas entre os 18 a mais de 70 anos. De realçar que somente foram inquiridas associações que têm sido parceiras do POSER.

Na impossibilidade de estar presente o Presidente da Associação, o inquérito foi aplicado a um dirigente associativo, ou seja, que ocupe um cargo dirigente nos órgãos executivos da associação.

A recolha de dados foi efetuada com recurso a *tablets* munidos de sistemas de geo-referenciais.

Como limitação do mesmo identificamos fragilidades no acesso à rede de *Internet* em muitos pontos do país e a deficiente informação para os inquiridores sobre a localização das associações em sistemas geo-referenciais, tal o número de associações a nível no território nacional, embora nos tenha sido disponibilizada algumas informações por concelho. Ademais, tal situação se agrava quando neste momento uma grande parte das associações a nível nacional não estejam a funcionar.

As perguntas do questionário estão agrupadas em 11 secções, tais sejam:

1. **Identificação da Associações** – visa obter informações sobre o nome da Associação, a sua sigla, a sua localização geográfica e a sua personalidade jurídica.
2. **Caracterização social/Estrutura da associação** – visa obter informações sobre o número de membros das associações, as quotas e jórias de constituição.
3. **Funcionamento dos órgãos** – visa obter informações sobre as reuniões dos órgãos sociais da associação, a existência de atas das reuniões de diferentes órgãos, o plano de atividades, os relatórios de atividades e contas, a existência de

- contabilidade organizada, e a existência da Comissão de Mulheres e de Jovens.
4. **Infraestruturas sociais construídas na comunidade** - visa obter informações sobre as infraestruturas sociais construídas na comunidade pela associação desde a sua fundação.
  5. **Nível de participação dos sócios** - visa avaliar o nível de participação dos sócios na vida da associação, nomeadamente nas reuniões e nas tomadas de decisão; o relacionamento entre os membros; quem toma as decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade e o grau de envolvimento das famílias da comunidade na vida da associação.
  6. **Geminação** – visa obter informações sobre as geminações que a associação tem feito, os termos de referência dos protocolos de geminação e os resultados práticos dessa geminação.
  7. **Principais atividades/Projetos desenvolvidas (os) pelas ACDs** – visa obter informações sobre as principais atividades/Projetos desenvolvidas (os) pelas ACDs, nomeadamente os nomes dos parceiros, os montantes (em escudos) e a Contrapartida da Associação.
  8. **Formação** – visa obter informações sobre as formações ministradas diretamente pela associação ou em parceria com outras instituições e as áreas de formação abrangidas.
  9. **Constrangimentos** – visa obter informações sobre os principais constrangimentos atuais da associação nos domínios da formação, organização e finanças.
  10. **Identificação dos membros de cada órgão** – visa obter informações sobre os membros dos órgãos sociais da associação, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho da Direção e Conselho Fiscal quanto ao nome, função, idade, formação académica, ocupação profissional, ano de entrada para a associação e formação recebida para assumir a função.
  11. **Outros responsáveis dos órgãos diretivos e das Comissões** – visa obter informações sobre os outros responsáveis dos órgãos diretivos e das Comissões, nomeadamente Tesoureiro, Contabilista e das demais comissões quanto ao nome, faixa etária, formação académica, ocupação profissional, data de entrada para a associação e formação recebida para assumir a função.

O Questionário possui 4 tipos de questões: Personalizado (informações da associação); abertas (não existem opções de respostas pré-definidas); univalorada (apresentam opções de respostas pré-definidas onde deve ser escolhida uma opção) e multivaloradas (apresentam opções de respostas pré-definidas onde podem ser escolhidas várias opções).

A aplicação do inquérito por questionário permitiu estabelecer a referência das associações na qual, a partir das 11 secções, os dados foram organizados em:

**Organização interna** – informações sobre as condições de funcionamento das associações, nomeadamente, as condições infraestruturais, como por exemplo, se têm um sede própria ou não; contabilidade organizada; regularidade de realização de reuniões; pagamento de quotas, existência de Comissões específicas para Jovens e Mulheres.

**Realização regular de eleições e participação dos sócios nas tomadas de decisão** – informações sobre realização regular de eleições e participação dos sócios nas tomadas de decisão.

**Perfis de liderança** – informações sobre as lideranças dos órgãos sociais das ACDs em termos de faixa etária, género, habilitações literárias.

**Dinâmica e Capacidade de Ação** – informações sobre as atividades realizadas e capacidade de mobilização de recursos, bem como da natureza dos parceiros – ONGs, Cooperação Internacional, SDEs, Câmaras e Privados.

**Género e Juventude** – informações sobre a percentagem de mulheres e de Jovens (com menos de 30 anos) nos lugares-chaves dos órgãos de gestão; e percentagem dos membros das ACDs que são do género feminino.

**Infraestruturas sociais** – informações sobre as infraestruturas sociais construídas nas comunidades pelas associações.

### 3.2.1. AMOSTRAGEM

Recorreu-se a uma amostra representativa da população, ou seja, que tenta dispor nela as possíveis situações a encontrar na totalidade da população inquirida. O método escolhido para a determinação da amostra consistiu no método aleatório ou probabilístico, que consiste em tirar ao acaso do universo, um subconjunto ou amostra que irá representar a totalidade. A selecção aleatória de uma amostra implica que cada elemento seleccionado tenha exactamente a mesma probabilidade de o ser. O método de selecção aleatória utilizada consistiu na selecção aleatória simples.

Segundo a base de dados dos projetos do POSER – 2014/2019, foram 221 as associações que têm sido parceiras do POSER. Por forma a garantir o cumprimento dos parâmetros internacionais em termos de representatividade dos dados levantados, inquirimos um total de 110 lideranças associativas<sup>13</sup>, com um intervalo de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. A média da taxa de cobertura foi de 50% das associações parceiras do POSER.

**Tabela 1 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e a taxa de cobertura**

<b>Região</b>	<b>Total ACDs parceira do POSER</b>	<b>Total ACDs Inquiridas</b>	<b>Taxa de Cobertura</b>
Brava	15	6	40%
Fogo	35	19	54%
Maio	12	8	67%
Santo Antão	44	15	35%
Santiago	81	46	57%
São Vicente	11	9	82%
São Nicolau	23	7	30%
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>110</b>	<b>50%</b>

Fonte: Base de dados dos projetos do POSER – 2014/2019

Para a aplicação do questionário foram contratados 13 inquiridores, de ambos os sexos, na faixa etária dos 20 aos 35 anos, para as diferentes ilhas, sendo os responsáveis

---

<sup>13</sup> Ver Anexo II.

pela sua aplicação, onde as perguntas foram lidas e o inquiridor inseriu as respostas no tablet, no software informático *Survey123 for ArcGis*. O perfil exigido aos inquiridores foi: experiência prévia em aplicação de questionários, formação académica mínima de 12º ano (frequência do ensino superior foi uma vantagem adicional).

De realçar que fizemos a seleção e o treinamento dos inquiridores, que receberam uma ação de capacitação tendo no menu os seguintes itens: questões éticas e protocolares que devem ter em conta na abordagem dos inquiridos; familiarização com as perguntas e a organização do questionário; domínio do software e manuseio do aplicativo de recolha de dados no terreno.

**Figura 3 - Formação dos inquiridores em São Vicente e Maio**



**Fonte:** Fotografias do autor, em janeiro de 2021

De modo a ter um contato mais próximo com os inquiridores, para além do contato presencial, via telefone e email, recorreu-se à criação de grupos de mensagens nas redes sociais com inquiridores de cada ilha, onde puderam, em tempo real, exprimir suas dúvidas, colocar questões aos especialistas, partilhar as suas experiências de terreno, bem como tecer as suas apreciações sobre constrangimentos encontrados no decorrer da aplicação do inquérito.

Neste sentido, os inquiridores tiveram como constrangimentos a dificuldade em encontrar líderes associativos, pelo facto de muitas associações estarem desativadas; desconhecimento dos projetos financiados pelo POSER por parte dos atuais

presidentes; dificuldades de acesso às localidades (Ribeirão Cal, Loura); dificuldade de transporte frequente para diversas localidades, chegando ao caso de terem de pernoitar em algumas localidades (Pico Leão) e em outras localidades percorrerem grandes distâncias a pé (15 Km) no percurso de ida e volta ou muito tempo de espera dos transportes; recusa de participação na entrevista, por parte de alguns líderes associativos (em Ribeirão Chiqueiro, tendo condicionado que outros membros de órgãos deliberativos participassem no inquérito); desconhecimento no local de algumas associações; fraco acesso à rede móvel em algumas localidades.

**Tabela 2 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e número de inquiridores**

<b>Municípios</b>	<b>Total amostra</b>	<b>Inquiridores</b>
<b>Brava</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
<b>Fogo</b>	<b>19</b>	
<i>São Filipe</i>	8	
<i>Mosteiros</i>	6	
<i>Santa Catarina-FG</i>	5	2
<b>Maio</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
<b>S. Nicolau</b>	<b>7</b>	
<i>Ribeira Brava</i>	5	
<i>Tarrafal</i>	2	1
<b>S. Vicente</b>	<b>9</b>	<b>1</b>
<b>Santiago</b>	<b>46</b>	
<i>Praia</i>	3	
<i>São Domingos</i>	5	
<i>Ribeira Grande-ST</i>	5	
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	4	
<i>Santa Cruz</i>	8	
<i>Santa Catarina-ST</i>	6	
<i>São Salvador do Mundo</i>	5	
<i>São Miguel</i>	4	
<i>Tarrafal</i>	6	4
<b>Sto Antão</b>	<b>15</b>	
<i>Riberia Grande-ST</i>	6	
<i>Porto Novo</i>	6	
<i>Paúl</i>	3	3
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>13</b>



A apresentação da informação foi feita em tabelas, quadros e gráficos. No que diz respeito ao conteúdo, as tabelas apresentam dados essencialmente quantitativos (números, valores, percentagens e informações estatísticas em geral), os quadros trazem dados de natureza qualitativa (ideias, informações, resumos e títulos) e os gráficos foram utilizados como formato alternativo às tabelas com os dados na posição horizontal e as informações e divisões na posição vertical.

Foram cruzadas as seguintes variáveis: Sede própria/data de fundação; número de mandatos consecutivos cumpridos pelos atuais membros/data da fundação; género do presidente do conselho diretivo e habilitações.

De destacar que para alguns indicadores, em se tratando de perguntas de respostas múltiplas, os valores ultrapassam os 100%, onde o survey contabiliza o número de vezes que uma opção foi escolhida. Se uma opção for escolhida por todos os inquiridos o valor é de 100%.

### **3.3 INQUÉRITO POR ENTREVISTA**

Recorreu-se a uma amostra representativa da população, ou seja, que tenta dispor nela as possíveis situações a encontrar na totalidade da população inquirida. O método escolhido para a determinação da amostra consistiu no método aleatório ou probabilístico, que consiste em tirar ao acaso do universo, um subconjunto ou amostra que irá representar a totalidade. A selecção aleatória de uma amostra implica que cada elemento selecionado tenha exactamente a mesma probabilidade de o ser. O método de selecção aleatória utilizada consistiu na selecção aleatória simples.

Segundo a base de dados dos projetos do POSER – 2014/2019, foram 221 as associações que têm sido parceiras do POSER. Por forma a garantir o cumprimento dos parâmetros internacionais em termos de representatividade dos dados levantados, inquirimos um total de 110 lideranças associativas<sup>14</sup>, com um intervalo de confiança de

---

<sup>14</sup> Ver Anexo II.

95% e uma margem de erro de 5%. A média da taxa de cobertura foi de 50% das associações parceiras do POSER.

**Tabela 3 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e a taxa de cobertura**

<b>Região</b>	<b>Total ACDs parceira do POSER</b>	<b>Total ACDs Inquiridas</b>	<b>Taxa de Cobertura</b>
Brava	15	6	40%
Fogo	35	19	54%
Maio	12	8	67%
Santo Antão	44	15	35%
Santiago	81	46	57%
São Vicente	11	9	82%
São Nicolau	23	7	30%
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>110</b>	<b>50%</b>

Fonte: Base de dados dos projetos do POSER – 2014/2019

Para a aplicação do questionário foram contratados 13 inquiridores, de ambos os sexos, na faixa etária dos 20 aos 35 anos, para as diferentes ilhas, sendo os responsáveis pela sua aplicação, onde as perguntas foram lidas e o inquiridor inseriu as respostas no tablet, no software informático *Survey123 for ArcGis*. O perfil exigido aos inquiridores foi: experiência prévia em aplicação de questionários, formação académica mínima de 12º ano (frequência do ensino superior foi uma vantagem adicional).

De realçar que fizemos a seleção e o treinamento dos inquiridores, que receberam uma ação de capacitação tendo no menu os seguintes itens: questões éticas e protocolares que devem ter em conta na abordagem dos inquiridos; familiarização com as perguntas e a organização do questionário; domínio do software e manuseio do aplicativo de recolha de dados no terreno.

De modo a ter um contato mais próximo com os inquiridores, para além do contato presencial, via telefone e email, recorreu-se à criação de grupos de mensagens nas redes sociais com inquiridores de cada ilha, onde puderam, em tempo real, exprimir suas dúvidas, colocar questões aos especialistas, partilhar as suas experiências de terreno, bem como tecer as suas apreciações sobre constrangimentos encontrados no decorrer da aplicação do inquérito.

Neste sentido, os inquiridores tiveram como constrangimentos a dificuldade em encontrar líderes associativos, pelo facto de muitas associações estarem desativadas; desconhecimento dos projetos financiados pelo POSER por parte dos atuais presidentes; dificuldades de acesso às localidades (Ribeirão Cal, Loura); dificuldade de transporte frequente para diversas localidades, chegando ao caso de terem de pernoitar em algumas localidades (Pico Leão) e em outras localidades percorrerem grandes distâncias a pé (15 Km) no percurso de ida e volta ou muito tempo de espera dos transportes; recusa de participação na entrevista, por parte de alguns líderes associativos (em Ribeirão Chiqueiro, tendo condicionado que outros membros de órgãos deliberativos participassem no inquérito); desconhecimento no local de algumas associações; fraco acesso à rede móvel em algumas localidades.

**Tabela 4 - Zonas de Intervenção – As ACDs inquiridas e número de inquiridores**

<b>Municípios</b>	<b>Total amostra</b>	<b>Inquiridores</b>	
<b>Brava</b>	<b>6</b>	1	
<b>Fogo</b>	<b>19</b>		
<i>São Filipe</i>	8		
<i>Mosteiros</i>	6		
<i>Santa Catarina-FG</i>	5		
<b>Maio</b>	<b>8</b>		2
<b>S. Nicolau</b>	<b>7</b>	1	
<i>Ribeira Brava</i>	5		
<i>Tarrafal</i>	2		
<b>S. Vicente</b>	<b>9</b>		1
<b>Santiago</b>	<b>46</b>		
<i>Praia</i>	3		
<i>São Domingos</i>	5		
<i>Ribeira Grande-ST</i>	5		
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	4		
<i>Santa Cruz</i>	8		
<i>Santa Catarina-ST</i>	6		
<i>São Salvador do Mundo</i>	5		
<i>São Miguel</i>	4		
<i>Tarrafal</i>	6		
<b>Sto Antão</b>	<b>15</b>		4
<i>Riberia Grande-ST</i>	6		3

<i>Porto Novo</i>	6	
<i>Paúl</i>	3	
<b>Total</b>	<b>110</b>	13

A apresentação da informação foi feita em tabelas, quadros e gráficos. No que diz respeito ao conteúdo, as tabelas apresentam dados essencialmente quantitativos (números, valores, percentagens e informações estatísticas em geral), os quadros trazem dados de natureza qualitativa (ideias, informações, resumos e títulos) e os gráficos foram utilizados como formato alternativo às tabelas com os dados na posição horizontal e as informações e divisões na posição vertical.

Foram cruzadas as seguintes variáveis: Sede própria/data de fundação; número de mandatos consecutivos cumpridos pelos atuais membros/data da fundação; género do presidente do conselho diretivo e habilitações.

De destacar que para alguns indicadores, em se tratando de perguntas de respostas múltiplas, os valores ultrapassam os 100%, onde o survey contabiliza o número de vezes que uma opção foi escolhida. Se uma opção for escolhida por todos os inquiridos o valor é de 100%.

#### 4. ANÁLISE DOS PROJETOS IMPLEMENTADOS PELO POSER

Foram implementados um total de 500 projetos nos 20 municípios abrangidos pelo POSER, tendo beneficiado 7629 indivíduos, sendo 4473 homens e 3156 mulheres. São Filipe foi o município com mais projetos executados (86) e Praia foi o município com menos projetos beneficiados (5). Porto Novo foi o município com maior número de beneficiários diretos (1626). Santa Catarina de Santiago, Tarrafal de Santiago e Porto Novo foram os municípios com mais mulheres beneficiadas. O domínio principal de atividade financiado foi a pecuária. No entanto, a agricultura surge como o domínio com maior número de beneficiários. Em todas as ilhas, os projetos foram submetidos na sua totalidade pelas Associações Comunitárias de diversas localidades. Analisando por município:

Na ilha da Brava foram financiados 33 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 110 pessoas, sendo 46 do sexo masculino e 60 do sexo feminino, de entre os quais 25 são jovens. Foram contempladas 3 pessoas para formação profissional que foi realizada na ilha do Fogo, onde foi disponibilizado um kit para o início da atividade. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 14, beneficiando 42 pessoas, seguido de comércio e serviços, com 7 projetos, beneficiando 7 pessoas. No entanto, o domínio da pesca tem o maior número de beneficiários, totalizando 44, seguido da pecuária, que totaliza 42 beneficiários.

Os domínios da pecuária e da formação profissional têm maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Os domínios de transformação agroalimentar e comércio tem maior proporção de beneficiários do sexo feminino. No domínio da pesca há um equilíbrio de género entre os beneficiários. Nota-se ainda que os domínios da pesca e da pecuária tem maior proporção de beneficiários jovens. No entanto, os domínios da agricultura e da formação só tem beneficiários do sexo masculino. A Associação que mais submeteu projeto financiado na ilha da Brava foi a Associação de Furna, com 5 projetos, seguida da Associação para Desenvolvimento de Lém, com 4 projetos.

Na ilha do Fogo foram financiados 118 projetos nos três municípios, nos domínios da pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 892 pessoas, sendo 616 do sexo masculino e 276 do sexo feminino, de entre os quais 200 são jovens.

No município de Mosteiros, foram financiados 18 projetos nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar e comércio e serviços, tendo beneficiado 50 pessoas, sendo 34 do sexo masculino e 16 do sexo feminino, de entre os quais 30 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais projectos, um total de 10, beneficiando 24 pessoas. À excepção do domínio de transformação agroalimentar, nos domínios da pesca, pecuária e comércio há maior proporção de beneficiários do sexo masculino. O domínio da pecuária foi aquele que mais beneficiou jovens no município. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação de Ribeira do Ilhéu, com 5 projetos.

No município de Santa Catarina do Fogo, foram financiados 14 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 28 pessoas, sendo 14 do sexo masculino e 14 do sexo feminino, de entre os quais 8 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 6, beneficiando 17 pessoas. À exceção do domínio da pecuária, nos demais domínios há maior proporção de beneficiários do sexo masculino. O domínio da pecuária foi aquele que mais beneficiou jovens no município. No entanto, os domínios da pesca, comércio e agricultura só têm beneficiários do sexo masculino. As Associações que mais submeteram projetos financiado no referido município foram a Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Monte Vermelho e Associação Amigos Unidos para Desenvolvimento de Agricultores de Cabeça Monte, com 5 projetos cada.

No município de São Filipe foram financiados 86 projetos nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 814 pessoas, sendo 568 do sexo masculino e 246 do sexo feminino, de entre os quais 162 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 29, beneficiando 100 pessoas, seguido da agricultura, com 17 projetos, beneficiando 619 pessoas. Neste particular, é o domínio da agricultura com o maior número de beneficiários. Nos domínios da pesca, comércio e agricultura temos maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Já nos domínios da pecuária, transformação agroalimentar há maior proporção de beneficiários do sexo feminino. A agricultura constitui o domínio com mais beneficiários jovens. No município quatro projetos foram estruturantes, onde beneficiaram 574 pessoas no município. As Associações que mais submeteram projetos financiado no referido município foram a Associação para Desenvolvimento de Achada Mentirosa, com 7 projetos; seguida da Associação Mãos Unidas para o desenvolvimento de São Jorge e da Associação de Desenvolvimento de Estância Roque<sup>15</sup>, com 6 projetos, cada.

---

<sup>15</sup> Surge na base de dados como fazendo parte do município de São Filipe. No entanto, faz parte do município de Santa Catarina do Fogo.

Na ilha do Maio foram financiados 22 projetos nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 249 pessoas, sendo 142 do sexo masculino e 107 do sexo feminino, de entre os quais 65 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 6, beneficiando 23 pessoas. No entanto, o domínio da agricultura tem o maior número de beneficiários, totalizando 186 pessoas. Nos domínios da pesca, transformação agroalimentar há maior proporção de beneficiários do sexo masculino. No entanto, nos domínios da pecuária e comércio há maior proporção de beneficiários do sexo feminino. A agricultura constitui o domínio com mais beneficiários jovens. No entanto os domínios de comércio e formação profissional só tem beneficiários do sexo feminino. Na agricultura, dois projetos foram estruturantes, beneficiando 183 pessoas na ilha. A Associação que mais submeteu projeto financiado na ilha do Maio foi a Associação Comunitária Figueirense, com 3 projetos.

Na ilha de São Nicolau foram financiados 122 projetos nos dois municípios (Ribeira Brava e Tarrafal), nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 642 pessoas, sendo 380 do sexo masculino e 262 do sexo feminino, de entre os quais 159 são jovens.

No Município de Ribeira Brava foram financiados 36 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 488 pessoas, sendo 298 do sexo masculino e 190 do sexo feminino, de entre os quais 139 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 10, beneficiando 25 pessoas, seguido da agricultura, com 9 projetos, beneficiando 336 pessoas. Neste particular, é o domínio da agricultura com o maior número de beneficiários, seguido do domínio da formação profissional, que beneficiou 106 pessoas.

Nos domínios da pesca, agricultura e formação profissional há maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Já nos domínios da pecuária e transformação agroalimentar há maior proporção de beneficiários do sexo feminino. No domínio do comércio há um equilíbrio em termos de género. No setor da transformação agroalimentar só há beneficiários do sexo feminino. O domínio da formação profissional constitui aquele com maior número de beneficiários jovens.

Na agricultura, quatro projetos foram estruturantes, beneficiando 293 pessoas no município. Nota-se que no município houve apresentação de projetos conjuntos entre associações na ação de capacitação na área turismo; Ação de Capacitação sobre manutenção de equipamento de frio; Formação de turismo e estágio; Ação de Capacitação em gestão e exploração agropecuárias; Ação de Capacitação em gestão dos pequenos negócios e Ação de Capacitação em Cozinha básica. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Tartolho, com 7 projetos.

No Município de Tarrafal foram financiados 15 projetos nos domínios da pecuária, transformação agroalimentar, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 154 pessoas, sendo 82 do sexo masculino e 72 do sexo feminino, de entre os quais 20 são jovens. Nota-se que no domínio da agricultura foram submetidos mais microprojectos, um total de 9, beneficiando 109 pessoas. Os domínios da transformação agroalimentar e formação profissional tem maior proporção de beneficiários do sexo feminino. Já o domínio da agricultura tem maior proporção de beneficiários do sexo masculino. No domínio da pecuária há um equilíbrio de género entre os beneficiários. O domínio da agricultura tem maior número de beneficiários jovens. Na agricultura, um dos projetos foi estruturante, beneficiando 20 pessoas no município. No município houve apresentação de projetos conjuntos entre associações na Ação de Capacitação em Cozinha básica e Instalação de microempresa. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação ARBÊ DFONTE (Cabeçalinho), com 3 projetos.

Na ilha de São Vicente foram financiados 61 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 501 pessoas, sendo 293 do sexo masculino e 208 do sexo feminino, de entre os quais 86 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 26, beneficiando 304 pessoas, seguido do domínio da agricultura, com 15 projetos e beneficiando 151 pessoas. Os domínios da pesca, pecuária e agricultura têm maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Os domínios de transformação agroalimentar e comércio têm maior proporção de beneficiários do sexo feminino. No domínio da transformação agroalimentar não há beneficiários do sexo masculino. No domínio da agricultura há maior número de beneficiários jovens. Na pecuária, três projetos foram estruturantes, beneficiando 240 pessoas na ilha. Um projeto foi



estruturante na agricultura, beneficiando 117 pessoas. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação Associação Desportivo Andorinha F.C., com 15 projetos.

Na ilha de Santo Antão foram financiados 94 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado na ilha 2119 pessoas, sendo 1274 do sexo masculino e 845 do sexo feminino, de entre os quais 247 são jovens.

No Município do Paul foram financiados 19 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 131 pessoas, sendo 82 do sexo masculino e 49 do sexo feminino, de entre os quais 15 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 6, beneficiando 29 pessoas. No entanto, o domínio da agricultura tem o maior número de beneficiários, totalizando 63 pessoas.

Os domínios da pesca e agricultura têm maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Os domínios da pecuária e transformação agroalimentar têm maior proporção de beneficiários do sexo feminino. No domínio de comércio há um equilíbrio de género entre os beneficiários. No domínio da pesca há mais beneficiários jovens. Na pesca, um projeto foi estruturante, beneficiando 15 pessoas no município. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação de Desenvolvimento Comunitária Praia Gi/Ribeira das Pombas, com 4 projetos.

No Município do Porto Novo foram financiados 40 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços e agricultura, tendo beneficiado 1626 pessoas, sendo 973 do sexo masculino e 653 do sexo feminino, de entre os quais 162 são jovens. Nota-se que no domínio da agricultura foram submetidos mais microprojectos, um total de 21, beneficiando 1265 pessoas. Nos domínios da pesca e agricultura há maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Os domínios da pecuária, transformação agroalimentar e comércio há maior proporção de beneficiários do sexo feminino. No domínio da agricultura há maior número de beneficiários jovens. Na pesca, um projeto foi estruturante, beneficiando 274 pessoas no município. Na agricultura, 15 projetos foram estruturantes, beneficiando 1203 pessoas. A Associação

que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Porto Novo, com 4 projetos.

No Município de Ribeira Grande foram financiados 35 projetos, nos domínios da pesca, pecuária, transformação agroalimentar, comércio e serviços, agricultura e formação profissional, tendo beneficiado 362 pessoas, sendo 219 do sexo masculino e 143 do sexo feminino, de entre os quais 70 são jovens. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 11, beneficiando 60 pessoas. No entanto, a agricultura foi o domínio com maior número de beneficiários, nomeadamente 159 pessoas. Os domínios da pesca, comércio e agricultura têm maior proporção de beneficiários do sexo masculino. Já os domínios da pecuária, transformação agroalimentar e formação profissional têm maior proporção de beneficiários do sexo masculino. No domínio da transformação agroalimentar só há beneficiários do sexo feminino. No domínio da pesca há maior número de beneficiários jovens. Na pesca, quatro projetos foram estruturantes, beneficiando 60 pessoas no município. Na agricultura, 6 projetos foram estruturantes, beneficiando 159 pessoas. Ainda, um projeto foi estruturante no domínio do comércio, beneficiando 39 pessoas. A Associação que mais submeteu projeto financiado no referido município foi a Associação Desenvolvimento Comunitária de Paço, com 7 projetos.

Na ilha de Santiago foram financiados 124 projetos, sendo 22 estruturantes e 102 microprojectos, tendo beneficiado 3116 pessoas, sendo 1718 do sexo masculino e 1398 do sexo feminino, de entre os quais 601 são jovens. Os projetos estruturantes implementados na ilha foram no domínio da construção de infraestruturas e apoio à produção agrícola e pecuária. Os projetos abrangeram uma grande diversidade de áreas abarcando sobretudo a promoção de pequenos negócios, transformação agroalimentar, comércio e serviços.

No Município de Tarrafal foram financiados 22 projetos sendo 18 projetos, quatro estruturantes, tendo beneficiado 544 indivíduos. Os microprojectos implementados no município foram no domínio da pesca, pecuária, e transformação agroalimentar e os projetos estruturantes foram todos na área da agricultura. No domínio da pecuária foram submetidos mais microprojectos, um total de 12, beneficiando 30 pessoas, todas do sexo feminino, sendo 6 jovens. A agricultura beneficiou 10 pessoas, a pesca 7 pessoas e as atividades de transformação alimentar 8 pessoas. Os projetos estruturantes beneficiaram

498 pessoas, sendo 227 homens, 262 mulheres, incluindo 96 jovens. A associação com mais projetos submetidos e aprovados foi a Associação Para Desenvolvimento De Mato Mendes.

No Município de Santa Catarina de Santiago foram financiados 16 projetos sendo onze projetos, cinco estruturantes e estando todos concluídos. No total os projetos beneficiaram 660 indivíduos, sendo 334 homens e 306 mulheres. Os projetos implementados no município foram no domínio da pesca, pecuária, e transformação agroalimentar e os projetos estruturantes foram quatro na área da agricultura e uma no domínio da pesca. O projeto executado no domínio da pesca beneficiou apenas indivíduos adultos do sexo masculino, enquanto que na área de transformação alimentar se beneficiou apenas as mulheres. Já os projetos no domínio da agricultura beneficiaram de forma equilibrada tanto homens como mulheres. A agricultura foi também o setor que mais projetos mobilizou, um total de 9, e mais pessoas beneficiou, 613, sendo 324 homens e 289 mulheres. No domínio da pecuária foram executados cinco projetos que beneficiaram um total de 27 indivíduos, sendo 12 homens e 15 mulheres. As associações com mais projetos submetidos e aprovados foram a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pedra Barro e Associação para Desenvolvimento de Ribeira dos Engenhos, ambos com dois projetos cada um.

No Município de São Miguel foram implementados 15 projetos sendo 14 projetos, e um estruturante. No total os projetos beneficiaram 172 indivíduos, sendo 84 homens e 88 mulheres. Os microprojectos implementados no município foram no domínio da pesca, pecuária, e transformação agroalimentar e o projeto estruturante foi implementado na área da agricultura, mais concretamente na implantação de uma Rede de Distribuição de água e instalação de parcelas agrícolas. No domínio da pecuária foram executados quatro projetos já concluídos e um está em curso neste momento. Os projetos abrangeram sobretudo a construção de estruturas de confinamento de animais como currais, pocilgas e aviários. Os principais beneficiários foram sobretudo mulheres, 23 num total de 30.

Apesar de terem sido implementados apenas dois projetos, a agricultura é a atividade que apresenta mais beneficiários diretos, 90, sendo 67 homens e 23 mulheres. As mulheres foram as mais beneficiadas nos projetos implementados nas áreas de

transformação alimentar, pescado e comércio. A associação com mais projetos submetidos e aprovados foi a Associação de Pescadores e Peixeiras de São Miguel.

No Município de Santa Cruz foram implementados 18 projetos, sendo 16 projetos, e dois estruturantes e estando todos concluídos. No total os projetos beneficiaram 231 indivíduos, sendo 125 homens, 106 mulheres, entre os quais 48 jovens. Os microprojectos implementados no município foram no domínio da pesca, pecuária, e transformação agroalimentar e o projeto estruturante foi implementado na área da cultura, mais concretamente na implantação de uma Rede de Distribuição de água e instalação de sistemas de micro-irrigação em parcelas agrícolas. Nota-se o predomínio da área da pecuária com um total de 10 projetos executados. Os projetos abrangeram sobretudo a construção de aviários e o apoio à criação de suínos para comercialização. Os principais beneficiários foram sobretudo mulheres, 11 num total de 15.

Apesar de terem sido implementados apenas quatro projetos, a agricultura é a atividade que apresenta mais beneficiários diretos, 165, sendo 110 homens e 55 mulheres, incluindo 22 jovens. As mulheres foram as mais beneficiadas nos projetos implementados nas áreas de transformação alimentar, pescado e comércio. A associação com mais projetos submetidos e aprovados foi a Associação Juvenil de Achada Bel Bel.

No Município de São Salvador do Mundo foram implementados 15 projetos sendo 12 projetos, três estruturantes. No total os projetos beneficiaram 246 indivíduos, sendo 114 homens, 132 mulheres, entre os quais 28 jovens. Os microprojectos implementados no município foram no domínio da agricultura, pecuária, e transformação agroalimentar e os projetos estruturantes foram implementados exclusivamente na área da cultura, mais concretamente na implantação de redes de distribuição de água, construção de reservatórios, instalação de sistemas de micro-irrigação e painéis solares.

Ao nível da pecuária foram executados cinco projetos sendo quatro no domínio de avicultura e um na caprinicultura. Os beneficiários diretos foram exclusivamente do género feminino, num total de 22, sendo 4 jovens. No domínio da agricultura foram implementados um total de oito projetos nos mais variados domínios (Cultivo hidropónico, cultivo de Batata inglesa, instalação de viveiro de plantas ornamentais e fruteiras, reabilitação de poço e instalação de sistema de rega gota a gota, Instalação do sistema rega gota a gota, Construção de reservatório, rede de adução e campo solar). No

total foram beneficiadas 219 pessoas, sendo 111 homens, 108 mulheres. Portanto, os projetos agrícolas foram os que mais beneficiários atingiram.

As áreas de transformação alimentar e comércio e serviços foram beneficiados apenas com um projeto cada (implementação de uma Padaria artesanal e montagem de uma oficina de carpintaria e marcenaria, respetivamente). As associações com mais projetos submetidos e aprovados foram a Associação para Desenvolvimento de Jalalo Ramos e a Associação de Mulheres de Pico, ambas com três projetos.

No Município de São Lourenço dos Órgãos foram implementados 12 projetos, todos já concluídos, sendo 11 projetos e um estruturante. No total os projetos beneficiaram 420 indivíduos, sendo 164 homens, 256 mulheres, entre os quais 9 jovens.

Os microprojectos implementados no município foram no domínio da agricultura, pecuária, e transformação agroalimentar e construção de pequenas infraestruturas e o projeto estruturante foi implementado exclusivamente na área da agricultura, mais concretamente na construção de um muro de proteção de furo para abastecimento de água. Ao nível da pecuária foram executados três projetos sendo dois no domínio de avicultura e um na caprinicultura. Os beneficiários diretos foram 11 mulheres e um homem, entre eles dois jovens.

No domínio da agricultura foram implementados um total de sete projetos nos mais variados domínios (cultivo hidropónico, construção de Reservatório e Instalação de Sistema de rega gota a gota e Construção de muro de proteção de furo para abastecimento de água). No total foram beneficiadas 391 pessoas, sendo 160 homens e 231 mulheres. Portanto os projetos agrícolas foram os que mais beneficiários atingiram. Ao nível da transformação alimentar foram implementados dois projetos (padaria artesanal e transformação de Produtos) que beneficiaram seis pessoas, sendo um homem e cinco mulheres. A associação com mais projetos submetidos e aprovados foi a Associação do Vale de São Jorge com três projetos.

No Município de São Domingos foram implementados 13 projetos, estando um ainda em execução, sendo 8 projetos e cinco estruturantes. No total, os projetos beneficiaram 661 indivíduos, sendo 531 homens, 130 mulheres, entre os quais 149 jovens.

Os microprojectos implementados no município foram no domínio da agricultura (Montagem de uma estufa hidropónica) e da pecuária (criação de galinhas poedeira e

criação e Produção de Suínos). Os projetos estruturantes abrangeram uma diversidade de áreas como o Reforço de produção de Suíno, modernização e reforço da atividade agrícola, Instalação de Conduto e Limpeza de Galaria, Instalação de rede de adução e painel solar e construção de reservatório Instalação de rede de adução de água.

Ao nível da pecuária foram executados sete projetos. Os beneficiários diretos foram 43 mulheres e 14 homens, entre eles nove jovens. No domínio da agricultura foram implementados um total de cinco projetos. No total foram beneficiadas 603 pessoas, sendo 517 homens, 86 mulheres. Portanto, os projetos agrícolas foram os que mais beneficiários atingiram. Ao nível da transformação alimentar foi implementado apenas um projeto (Unidade de Panificação) que beneficiou apenas uma pessoa do género feminino.

No Município de Ribeira Grande de Santiago foram implementados 9 projetos, estando todos concluídos, sendo 8 projetos e um estruturante. No total os projetos beneficiaram 174 indivíduos, sendo 106 homens, 68 mulheres, entre os quais 83 jovens.

Os microprojectos implementados no município foram no domínio da agricultura, pesca, pecuária, serviços e transformação alimentar. O único projeto estruturante implementado no município foi no domínio da Construção de um reservatório e Instalação de rede de adução de água. Ao nível da pecuária foi executado apenas um projeto de criação de galinhas Poedeiras. Os beneficiários diretos foram 18 mulheres e um homem, sendo seis jovens. Na pesca foram executados dois projetos nos domínios da aquisição e kits de pesca e comercialização de pescado. No total foram beneficiadas 30 pessoas, sendo 23 homens e 7 mulheres, incluindo 16 jovens.

No domínio da agricultura foram implementados dois projetos sendo um no domínio da modernização da agricultura e outro na construção de reservatório e Instalação de rede de adução de água. No total foram beneficiadas 107 pessoas, sendo 80 homens e 27 mulheres. Portanto, os projetos agrícolas foram os que mais beneficiários atingiram. Ainda foram executados três projetos de reforço de Pequenos Negócio nas áreas de estética e beleza que beneficiaram 15 mulheres e 2 homens. Cada associação foi beneficiada apenas com um projeto.

Na Praia Rural foram implementados apenas cinco projetos, estando todos concluídos. No total os projetos beneficiaram 8 indivíduos, sendo 6 homens, 2 mulheres.

Os microprojectos implementados no município foram quatro, no domínio da pecuária (criação de pintos de carne e ovos, produção e comercialização de suínos, criação de galinhas poedeira) e uma no comércio e serviços (carpintaria e marcenaria). A associação com mais projetos submetidos e aprovados foi a Associação Comunitário de Desenvolvimento de São Martinho Pequeno.

**Tabela 5 – Total de projetos implementados**

Ilha	Município	Total projetos financiados	Domínio principal de atividade	Associação que apresentou mais projetos	Total beneficiários	Total Beneficiários Género		Domínio com mais beneficiários
						M	F	
Brava	Brava	33	Pecuária	Associação de Furna	110	46	60	Pesca
Fogo	Mosteiros	18	Pecuária	Associação de Ribeira de Ilhéu	50	34	16	Pecuária
Fogo	Santa Catarina do Fogo	14	Pecuária	Associação para o desenvolvimento Comunitário de Monte Vermelho Associação Amigos Unidos para o desenvolvimento de Agricultores de Cabeça Monte	20	14	14	Pecuária
Fogo	São Filipe	86	Pecuária	Associação para Desenvolvimento de Achada Mentirosa	807	568	246	Agricultura
Maio	Maio	22	Pecuária	Associação Comunitária Figueirense	249	142	107	Agricultura
São Nicolau	Ribeira Brava	36	Pecuária	Tartolho	488	298	190	Agricultura
São Nicolau	Tarrafal	15	Agricultura	ARBÊ DFONTE (Cabeçalinho)	154	82	72	Agricultura
São Vicente	São Vicente	61	Pecuária	Associação Associação Desportivo Andorinha F.C.	501	293	208	Pecuária
Santiago	Santa Catarina	12	Agricultura	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pedra Barro e Associação para Desenvolvimento de Ribeira dos Engenhos	660	334	306	Agricultura
Santiago	São Lourenço dos Órgãos	12	Agricultura	Associação do Vale de São Jorge com três projetos.	420	164	256	Agricultura
Santiago	São Salvador do Mundo	15	Agricultura	Associação para Desenvolvimento de Jalalo Ramos; Associação de Mulheres de Pico	246	114	132	Agricultura
Santiago	Santa Cruz	18	Pecuária	Associação Juvenil de Achada Bel Bel;	231	125	106	Agricultura
Santiago	São Miguel	15	Pecuária	Associação de Pescadores e Peixeiras de São Miguel;	172	84	88	Agricultura
Santiago	Tarrafal	22	Pecuária	Associação Para Desenvolvimento De Mato Mendes	544	238	306	Agricultura
Santiago	Praia rural	5	Pecuária	Associação Comunitário de Desenvolvimento de São Martinho Pequeno;	8	2	6	Pecuária
Santiago	Ribeira Grande de Santiago	9	Comércio de Serviços	Cada associação foi beneficiada apenas com um projeto	174	106	68	Agricultura



Santiago	São Domingos	13	Pecuária	Cada associação foi beneficiada apenas com um projeto	661	531	130	Agricultura
Santo Antão	Paul	19	Pecuária	Associação Desenvolvimento Comunitária Praia Gi/Ribeira das Pombas	131	82	49	Agricultura
Santo Antão	Porto Novo	40	Agricultura	Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores de Porto Novo	1626	973	653	Agricultura
Santo Antão	Ribeira Grande	35	Pesca	Associação Desenvolvimento Comunitária de Paço	362	219	143	Agricultura
Total		500			7629	4473	3156	

**Fonte:** Elaboração própria com base nos Dados Projetos POSER 2014-2019

## 5. ORGANIZAÇÃO INTERNA DAS ACDS

Neste tópico recolheram-se informações sobre a data de fundação e identificação das associações, a sua sigla, a sua localização geográfica, a sua personalidade jurídica, o número de membros, as quotas e jóias<sup>16</sup> de constituição, as condições de funcionamento das associações, nomeadamente, as condições infraestruturais, como por exemplo, se têm sede própria ou não; contabilidade organizada; regularidade de realização de reuniões dos órgãos sociais da associação; pagamento de quotas, existência de atas de diferentes órgãos, o plano de atividades, os relatórios de atividades e contas e a existência de contabilidade organizada.

Ao analisarmos os dados referentes à data de fundação das ACDs parceiras do POSER podemos concluir que os mesmos refletem a evolução histórica do movimento associativo em Cabo Verde. Antes da abertura democrática em 1991, o número de organizações de carácter associativo era bastante residual e concentrados sobretudo na Cidade da Praia. O grande boom em termos de surgimento de ACDs por todo o país se deu na primeira década

---

<sup>16</sup> As jóias são entendidas como a participação individual dos membros no Capital Social da Associação.

do Séc. XXI (51,2%). Nota-se que no período entre 1991 a 2000 há um boom de associações na ilha do Maio e no período de 2001 a 2010 nas ilhas de São Vicente e São Nicolau, tendo todas as associações inquiridas surgidas nesse período. Atualmente entramos numa fase estacionária em termos de surgimento de novas associações. Contudo, ainda se regista alguma dinâmica de criação de novas ACDs sobretudo nas ilhas da Brava (50%), Santo Antão (26%), Maio (25%) e Santiago (20%). De realçar que o quadro jurídico atual do associativismo em Cabo Verde dá sinais de obsolência.

**Tabela 6 - Data de fundação das associações segundo ilha**

Data de fundação das Associações	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Antes de 1991	0%	0%	0%	0%	0%	0%	4,4%
De 1991 a 2000	0%	42%	50%	0%	0%	14%	24,4%
De 2001 a 2010	50%	53%	25%	100%	100%	60%	51,2%
De 2011 a 2020	50%	5%	25%	0%	0%	26%	20%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

O movimento associativo é mais antigo na ilha de Santiago. A ACD mais antiga a operar em Cabo Verde foi fundada na referida ilha há 46 anos, enquanto que a mais nova foi fundada há 2 anos na ilha da Brava.

**Tabela 7 - Anos de funcionamento das associações segundo ilha**

Anos de funcionamento	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Mínimo	2	9	25	10	11	3	8
Máximo	19	24	6	20	19	21	46

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A grande maioria das ACDs inquiridas afirmam estar devidamente legalizadas, ou seja, têm personalidade jurídica reconhecida, assentando o seu funcionamento numa

organização formal. Estes valores atingem 100% nas ilhas da Brava, Fogo, Maio, São Nicolau e Santo Antão. São Vicente e Santiago são as exceções com 11,11% e 4,35% de ACDs não legalizadas, respetivamente, embora Santiago ser a ilha com associações mais antigas.

Nota-se pelas entrevistas que os objetivos de cada associação foram traçados livremente no ato da sua constituição.

**Tabela 8 - Personalidade jurídica das associações segundo ilha**

Personalidade jurídica	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Legalizada	100%	100%	100%	100%	88,89%	100%	95,65%
Não legalizada	0%	0%	0%	0%	11,11%	0%	4,35%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A posse de sede própria continua sendo uma das principais dificuldades das ACDs em Cabo Verde. A maioria das associações inquiridas não possui domicílio legal nem um local principal das suas atividades. São Nicolau é a ilha com maior percental de ACDs inquiridas que afirmam ter sede própria (57,14%). No extremo oposto temos Santiago em que apenas 15% possui sede própria.

Brava, Fogo e São Nicolau são as ilhas em que cerca de metade das ACDs possuem sede própria, enquanto que Maio, São Vicente, Santo Antão e Santiago estão todos abaixo de 35%.

**Tabela 9 - Posse de sede segundo ilha**

Posse de Sede	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	50%	52,63%	25%	57,14%	33,33%	20%	15,22%
Não	50%	47,37%	75%	42,86%	44,44%	46,67%	76,09%
Outro	0%	0%			22,22%	33,33%	8,7%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As razões mais apontadas em todas ilhas para a falta de sede própria foram: falta de recursos financeiros e falta de espaço para construção. Durante as entrevistas focaram-se no constrangimento de equipamentos na sede (desde mobiliário, computador, impressora e outros equipamentos informáticos), o que tem dificultado a sua capacitação material, constituindo um grande entrave organizacional.

**Quadro 1 - Razões para a falta de sede segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Razões para a falta de sede</b>
Brava	Falta de financiamento
Fogo	Falta de financiamento Problemas financeiros Foi destruído com a erupção vulcânica de 2014 Falta de fundo e de terreno Falta de fundo
Maio	Falta de condições financeiras/ falta de fundos Não é necessário Falta de espaço
São Nicolau	Falta de condições financeiras
São Vicente	Utilizam um espaço cedido pelo MAA A estrutura ainda é fraca para ter sede Costumamos utilizar um espaço da câmara municipal para fazer os encontros e Reuniões Usam espaço cedido pelo INDP
Santo Antão	Porque as associações não são levadas a sério Falta de meios financeiros para construção Falta de espaço/local para construção de sede
Santiago	Falta de meios financeiros Usam espaço da sede do parque natural Sede em construção neste momento Cedência do espaço na escola Elevados custos para construção

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maior parte das associações que possui sede própria declara ser proprietária dos espaços que ocupam. Esta tendência atinge os 100% no Fogo, 66% na Brava, 25% no Maio, 22,22% em São Vicente. São Nicolau é uma exceção pois a totalidade das ACDs inquiridas afirmaram possuir a sua sede num espaço cedido por uma outra instituição.

Durante a deslocação às sedes nas diversas localidades, a maioria encontra-se em estado degradado, carecendo de obras urgentes. Caso curioso é de uma sede que foi posto

fogo em Fajã, na ilha de São Nicolau, queimando assim alguns equipamentos financiados, o que pode revelar muito descontentamento com a atuação da associação.

**Tabela 10 - Modalidade de sede segundo ilha**

Modalidade de sede	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Arrendada	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2,17%
Emprestada	33,4%	0%	0%	100%	11,11%	6,67%	0%
Propriedade da Associação	66,6%	100%	25%	0%	22,22%	6,67%	10,87%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	6,67%	2,17%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Quinhentos escudos tem sido o valor padrão das jóias de admissão dos sócios nas ACDs caboverdianas. Com exceção de São Vicente, este é o valor cobrado por mais de 85% das associações em todas as demais ilhas, atingindo os 100% na Brava e São Nicolau.

**Tabela 11 - Valor das jóias de admissão dos sócios segundo ilha**

Valor das jóias de admissão dos sócios	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Menos de 500	0%	5,26%	0%	0%	22,22%	6,97%	8,7%
500	100%	94,74%	87,5%	100%	55,56%	93,33%	86,96%
Entre 600 a 1000	0%	0%	0%	0%	22,22%	0%	4,35%
Mais de mil	0%	0%	12,5%	0%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Cem escudos tem sido o valor padrão das quotizações mensais dos sócios nas ACDs caboverdianas. É o valor praticado por 100% das associações inquiridas na Brava, Maio e São Nicolau e ultrapassa os 80% em Santiago e Fogo.

Cerca de 20% das ACDs de Santo Antão cobram uma quota mínima de 50 escudos e 11,11% das associações inquiridas em São Vicente cobram 200 escudos.

Não identificamos nenhuma associação que cobra valores superiores a 200 escudos.

**Tabela 12 - Valor mensal das quotas segundo ilha**

Valor mensal das quotas	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
50	0%	5,26%	0%	0%	11,11%	20%	17,39%
100	100%	89,47%	100%	100%	77,78%	80%	80,43%
200	0%	5,26%	0%	0%	11,11%	0%	2,17%
Mais de 200	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maior parte dos associados não têm cumprido com as suas obrigações de forma regular. Todas as associações inquiridas nas ilhas do Maio, São Nicolau e Santo Antão afirmaram que os sócios estão em incumprimento no que tange ao pagamento regular das quotas.

Brava, São Vicente e Santiago são as ilhas com melhores resultados em termos de pagamento das quotas com cerca de 16,67%, 11,11% e 10,87%, respetivamente, das associações cujos sócios estão cumprindo com as suas obrigações. Em alguns casos são disponibilizadas doações, principalmente por parte de imigrantes.

O pagamento não tem acontecido de forma regular, segundo os líderes associativos entrevistados. As associações têm formas modernas de pagamento de quotas, via transferência bancária automática. O pagamento das quotas, em alguns casos é uma condição para acesso a pedidos de créditos onde a associação serve de fiança. O montante do pagamento das quotas, associados aos excedentes dos contratos tem permitido que as associações disponibilizem apoios pontuais.

“Antes da pandemia o pagamento das quotas era mais regular. Com a pandemia muitos sócios deixaram de pagar. Felizmente temos alguns imigrantes que também nos apoiam financeiramente” (Anselmo Pina, Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento do Lém, abril de 2021).

“Temos 80 sócios. Quota é 50\$00 por mês. Sócios costumam pagar quota porque precisam da caução para o presidente poder assinar quando vão pedir empréstimo no

microcrédito Sol e Fogo. É uma tabela de 50 contos para baixo, para não criar problemas também na direção. Tem honrado o empréstimo” (Redinilson Cula, Presidente ACDMI Jardim/Batente, fevereiro de 2021).

“Antes da pandemia recebíamos uma média mensal de 12 a 13 mil escudos mensais de quotização dos nossos associados. Este valor dava para cobrir todas as despesas de funcionamento da associação. Atualmente o valor mensal que recebemos dos nossos associados anda à volta de 4 a 5 mil escudos mensais” (Jorge Melo, Presidente da Associação Amigos de Calhau, janeiro de 2021).

O pagamento das quotas é irrisório neste momento. Aqui a única associação que as pessoas pagam quotas regularmente, e sem reclamar, é so as associações funerárias, porque com a morte ninguém brinca” (Domingos Sanches Tavares, Presidente da Associação Agro Santa Cruz, abril de 2021).

“Deixamos de cobrar quotas porque muitas pessoas não podiam pagar regularmente e isso limitava a participação de muitos sócios nas tomadas de decisões da associação. Assim decidimos que a associação deveria procurar outras formas de gerar receitas para a sua subsistência” (Filipa Sanches, Presidente da Associação Agro Tenda, abril de 2021).

“Pessoas não têm estado a pagar quota. Não há trabalho, não exigimos” (Mamede Lopes da Costa, presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Trás os Montes, abril de 2021).

**Tabela 13 - Regularidade no pagamento das quotas segundo ilha**

Regularidade no pagamento das quotas	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	16,67%	5,26%	0%	0%	11,11%	0%	10,87%
Não	83,33%	94,74%	100%	100%	88,89%	100%	89,13%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

No que diz respeito ao número de membros fundadores, a maioria das ACDs inquiridas foram fundadas com menos de 30 membros. Fogo é a ilha com mais associações que iniciaram as suas atividades com menos de 30 sócios fundadores (68%), seguido por São Nicolau (58%), São Vicente (56%), Santiago (52%) e Maio (50%).

A ilha Brava é a única cujo número de membros fundadores da maior parte das ACDs inquiridas foram fundadas por entre 30 a 60 membros (66,6%).

A percentagem de associações que foram fundadas por mais de 60 pessoas não ultrapassa os 35% em nenhuma das ilhas.

De realçar que os associados aceitam ser membros das associações por se identificarem com seus estatutos, que regem os princípios e as regras das associações.

**Tabela 14 - Número de membros fundadores segundo ilha**

Número de membros fundadores	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Menos de 30	0%	68%	50%	58%	56%	33,33%	52%
Entre 30 a 60	66,6%	26%	25%	14%	33%	33,33%	28%
Entre 61 a 80	16,7%	0%	25%	14%	0%	33,33%	15%
Mais de 80	16,7%	6%	0%	14%	11%	0%	5%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de membros fundadores por género, Santo Antão é a ilha com menor participação feminina (34,3%). Do lado oposto encontramos as ilhas do Maio e São Vicente com 57% dos membros fundadores do género feminino.

Fogo, Maio, São Vicente e Santiago apresentam todos mais de 50% de mulheres na lista dos membros fundadores. Abaixo de 50% temos Brava, São Nicolau e Santo Antão.

**Tabela 15 - Número de membros fundadores por género segundo ilha**

Número de membros fundadores por género	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Homens	53,5%	49%	43%	58%	43%	65,7%	44,6%
Mulheres	46,5%	51%	57%	42%	57%	34,3%	55,4%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Atualmente o número de membros de maior parte das ACDs inquiridas é inferior a 40. Inclusive uma parte significativa das associações em algumas ilhas como Maio (50%) e Santiago (41%) são compostas maioritariamente por menos de 20 membros.



São Nicolau é a ilha com maior percentagem de associações com entre 41 a 60 membros atualmente (44,44%).

O número de associações, em todas as ilhas, com mais de 60 membros não chega aos 35%.

Nota-se que as associações do Fogo, São Vicente e Santo Antão são neste momento as mais populosas.

**Tabela 16 - Número de membros atuais segundo ilha**

Número de membros atuais	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Menos de 20	33,33%	21%	50%	28%	0%	26,6%	41%
Entre 20 a 40	50%	26%	12,5%	14%	44,44%	26,6%	26%
Entre 41 a 60	0%	26%	25%	44%	33,33%	13,3%	15%
Entre 61 a 80	16,67%	6%	12,5%	0%	0%	13,3%	11%
Mais de 80	0%	21%	0%	14%	22,27%	20,2%	7%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Nas ilhas de Fogo, Maio, São Vicente e Santo Antão, os homens são maioria e nas ilhas de Brava, São Nicolau e Santiago predominam as mulheres. Santiago é a ilha que atualmente apresenta o maior número de mulheres membros das ACDs (60%), seguido por São Nicolau e Brava com 56% e 55,3%, respetivamente. São Vicente é atualmente a ilha com a pior participação feminina (24%).

Verifica-se uma evolução positiva da participação das mulheres nas ACDs nas ilhas de Brava e São Nicolau. No entanto, nas ilhas de Fogo, Maio e São Vicente há uma evolução negativa da participação feminina. Nota-se ausência de variações da participação feminina na ilha de Santiago.

**Tabela 17 - Número de membros atuais por género segundo ilha**

Número de membros atuais por género	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Homens	44,7%	57,3%	54%	44%	76%	59,2%	40%
Mulheres	55,3%	42,7%	46%	56%	24%	40,8%	60%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As reuniões das associações constituem momentos propícios de informar os locais, discutir e propor soluções, onde os associados e outros presentes expressam livremente as suas opiniões, identificam as suas necessidades e as áreas privilegiadas de intervenção. Elas não se limitam exclusivamente ao âmbito de projetos, mas também ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de estratégias conjuntas de se pensar o desenvolvimento local.

As lideranças são democráticas onde os líderes se colocam como fazendo parte das associações, apelando a decisões participativas quando, não possível em Assembleia, resultante da reunião do Conselho Diretivo, permitindo coesão na associação.

Normalmente todas as associações inquiridas estão estruturadas com os três órgãos fundamentais, o Conselho Diretivo, o Conselho Fiscal e a Assembleia Geral.

O Conselho diretivo, responsável pela gestão corrente da associação, é o órgão máximo de administração que coordena e gere toda a atividade associativa.

Ao analisarmos os dados relativos à última reunião do Conselho Diretivo podemos constatar que uma parte significativa das ACDs Caboverdianas estão inoperantes no presente momento. A ilha do Maio é o caso mais evidente com cerca de 37,5% das associações a não reunirem o seu órgão diretivo há mais de três anos. Em igual situação temos 25% das ACDs em Santiago, 16,67% na Brava, 16% no Fogo e 13,3% em Santo Antão.

No extremo oposto temos 50% na Brava, 57% em São Nicolau e 53,3% em São Nicolau que afirmam ter reunido o seu Conselho Diretivo no corrente ano.

Pelas entrevistas, o Conselho Diretivo tem-se reunido com alguma frequência sempre que há novidades sobre financiamentos ou outros assuntos importantes para a associação ou para se prepararem para a assembleia Geral.

A realização de reuniões no seio das associações tem vindo a diminuir nos últimos anos, situação que se agrava no período da pandemia da COVID-19, pelo distanciamento social a que obriga. Em muitos casos, as pessoas só têm participado mediante disponibilidade de tempo, não permitindo a troca de experiências necessárias ao desenvolvimento da associação. A periodicidade das reuniões reflete ainda o funcionamento atual das associações.

“Durante o período da pandemia tivemos dificuldades em reunir, temos feito reunião com conselho diretivo e alguns membros, só para programar atividades” (Germano Centeio, Presidente da Assembleia Geral da Associação Montado Nacional, fevereiro de 2021).

“Nós pegamos a associação no fundo do poço e o resgatamos. Contudo, a nossa zona é muito grande e dispersa. Por isso nem sempre é fácil pôr a associação a funcionar devidamente e realizar todas as reuniões necessárias em tempo hábil” (Joaquim Gonçalves, Vice-presidente da Associação Comunitária de Nossa Senhora do Monte, abril de 2021).

“Depois que nosso mandato cessou tentamos concorrer para projetos, não conseguimos porque nos pediam ata da última eleição e tomada de posse. Como não tínhamos, fomos desistindo e por isso desde há 5 anos que estamos desativados. No fim fiquei eu e mais dois colegas na direção e diziam que a data da última eleição já cessou” (Maria José Ribeiro, Presidente da Associação Comunitária Ami-Barreiro, janeiro de 2021).

“Começamos a associação com boa dinâmica, muitos beneficiários, só que a partir de 2016, as associações foram acabando, o parceiro certo era CRP, fazíamos projetos e concoríamos. Sem onde procurar financiamento, a associação ficou inativa. Desde 2016 não nos reunimos” (Fernando Silva Cardoso, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca, janeiro de 2021).

“A associação está a funcionar com dificuldades. Ficamos com pouco excedente de cada projeto que trabalhamos. Não temos tido excedentes. No último projeto tivemos excedentes vamos comprar algumas coisas que associação não tem, mas que precisa para o seu funcionamento” (Atanásia Tavares Silva, Vice Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Calheta, janeiro de 2021).

Em vários enunciados é apontada a mudança governativa ocorrida em 2016 como um dos maiores motivos para a inatividade das associações. A cor partidária do líder

associativo vem assim constituir um entrave ao desenvolvimento local pois muitas associações entendem que estão a ser prejudicadas pelo atual Governo, não conseguindo materializar seus projetos.

Nota-se alguma sobrecarga pela gestão diária das associações, referidas pelos líderes durante as entrevistas, criticam o desinteresse dos membros em se envolverem plenamente na vida da associação, deixando tudo nas mãos do Presidente. As justificativas para as ausências prendem-se com falta de tempo e falta de informação sobre os encontros.

“As pessoas não querem responsabilidade. Querem ser membros mas não querem cargos dirigentes e ficam a recusar, que não tem tempo, que não entendem. Eu queria dar contributo para o desenvolvimento socioeconómico da minha população. São sempre as mesmas pessoas que trabalhavam e davam opiniões, outros tinham dificuldades de pagar quota. Elegem um corpo diretivo e deixam tudo nas suas mãos” (Maria José Ribeiro, Presidente da Associação Comunitária Ami-Barreiro, janeiro de 2021).

Perante isso, nota-se em algumas lideranças entrevistadas pouca motivação para a continuidade de suas funções pois entendem que as pessoas só se reúnem perante financiamento e menos para realizar atividades conjuntas.

“Quando tínhamos reuniões para escolher beneficiários, a maioria dos membros estavam presentes, mas quando não era para isso as pessoas não se juntam, não participam. Há possibilidades de retomarmos a associação. Alguns dos membros quando ouvem que tem apoio vem contatar a associação. Por 3 vezes já fomos excluídos por causa disso. Reunimos e vão metade de pessoas que não estão disponíveis para órgãos de gestão, não tiram tempo para se dedicar à associação, só querem estar quando há projetos. Estou disponível a continuar mas precisamos de mais projetos. As pessoas daqui vêm a associação como forma de conseguir apoio. Não tem visão alargada de associação porque associação não se resume só a procurar apoio para determinadas pessoas” (Maria José Ribeiro, Presidente da Associação Comunitária Ami-Barreiro, janeiro de 2021).

“Associação, se tiver reunião para abrir posto de trabalho todos vão às reuniões, mas se é para discutir como melhorar comunidade, para não tomar decisão sozinho, mas se tomar decisão sozinho criam problemas. Fazemos reunião não aparecem, falam na porta do bar, na rua, e não falam onde deveriam, nas reuniões de associação. É complicado. Querem só tirar proveito da associação. Quando é campanha de limpeza não se vê ninguém. Somos equipa de 12 membros na direção, mas maioria não faz nada. Temos membros que tem problemas em falar com os outros. Misturam quando falam da associação com amizade, desavença, que não tem nada a ver com associação” (Kevylson Oliveira, Presidente da Associação Comunitária de Canto Fajã, Tortolho, março de 2021).

“Comunidade não vê a importância da associação porque a forma como as associações foram criadas, rapidamente tinham financiamento para projeto. Eu tinha outra visão quando entrei para associação. Mas não é assim, temos que buscar parceiros. Pessoas não fazem voluntariado de uma associação, por isso as associações vão morrendo. Fazemos reuniões comunitárias. Há conflitos no uso do polivalente porque pessoas não querem dividir o espaço. Pomos no Facebook, na parede que tem encontros, pessoas não aderem e falam mal. Pessoas não entendem que angariação de fundos não é para membros da associação, é para voltar para comunidade. Isso é desmotivante” (Paula Felisberto, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fajã, Mancha Verde, março de 2021).

“Ninguém que assumir associação. Pessoas acham que quem está na frente é que beneficia. As pessoas deixam nas mãos de uma pessoa. Quero trabalhar para ver desenvolvimento na comunidade. Mas há quem não ajuda, não apoia. Começamos a associação sem dinheiro. Éramos um grupo de batucadeiras. Maioria de presidente só tem maçada. Agora trabalho não sobra excedente para associação” (Maria de Jesus Carvalho, Presidente da Associação Pé de Monte, abril de 2021).

“Vamos preparar nova eleição, não vou continuar. Estou cansado. Temos problemas para fazer nova direção. Marcam reunião para decidir nova eleição, em 200 sócios não aparece nem 10. Quando tem sócio que nos desmotiva, por isso não vou candidatar mais. Se queremos reunir com comunidade não conseguimos porque comunidade não aparece e depois é crítica não construtiva. Associação não tem retorno financeiro, mas sem motivação não levamos para continuar no mandato” (Julião Tavares, Presidente da Associação Agrocolunato, abril de 2021).

Segundo Portes (2000: 135), “a pertença às ACD não é um dado natural, sendo antes uma estratégia de investimento orientada para o acesso a outros benefícios, tornando-se as ACD, deste modo, duplamente instrumentalizadas”.

Em outras lideranças nota-se falta de perseverança na arte dos relacionamentos interpessoais. No entanto, nem todos os líderes revelaram, nas entrevistas, serem dinâmicos.

**Tabela 18 - Data da última reunião do conselho diretivo segundo ilha**

Data da última reunião do conselho diretivo	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Antes de 2018	16,67%	16%	37,5%	0%	0%	13,3%	25%
2018	16,67%	0%	0%	14,5%	0%	6,8%	7%
2019	0%	11%	12,5%	0%	11,11%	13,3%	7%
2020	16,67%	47%	37,5%	28,5%	66,66%	13,3%	39%
2021	50%	21%	12,5%	57%	22,22%	53,3%	22%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

À semelhança do Conselho Diretivo, Maio é a ilha com maior percentagem de ACDs (75%) que não reúnem o seu Conselho Fiscal há mais de três anos. Esse período de tempo coincide com o tempo de inatividade de muitas associações.

Brava, São Nicolau e Santo Antão com 50%, 57% e 53,3%, respetivamente, são as ilhas com mais associações que reuniram o seu Conselho Fiscal neste ano civil (2021).

Em alguns casos, quando se reúnem, segundo dados recolhidos das entrevistas, a reunião é conjunta com o Conselho diretivo e a Mesa da assembleia, não se verificando o princípio da autonomia de funcionamento deste importante órgão, o que tem reflexos na concentração do poder nas mãos do Presidente.

**Tabela 19 - Data da última reunião do conselho fiscal segundo ilha**

Data da última reunião do conselho fiscal	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Antes de 2018	0%	16%	75%	0%	11,11%	13,3%	31%
2018	33,3%	5%	0%	14%	0%	6,7%	6%
2019	0%	5%	0%	14%	11,11%	6,7%	11%
2020	16,7%	53%	25%	29%	66,66%	6,7%	52%
2021	50%	21%	0%	57%	22,22%	53,3%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo principal das associações. Normalmente é dirigida por uma mesa constituída por três pessoas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário.

Perante o contexto de pandemia, associado à falta de financiamento, a periodicidade antes alcançada já não se verifica na prática.

Seguindo a tendência dos demais órgãos, Maio é a ilha com maior percentagem de ACDs (50%) que não reúnem a sua Assembleia Geral há mais de três anos, pelos motivos enunciados. Tal fato faz com que as associações sejam criticadas por falta de informações, o que faz com que os sócios não se envolvam nas decisões e nem no processo diário das associações, mostrando interesse nas reuniões apenas perante possibilidades de financiamento.

Brava, São Nicolau e Santo Antão com 50%, 57% e 46,6%, respetivamente, são as ilhas com mais associações que reuniram a sua Assembleia Geral neste ano civil (2021).

Não há data exata para a realização da Assembleia Geral. Pelas informações recolhidas nas entrevistas, convoca-se a Assembleia Geral sempre que necessário, sem periodicidade rígida, o que gera críticas entre os sócios de que as informações não circulam e que não são envolvidos nas decisões. No entanto, verifica-se que os membros não se envolvem no processo diário das associações, mas sim quando há financiamento de projetos.

**Tabela 20 - Data da última reunião da Assembleia Geral segundo ilha**

Data da última reunião da Assembleia Geral	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Antes de 2018	16,67%	16%	50%	0%	11,11%	20%	31%
2018	16,67%	0%	0%	14,5%	11,11%	0%	6%
2019	0%	11%	0%	0%	11,11%	13,3%	11%
2020	16,67%	47%	25%	28,5%	44,44%	13,3%	52%
2021	50%	21%	25%	57%	0%	46,6%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Apesar das dificuldades identificadas no regular funcionamento dos órgãos de gestão das ACDs, a maioria afirma que costuma produzir atas das reuniões realizadas pelos diferentes órgãos, com 100% na ilha da Brava. No entanto, não especificaram se se tratam de atas de encontros, das assembleias gerais e de outros órgãos.

Com exceção da ilha do Fogo todas as demais ilhas apresentam valores acima dos 75% em termos de existência de atas.

**Tabela 21 - Existência de atas das reuniões dos diferentes órgãos segundo ilha**

Existência de atas das reuniões dos diferentes órgãos	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	100%	47%	75%	86%	77,78%	86,67%	84,78%
Não	0%	53%	25%	14%	22,22%	13,33%	15,22%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As principais razões apontadas para a falta de atas foram: inatividade da associação, ausência do secretário(a), desorganização interna e falta de prática.

**Quadro 2 - Razões para a falta de atas segundo ilha**

Ilhas	Razões para a falta de atas
Brava	100% das associações produzem atas
Fogo	As reuniões não estão a funcionar Problema com tribunal Não havia esta prática com a direção anterior Acharam assim e assim continuaram Não se reúnem desde 2014 Falta de organização Associação está parada
Maio	A associação está inativa
São Nicolau	Falta de organização
São Vicente	Por falta de atividades Falta de interesse das pessoas
Santo Antão	Falta de hábito de descrever os assuntos tratados Somente conversam e encontram soluções para o dia a dia de trabalho Ausência da secretária
Santiago	Viagem da secretária Inexistência de reuniões Pandemia



	Falta de cumprimento das funções de secretário Discussões e conflitos nas reuniões o que leva à não conclusão da reunião Faziam uma ata para todas as reuniões que eram no mesmo dia Ausência de secretário nas reuniões
--	---

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Entre as associações que elaboram atas é quase unânime de que cabe ao secretário(a) a responsabilidade de produzir este importante documento. Com exceção de São Nicolau (86%) e Santiago (80,43%), todas as ACDs inquiridas nas restantes ilhas afirmaram que a ata das reuniões é feita pelo secretário(a). Entretanto, 14% das ACDs em São Nicolau e 2,17% em Santiago indicaram que é o próprio presidente do Conselho Diretivo que elabora as atas das reuniões.

**Tabela 22 - Responsabilidade de elaboração de atas segundo ilha**

Responsabilidade de elaboração de atas	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maió	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Secretário(a)	100%	100%	100%	86%	100%	100%	80,43%
Presidente	0%	0%	0%	14%	0%	0%	2.17%
Outro membro da associação	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2.17%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de existência de planos de atividades, as ACDs da Brava (100%), Santiago (78,26%) e São Nicolau (71%) são as com maior frequência em termos de elaboração deste importante documento.

No extremo oposto encontramos São Vicente (66,66%), Fogo (58%) e Maio (50%) entre as ilhas em que menos associações produzem os seus respetivos planos de atividade. Nessas ilhas, embora não tenham o hábito de elaborar o plano de atividades, fixam as suas estratégias.

**Tabela 23 - Existência de planos de atividades segundo ilha**

Existência de planos de atividades	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	100%	42%	50%	71%	33,33%	60%	78,26%
Não	0%	58%	50%	29%	66.66%	40%	21,74%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As principais razões apontadas para a falta de planos de atividades foram: desorganização e inatividade da associação, efeitos da pandemia do COVID19 e ausência de novos projetos.

**Quadro 3 - Razões para a falta de planos de atividades segundo ilha**

Ilhas	Razões para a falta de planos de atividades
Brava	100% das associações produzem planos de atividades
Fogo	As reuniões não estão a funcionar Pouca participação dos membros Planificação oral Falta de parceiros Falta de financiamento Devido à pandemia Associação está parada A última eleição foi junto à Pandemia
Maio	Falta de organização no momento Desmotivação dos membros Pouca frequência de reuniões Inatividade das associações
São Nicolau	Devido à pandemia Desorganização da Associação
São Vicente	Por desconhecimento do presidente Nem sempre trabalham com plano, só quando há projetos financiados Falta de organização
Santo Antão	Tem hábito de trabalhar sempre que existe uma atividade em que vão fazer parte. Nesse momento não temos elaborado nenhum projeto devido à falta de recursos Dispersão de membros Falta de organização Ainda não tiveram oportunidade de reunir todos os membros Aguardam a realização da nova assembleia para renovação dos órgãos sociais e admissão de novos membros
Santiago	Inexistência de projetos de financiamento Falta de tempo Falta de motivação porque na maioria das vezes não se conseguiu cumprir o plano Inatividade da associação Não houve elaboração de planos Está em andamento Com a pandemia as atividades pararam Centralização das atividades à volta das festas religiosas

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de existência de relatórios de atividades e contas, as ACDs da Brava (100%), Santiago (76,09%) e São Nicolau (71%) são as com melhor percentagem em termos de elaboração deste importante documento.

No extremo oposto encontramos São Vicente (66,66%), Fogo (58%) e Maio (50%) entre as ilhas em que menos associações produzem os respetivos relatórios de atividades e contas.

**Tabela 24 - Existência de relatório de atividades e contas segundo ilha**

Existência de relatórios de atividades e contas	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	100%	42%	50%	71%	50%	60%	76,09%
Não	0%	58%	50%	29%	50%	40%	23,91%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Embora com a existência de relatórios de contas, há alguma desconfiança em relação às lideranças, fato que desmotiva os líderes:

“Somos 3 pessoas que assinam cheque e dizem que roubamos na associação. Pessoas só participam para tirar dia de trabalho. Houve mês que veio 170.000 de energia. Temos água que cobramos 80\$00 m<sup>3</sup> de água. Pensam que na frente da associação temos todo o poder, mas não. Não tomamos decisão sozinhos, temos equipa. Não faço nada sem falar com minha equipa” (Kevylson Oliveira, Presidente da Associação Comunitária de Canto Fajã, Tortolho, março de 2021).

Por tal enunciado fica assente que os sócios podem desconhecer os procedimentos relativos à transparência da atuação das associações, que poderá estar associada à dificuldade da comunicação e falta de confiança nos órgãos deliberativos.

As principais razões apontadas para a falta de relatórios de atividades foram: desorganização e inatividade das associações e falta de novos financiamentos.

**Quadro 4 - Razões para a falta de relatório de atividades segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Razões para a falta de relatório de atividades</b>
Brava	100% das associações produzem relatórios de atividades
Fogo	As reuniões não estão a funcionar Pouca participação dos membros Falta de parceiros Falta de financiamento Associação está parada
Maio	Desmotivação dos membros Inatividade das associações
São Nicolau	Falta de tempo Desorganização da Associação
São Vicente	Falta de parceiros e financiadores Aumento de dificuldades
Santo Antão	Nesse momento não temos elaborado nenhum projeto devido à falta de recursos
Santiago	Inexistência de projetos de financiamento Falta de financiamentos

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Quanto à contabilidade organizada, as ACDs de Santo Antão (93,33%), Santiago (91,3%) e São Nicolau (86%), Brava (83,33) e São Vicente (75%) são as com melhores percentagens em termos de elaboração deste importante documento.

No extremo oposto encontramos Maio (50%) e Fogo (42%) entre as ilhas com uma percentagem considerável de ACDs com défice de organização contabilística.

**Tabela 25 - Contabilidade organizada segundo ilha**

<b>Contabilidade organizada</b>	<b>Ilhas</b>						
	<b>Brava</b>	<b>Fogo</b>	<b>Maio</b>	<b>São Nicolau</b>	<b>São Vicente</b>	<b>Santo Antão</b>	<b>Santiago</b>
Sim	83,33%	58%	50%	86%	75%	93,33%	91,3%
Não	16,67%	42%	50%	14%	25%	6,67%	8,7%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As principais razões apontadas para a falta de contabilidade organizada foram: inatividade das associações, falta de novos projetos financiados e desorganização interna.

**Quadro 5 - Razões para a falta de contabilidade organizada segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Razões para a falta de contabilidade organizada</b>
Brava	Tesoureiro sempre dá uma desculpa e não faz a contabilidade
Fogo	Falta de organização Falta de financiamento Associação está parada desde 2016 A última eleição foi em dezembro de 2019, e chegou a pandemia.
Maio	Inatividade das associações Falta de organização Mudanças na direção
São Nicolau	Falta de tempo Desorganização da Associação
São Vicente	Desorganização interna Falta de financiamentos
Santo Antão	Nesse momento não tem elaborado nenhum projeto devido à falta de recursos Falta de organização
Santiago	Falta de financiamento dos projetos

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

## 6. PERFIS DE LIDERANÇA

Neste tópico recolheram-se informações sobre as lideranças associativas em termos de faixa etária, sexo e habilitações literárias.

A análise do perfil de lideranças associativas é fundamental para o entendimento das dinâmicas e sustentabilidade associativas, entendida como a capacidade de os líderes manterem as associações funcionais, mobilizando apoios e recursos destinados ao desenvolvimento de suas atividades e projetos, e terem capacidade de gerir esses recursos com base numa liderança participativa. Um líder participativo é aquele que consulta os demais sócios a respeito das decisões, encorajando-os a participarem para em conjunto chegarem às suas próprias decisões.

As ACDs Caboverdianas são lideradas essencialmente por indivíduos nas faixas etárias dos 30 a 40 anos e dos 41 a 50 anos. São Nicolau (86%) e Brava (66,67%) são as ilhas com mais líderes na faixa etária dos 30 a 40 anos. Santo Antão (73,3%) e Santiago (56,53%) são as ilhas com mais líderes com idade compreendida entre os 41 a 50 anos.

Nas restantes ilhas regista-se uma distribuição quase que equitativa pelas duas faixas etárias mais representativas.

**Tabela 26 - Faixa etária do presidente da direção segundo ilha**

Faixa etária do presidente de direção	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Menos de 30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2,17%
Entre 30 a 40 anos	66,67%	31,58%	37,5%	86%	33,33%	20%	23,91%
Entre 41 a 50 anos	33,33%	36,84%	37,5%	0%	33,33%	73,3%	56,52%
Entre 51 a 60 anos	0%	21,05%	12,5%	14%	22,22%	6,67%	10,87%
Mais de 60 anos	0%	10,53%	0%	0%	11,11%	0%	6,52%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de género, a nível nacional há predominância do género masculino na lideranças das ACDs. Em nenhuma das ilhas há uma maior proporção de mulheres no conselho diretivo. Os valores mais elevados em termos de domínio masculino foram identificados nas ilhas do Fogo (89,47%), São Vicente (88,89%) e Santo Antão (80%).

São Nicolau (43%) e Santiago (34,78%) são as ilhas com melhores indicadores em termos de presença feminina no comando das ACDs. No entanto, nas ilhas da Brava, São Nicolau e Santiago, apesar de a percentagem de mulheres membros da associação serem maiores na ilha, elas não dominam o conselho diretivo. Tal situação faz com que os principais interlocutores com parceiros (câmaras municipais, Governo, financiadores) sejam maioritariamente homens.

**Tabela 27 - Género do presidente de direção segundo ilha**

Género do presidente de direção	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Masculino	66,67%	89,47%	75%	57%	88,89%	80%	65,22%
Feminino	33,3%	10,53%	25%	43%	11,11%	20%	34,78%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos líderes associativos inquiridos possuem o nível básico ou secundário. Estes dois níveis de ensino concentram as maiores percentagens em todas as ilhas. Santiago é a ilha com mais líderes que possuem apenas o ensino básico (54,35%). Maio é a ilha com mais presidentes de associações com habilitações ao nível do ensino secundário (62,5%).

São Nicolau é a ilha com maior percentual de líderes com formação superior (43%). São Vicente é a única com nenhum licenciado a dirigir uma associação.

**Tabela 28 - Habilitações do presidente de direção segundo ilha**

Habilitações do presidente de direção	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Básico	33,33%	42,11%	12,5%	14%	44,44%	40%	54,35%
Secundário	50%	42,11%	62,5%	43%	55,56%	46,67%	36,96%
Licenciatura	16,67%	15,75%	25%	43%	0%	13,33%	8,7%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de género na liderança dos Conselhos Fiscais das ACDs, a nível nacional há predominância do género masculino. Os valores mais elevados em termos de domínio masculino foram identificados nas ilhas de São Vicente (88,9%), Fogo (84,21%) e Brava (83,33%).

São Nicolau (57%) e Santo Antão (40%) são as ilhas com melhores indicadores em termos de presença feminina no comando do órgão fiscalizador das ACDs.

**Tabela 29 - Género do presidente do conselho fiscal segundo ilha**

Género do presidente do conselho fiscal	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Masculino	83,33%	84,21%	75%	43%	88,9%	60%	69,57%
Feminino	16,67%	15,79%	25%	57%	11,11%	40%	30,43%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos presidentes do órgão fiscalizador das associações inquiridas possuem o nível básico ou secundário. Estes dois níveis de ensino concentram as maiores percentagens em todas as ilhas, com exceção de São Nicolau.

Brava é a ilha com mais indivíduos que possuem apenas o ensino básico (66,67%). São Nicolau é a ilha com mais presidentes dos conselhos fiscais com habilitações ao nível do ensino secundário (71%).

Relativamente à presença de indivíduos com formação superior, São Nicolau volta a estar à frente com 29%. Fogo é a única ilha sem nenhum licenciado a dirigir um Conselho Fiscal.

**Tabela 30 - Habilitações do presidente do conselho fiscal segundo ilha**

Habilitações do presidente do conselho fiscal	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maió	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Básico	66,67%	47,37%	12,5%	0%	55,56%	33,33%	41,3%
Secundário	16,67%	47,37%	75%	71%	22,22%	53,33%	54,35%
Licenciatura	16,67%	0%	12,5%	29%	22,22%	13,33%	4,35%
Outro	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de género na lideranças das Assembleias gerais das ACDs, a nível nacional há predominância do género masculino, com exceção da Brava e do Maio onde registamos uma representação paritária. Os valores mais elevados em termos de domínio masculino foram identificados nas ilhas de São Nicolau (86%), Fogo (84,21%) e Santo Antão (73,33%).

Brava (50%), Maio (50%) e Santiago (43,46%) são as ilhas com melhores indicadores em termos de presença feminina no comando das Assembleias Gerais das ACDs.

Analisando os três órgãos, as mulheres se envolvem mais na Assembleia Geral e menos no conselho fiscal e diretivo.



Apesar de haver maior percentagem de mulheres membros da associação nas ilhas da Brava, São Nicolau e Santiago, elas estão melhores representadas na assembleia geral das ilhas da Brava e do Maio.

**Tabela 31 - Género do presidente da assembleia geral segundo ilha**

Género do presidente da assembleia geral	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Masculino	50%	84,21%	50%	86%	66,67%	73,33%	56,52%
Feminino	50%	15,79%	50%	14%	33,33%	26,67%	43,48%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos presidentes das Assembleias Gerais das associações inquiridas possuem o nível básico ou secundário. Estes dois níveis de ensino concentram as maiores percentagens em todas as ilhas.

Fogo é a ilha com mais indivíduos que possuem apenas o ensino básico (52,63%). Maio é a ilha com mais presidentes das Assembleias Gerais com habilitações ao nível do ensino secundário (87,5%).

São Nicolau é a ilha com maior percentual de líderes com formação superior (43%) a dirigir uma Assembleia Geral.

**Tabela 32 - Habilitações do presidente da assembleia geral segundo ilha**

Habilitações do presidente da assembleia geral	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Básico	33%	52,63%	12,5%	14%	44,44%	40%	32,61%
Secundário	33%	47,37%	87,5%	43%	44,44%	40%	63,04%
Licenciatura	33%	0%	0%	43%	11,11%	20%	4,35%
Outro		0%	0%	0%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos líderes associativos em todo o país não possuem formação específica para o exercício das funções de presidente do Conselho Diretivo. Santiago é a ilha com melhores resultados com cerca de 30,43%. Brava é a ilha com a mais baixa percentagem de líderes formados (16,67%).

**Tabela 33 - Formação específica para o exercício das funções do presidente de direção segundo ilha**

Formação específica para o exercício das funções do presidente de direção	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	16,67%	21,05%	37,5%	29%	33,33%	20%	30,43%
Não	83,33%	78,95%	62,5%	71%	66,67%	80%	69,57%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos líderes das Assembleias Gerais em todo o país não possuem formação específica para o exercício das funções que ocupam nas ACDs. São Nicolau é a ilha com melhores resultados com cerca de 43%. Brava é a única que não possui nenhum presidente da Assembleia Geral com formação específica.

**Tabela 34 - Formação específica para o exercício das funções do presidente da assembleia geral segundo ilha**

Formação específica para o exercício das funções do presidente da assembleia geral	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	0%	31,58%	37,5%	43%	22,22%	20%	17,39%
Não	100%	68,42%	62,5%	57%	77,78%	80%	82,61%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria dos líderes dos Conselhos Fiscais em todo o país não possuem formação específica para o exercício das funções que ocupam nas ACDs. Maio é a ilha com melhores resultados com cerca de 37,5%. Brava é a única que não possui nenhum presidente do Conselho Fiscal com formação específica.

**Tabela 35 - Formação específica para o exercício das funções do presidente do conselho fiscal segundo ilha**

Formação específica para o exercício das funções do presidente do conselho fiscal	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	0%	26,32%	37,5%	14%	22,22%	26,67%	21,74%
Não	100%	73,68%	62,5%	86%	77,78%	73,33%	78,26%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Embora dizem ter participado em algumas ações de formação, há ainda um défice de capacitação dos membros dos órgãos para exercer a respetiva função. A ilha da Brava se destaca onde para o conselho fiscal e assembleia geral nenhum líder teve formação para exercer a função.

## 7. REALIZAÇÃO REGULAR DE ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NAS TOMADAS DE DECISÃO

Neste tópico recolheram-se informações sobre a frequência de renovação dos órgãos, a realização regular de eleições e a participação dos sócios nas tomadas de decisão.

Em termos de frequência de renovação dos órgãos sociais nos últimos 10 anos, de

forma geral podemos concluir que a maior parte das associações não renovaram os seus órgãos nos últimos 10 anos com a regularidade exigida.

“Sou presidente desde 2006. Ninguém quer assumir a presidência” (José Alberto Gonçalves Andrade, Presidente da Associação Juvenil Comunitária de Relva, fevereiro de 2021).

Alguma crítica à renovação dos mandatos foi tecida durante a aplicação das entrevistas, principalmente no que toca às lideranças que mantinham coisas em segredo, com dificuldades na passagem de pasta:

“Sou presidente há 7 meses, desde a última eleição eu resgatei a associação. Estamos organizando a associação, acho que está no bom caminho. A associação não estava a funcionar porque o antigo presidente queria assumir coisas em segredo, as pessoas desmotivaram-se. Eu não tenho muita informação sobre os projetos financiados anteriormente” (João da Conceição Monteiro, Presidente da Associação para o Desenvolvimento Agrícola de Tchom de Holanda, janeiro de 2021).

A renovação de mandatos encontra outros obstáculos:

“A comunidade é pequena, às vezes para montar uma lista dinâmica de pessoas preparadas, não conseguimos. Não temos pessoas com grande escolaridade para formar lista. Às vezes tem elementos que saem para buscar trabalho em São Vicente, mas sempre vamos renovando” (João Ramos Fortes, Presidente Associação Comunitária para Desenvolvimento Integrado de Mocho, janeiro de 2001).

São Vicente surge como a ilha com a maior percentagem de ACDs que renovaram os seus mandatos apenas uma vez nos últimos 10 anos (66,67%) e Maio lidera em termos de associações que realizaram eleições por duas vezes na última década.

Entre as ilhas com melhores indicadores encontramos São Nicolau e Fogo em que 43% das ACDs realizaram eleições no ano passado (2020).

Entre as ilhas com eleições mais recentes se destacam as ilhas da Brava (33,33%), Santo Antão (13,04%) e Santiago (13,04%).

Embora as eleições têm sido realizadas, muitas vezes por indicação da CRP, assim como a indicação das lideranças, no entanto, muitos líderes não se mostram interessados em assumir a associação, devido a um certo desgaste e desmotivação para a continuação

nos órgãos diretivos das associações. Por outro lado, não têm demonstrado capacidade de mobilização dos sócios para os encontros ou assembleias gerais:

“A última eleição foi em 2018. O mandato já expirou. Estamos preparados para fazer eleição. Esta epidemia não nos deixou reunir” (Germano Centeio, Presidente da Assembleia Geral da Associação Montado Nacional, fevereiro de 2021).

“Temos previsto eleição, distribuímos documento, mas ninguém quer. Queria mulher como Presidente da Associação para ficar na história no Fogo” (João António Barbosa Amado, Presidente da Associação Rocha Fora, fevereiro de 2021).

“Desde 2018 a associação está desativada. As pessoas não querem se candidatar, eu também não quero, quero dar oportunidade a outros. Fiquei 6 anos. Incentivo mas ninguém quer. Quero que alguém assuma, eu continuarei na gestão da associação, também na minha vida pessoal fico sobrecarregado” (Fernando Silva Cardoso, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca, janeiro de 2021).

“Fui eleito em 2017. No princípio estava com covardia, um colega disse-me que chamaram de CRP para ele ser presidente e ele não queria estar à frente e disse que faria parte dos órgãos, mas eu tinha que ser presidente. É difícil ser presidente, não é fácil agradar população, ainda mais porque associação gere furo, é preciso muita força, como presidente não sei se volto a candidatar. Posso fazer parte de lista, mas presidente não. Sou exigente para as coisas melhorarem. Não é fácil ser presidente, pessoas estão sempre a criticar. Se participar em próxima eleição só se for como vogal, secretário, presidente não” (Kevylson Oliveira, Presidente da Associação Comunitária de Canto Fajã, Tortolho, março de 2021).

Devido à não participação do número suficiente de sócios e à falta de adesão dos associados para a constituição dos órgãos deliberativos, os atos eleitorais dificilmente conseguem se realizar.

O funcionamento da equipa tem um papel fundamental na motivação das lideranças e outros destacam as suas motivações para a liderança:

“Temos uma equipa dinâmica, conseguimos trabalhar em conexão, encontramos-nos sempre que necessário. Não tomo decisões sozinha” (Paula Felisberto, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fajã, Mancha Verde, março de 2021).

“Apostei neste projeto porque quero ajudar estas famílias. Algumas associações morreram por falta de liderança. Não quero que isso aconteça. Trabalhamos gratuitamente para ter sustentabilidade da associação. Sempre tivemos um pequeno fundo de funcionamento” (João Manuel Rodrigues, Presidente Conselho Diretivo de Associação Desenvolvimento Integrado Longueira e Chã de Arroz, janeiro de 2021).

**Tabela 36 - Frequência de renovação de órgãos sociais desde 2010 segundo ilha**

Frequência de renovação de órgãos sociais desde 2010	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Uma vez	33,33%	36,84%	37,5%	0%	66,67%	46,6%	34,78%
Duas vezes	33,33%	21,05%	50%	43%	33,33%	20%	34,78%
Três vezes	0%	36,84%	12,5%	43%	0%	20%	17,39%
Mais de três vezes	33,33%	5,26%	0%	14%	0%	13,4%	13,04%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Nota-se que associações que experienciaram mudanças nos mandatos, depois de algum tempo voltam a eleger antigos líderes associativos, que regressam com novas motivações:

“Fui presidente no período 2007-2011; depois me eleji no período 2016-2019 e fui reeleito agora em 2020” (Filinto Brito, Presidente da associação Agropecuária Calhau e Madeiral, janeiro de 2021).

“Fui presidente até 2013 e em março de 2020 voltei de novo para a direção. O que me fez voltar para a associação é que há perda de vontade de jovens de fazer voluntariado. Em janeiro e fevereiro tentei organizar mais jovens para retomar a associação e fazer algo para jovens, mas não está sendo fácil. Precisamos de formação para as pessoas perceberem o que é voluntariado. Quis voltar para preparar outro jovem para me substituir. Tenho família e filhos e nem sempre tenho disponibilidade. Agora tenho um grupo dinâmico, muitos jovens querem voltar. Temos 56 sócios, mas não estão ativos agora com COVID. Ideia era voltar para atingir jovens para pagar quota, para fazermos plano do que poderíamos fazer, não podemos estar a executar obras, temos que ser identificados para quem de direito, com a câmara para transmitir que tem X famílias que necessitam de algo. Somos uma porta de levar informações e não de executar. Tenho outra visão da associação” (Paula Felisberto, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fajã, Mancha Verde, março de 2021).

Por esse enunciado fica assente que, na visão da líder, não cabe às associações a execução de obras e sim identificar as reais necessidades das comunidades para que as instituições as executem.

Pela realização de eleições, os associados podem exercer a sua cidadania através do direito ao voto para eleger os seus representantes comunitários, onde cada associado

pode se envolver ativamente na associação, aumentando o sentimento de poder participar. Cabe à Assembleia Geral marcar a data para a realização do ato eleitoral, cuja convocatória é feita com a devida antecedência.

Embora os elementos do corpo diretivo sejam eleitos democraticamente, em termos da data da última eleição dos órgãos sociais, de forma geral, podemos concluir que a maior parte das associações não realizaram eleições nos últimos 10 anos com a regularidade exigida. A maioria se concentra no período antes de 2018.

São Vicente surge como a ilha com a maior percentagem de ACDs que não realizam eleições há mais de 4 anos (56,56%). No sentido oposto temos Santo Antão onde cerca de 60% das associações inquiridas realizaram eleições no corrente ano (2021).

Nas deslocações aos diferentes municípios várias foram as associações que referiram que brevemente iriam ter eleições. Esse desejo se deve ao pouco interesse de alguns líderes em continuarem à frente das associações e também devido à exigência de financiadores de realização regular de eleições com as respetivas atas, constituindo um critério para que as associações possam se candidatar a financiamento.

**Tabela 37 - Data da última eleição dos órgãos sociais segundo ilha**

Data da última eleição dos órgãos sociais	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maió	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Antes de 2018	50%	52%	50%	0%	55,56%	26,6%	60%
2018	0%	0%	12,5%	14,5%	0%	0%	15%
2019	50%	16%	0%	71%	11,11%	6,7%	5%
2020	0%	11%	37,5%	0%	33,33%	6,7%	12,5%
2021	0%	21%	0%	14,5%	0%	60%	7,5%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de números de mandatos consecutivos, a maior parte das ACDs encontra-se no primeiro mandato. Maio é a ilha onde encontramos mais associações

nesta condição (62,5%). Santiago é a ilha com mais lideranças associativas a cumprir neste momento o seu segundo mandato (39,13%).

São Nicolau é a ilha onde encontramos a maior percentagem de lideranças a cumprir o terceiro mandato consecutivo. O número de associações com lideranças que já cumpriram mais de três mandatos é bastante residual.

**Tabela 38 - Número de mandatos consecutivos segundo ilha**

Número de mandatos consecutivos	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Um	50%	52,63%	62,5%	14%	55,56%	60%	30,43%
Dois	33,33%	21,05%	12,5%	29%	11,11%	33,33%	39,13%
Três	16,67%	10,53%	12,5%	57%	33,33%	6,67%	13,04%
Mais de três	0%	15,79%	12,5%	0%	0%	0%	17,39%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

## 8. DINÂMICA E CAPACIDADE DE AÇÃO DAS ACDS

Neste item foram analisadas informações sobre as atividades realizadas e capacidade de mobilização de recursos, as geminações feitas, bem como da natureza dos parceiros – ONGs, Cooperação Internacional, SDEs, Câmaras e Privados. Avaliou-se ainda as formações ministradas diretamente pela associação ou em parceria com outras instituições e as áreas de formação abrangidas. Identificou-se ainda os principais constrangimentos atuais da associação nos domínios da formação, organização e finanças.

Na maioria das associações há uma boa relação com os poderes públicos, setor privado e outros agentes sociais. As ACDs vêm contando com importantes parceiros, revelando alguma capacidade de diversificação e mobilização de parcerias alternativas. No entanto lamentam a pandemia que veio a dificultar o acesso a financiamento e à realização de atividades. Pelas entrevistas realizadas, as ACDs estão muito dependentes do financiamento de projetos, principalmente nas ilhas do Maio, São Vicente e São Nicolau.



Na maioria das associações há uma boa relação com os poderes públicos, setor privado e outros agentes sociais. Estes atores reconhecem que as associações têm um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas.

Os parceiros, entendidos enquanto agentes de desenvolvimento, possuem um papel de extrema relevância em termos de financiamento de projetos e atividades, podendo se constituir em parceiros de ajuda ao desenvolvimento local ou parceiros locais, nacionais, internacionais, públicos, privados.

No cômputo geral, as CRPs e as Câmaras Municipais são consideradas os principais parceiros das ACDs em Cabo Verde, constituindo-se assim parceiros comuns a todas as associações de desenvolvimento comunitário em Cabo Verde. Tais parcerias se traduzem em apoio técnico, financeiro, formações. Em São Nicolau e Santo Antão as Câmaras Municipais foram a entidade mais citada, enquanto que na Brava, Fogo, Maio e Santiago foi as CRPs.

Em algumas ilhas como a Brava, Maio, São Nicolau e São Vicente foram apontados outros parceiros como os imigrantes, instituições de solidariedade social, etc.

A parceria com as empresas tem sido bastante residual em algumas ilhas e totalmente inexistente em outras. No contexto geral, poucas são as associações com know-how para a elaboração de projetos. No entanto, os relacionamentos com financiadores têm sido bons, onde é exigida a prestação de contas:

“Todos os financiadores nos reconhecem; justificamos o financiamento; prestamos contas” (José Alberto Gonçalves Andrade, Presidente da Associação Juvenil Comunitária de Relva, fevereiro de 2021).

“Somos o maior prestador de contas. POSER e FAO tem-nos como referência, prestamos contas” (João António Barbosa Amado, Presidente da Associação Rocha Fora, fevereiro de 2021).

“Associação de Queimadas foi eleito maior associação pelo FIDA. Associação foi reconhecido pelo FIDA porque trabalhamos transparente. Apresentamos todas as contas. Queriam jovem à frente e feminino, lançaram-me desafio e acabei por aceitar” (Lucibele Gomes Dias, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Queimadas, ACDQ, março de 2021).

“Os financiadores fazem-nos fiscalização e ficaram contentes com nosso trabalho, com resultados que encontraram financeiramente no banco. Quando fizeram balanço, verificaram que fizemos um bom trabalho e disponibilizaram a última tranche.

Trabalhamos em parceria com Canárias, Delegação Ministério Agricultura e Meio Biodiversidade” (Atanásia Tavares Silva, Vice Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Calheta, janeiro de 2021).

“Agora há pouco financiamento. Neste momento só temos o projeto para ensino das artes. Tenho muitos projetos mas não resolve porque não há financiamento. Eu é que faço projetos” (José Alberto Gonçalves Andrade, Presidente da Associação Juvenil Comunitária de Relva, fevereiro de 2021).

**Tabela 39 - Principais parceiros da associação segundo ilha**

Principais parceiros da associação	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maió	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Câmara Municipal	50%	47,37%	50%	100%	22,22%	100%	41,3%
CRP	100%	84,21%	87,5%	43%	44,44%	86,67%	69,57%
Plataforma das ONG's	0%	10,53%	0%	29%	11,11%	0%	15,22%
ONG's estrangeiras	0%	10,53%	12,5%	14%	22,22%	6,67%	6,52%
Empresas	16,67%	5,26%	0%	14%	0%	0%	2,17%
Outro	50%	63,16%	71,4%	85%	88,89%	12%	71,4%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Quando questionados sobre os projetos financiados pelo POSER, reconhecem o papel desses projetos nas comunidades, embora as opiniões se dividem sobre o seu sucesso e procedimentos adotados, trazendo à reflexão sobre como os projetos são pensados, onde os beneficiários também contribuíram para o insucesso. No entanto, há críticas ao que entendem de pouco diálogo com as associações na definição de projetos, com a mudança de filosofia do POSER:

“No início o projeto de aviário teve sucesso, mas teve fortes concorrentes, ovo veio da Praia a preço baixo, não podiam vender ao preço da Praia” (Augusto Ledo Pontes Barbosa, Presidente da Associação Desenvolvimento Comunitário de Achada Mentirosa, fevereiro de 2021).

“Temos bom relacionamento com POSER. No início faziam reuniões, ouviam presidente da associação e comunidade. Agora não nos ouvem, não sei porquê. Mudança de filosofia é bom e não. Apesar disso, os projetos que trazem para comunidade é compatível com realidade, precisávamos das intervenções. Tem outras

ideias, projetos que as associações precisam. Se associação submetesse seu projeto, também seria bom” (Augusto Ledo Pontes Barbosa, Presidente da Associação Desenvolvimento Comunitário de Achada Mentirosa, fevereiro de 2021).

“Submetemos dois projetos a POSER, um de criação de cooperativa de prestação de serviço de limpeza, para limpeza de instituições públicas ou para trabalho doméstico. Neste foi financiado apenas kit para 3 mulheres e não conseguimos oficialização da cooperativa porque tinha que pagar um valor, incentivamos as pessoas para pagar quota para pagarmos o registo junto do cartório, mas não o fizeram e o POSER disse-nos que esse valor não estava incluído no projeto, por isso a cooperativa não funcionou, os kits ainda estão guardados. No contrato dizia que revertia a favor da associação. Uma senhora tem guardado. Outro projeto submetido foi a aquisição de motor de bote para um senhor. Teve sucesso, ainda tem. O POSER apoiou também na aquisição de gota a gota, aquisição de motobombas, reservatório, através de outras associações. Também bote, raças melhoradas (cabra, vaca), pessoas conseguiram construir currais, pocilgas junto a outras instituições. Deram bote a dois pescadores mas o motor estragou e não conseguiram arranjar e ficaram sem elas” (Maria José Ribeiro, Presidente da Associação Comunitária Ami-Barreiro, janeiro de 2021).

“Submetemos 3 projetos ao POSER, na produção de carvão, na criação de gado (raça melhorada, com 2 bodes e 4 cabras), agricultura, kits gota a gota. A cabra dava mais leite mas tiveram muito prejuízo com cães vadios que atacavam cabras, agora já diminuiu. Tem quem ficou sem cabra. Demoram a tomar iniciativa com esses cães. Tínhamos um projeto no POSER de todas as associações de Maio na agricultura modernizada – gota a gota, moto bomba, mangueira, tubos, painel solar, o projeto foi financiado mas na zona não tínhamos beneficiários na altura (2015)” (Fernando Silva Cardoso, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca, janeiro de 2021).

“Problema foi de beneficiários que não levaram as coisas a sério. Deram-lhes material, apoio na produção de carvão, lenha e carro para fazer carvão, mas não levaram adiante, sua vida não mudou. Deu-nos desmotivação porque beneficiários não fizeram seu esforço. Na criação de gado, pessoas com mais idade, mais responsabilidade levaram as coisas mais a sério. Apoiámos os jovens com 5 moto-serra, 3 forno para fazer carvão e os abandonaram. Os jovens não o fizeram e vão fazer biscoites com outros” (Fernando Silva Cardoso, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca, janeiro de 2021).

“Antes de 2016 o POSER tinha outra filosofia, fazíamos assembleia comunitária, selecionavam projetos mais prioritários. As pessoas faziam os seus projetos, na assembleia da associação fazíamos a votação dos mais credíveis e com qualidade e financiavam aqueles mais votados na comunidade. Depois de 2016, agora projetos vem de cima para baixo. O projeto já é feito, os beneficiários já são escolhidos, nem a comunidade nem a associação são chamados no processo. Só somos chamados para assinar. Sou contra! O Ministério da Agricultura e POSER é que fazem o projeto e tudo. Essa forma de trabalho pode desestruturar a associação. Pode dar a ideia na comunidade de que é a associação que indicou os beneficiários quando não é. Não temos tido reuniões com POSER. Antes era melhor forma, a comunidade é que decidia qual projeto é que devia ser e POSER tem técnicos para apoiar. Neste momento não temos como definir projetos prioritários para a localidade, por isso não temos feito nenhum encontro, nem projeto, porque a filosofia de elaboração do projeto foi mudada. Antes submetia projeto, tinha equipa para analisar, agora não. Se

antigamente algum projeto de POSER não funcionou, não teve sucesso, a culpa é do POSER, não é da comunidade. Porque deviam fazer metodologia de acompanhamento e seguimento do projeto. Antes de 2016 teve muitos projetos com dificuldades. Mandaram projetos de assistencialismos, que acaba por criar mais problemas no beneficiário do que ele tinha. Por exemplo, num aviário dão-lhe 30 galinhas. Qual é a rentabilidade que essa pessoa irá ter? Nada! Sou contra projetos assistencialistas, como esmola, que não funciona, é só fazer e fracassar. Quando as coisas dão errado culpam os beneficiários” (Filinto Brito, Presidente da associação Agropecuária Calhau e Madeiral, janeiro de 2021).

Antigamente fazíamos projeto, há cerca de dois anos o MDR e comunidade reúnem e preocupam-se por saber as dificuldades na zona, tomam dados da associação e trazem projetos para associação assinar. Temos concordado porque ouvem associação e comunidade” (Jailson da Luz Monteiro, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Ribeira dos Bodes e João Bento, janeiro de 2021).

“Temos 5% dos projetos para sustentabilidade da associação e POSER ainda não pagou após o projeto concluído. Pediram um projeto detalhado de como íamos gastar o dinheiro, fizemos e não recebemos. Paguei técnico com fundo da associação e o POSER não transferiu. Há um ano e tal e estamos à espera. Desde o mês de Julho de 2020 com projeto concluído estamos à espera deste fundo. Está no manual de procedimentos os 5%. Dizem que fundo é para associação, temos que justificar em quê que usamos. Se é para fundo ainda temos que justificar?” (João Manuel Rodrigues, Presidente Conselho Diretivo de Associação Desenvolvimento Integrado Longueira e Chã de Arroz, janeiro de 2021).

“Tínhamos direito a 5% de fundo. Tive informação que terá que ser reajuste para dar algum kit para beneficiários. Tivemos despesas na elaboração de projeto. Pagamos uma pessoa para elaborar projeto (o valor de 70.000\$00). Conseguimos pagar por outros meios. Dentro da associação não temos pessoas para fazer projetos. Há pessoas que cobram de acordo com o montante do projeto e exigem receber logo para nos dar projeto” (João Ramos Fortes, Presidente Associação Comunitária para Desenvolvimento Integrado de Mocho, janeiro de 2001).

No entanto, após a mudança de governação ocorrida em 2016, entendem que o relacionamento com os parceiros mudou:

“Não temos submetido projetos porque para fazer é preciso ter instituições para nos apoiar. Governo atual tem dificuldade em apoiar associações. Ministério da agricultura não temos queixa de apoio plantação. Foi sempre nosso grande parceiro” (Mamede Lopes da Costa, Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Trás os Montes, abril de 2021).

“Estamos parados porque depois de 2016 ficamos sem parcerias, sem espaço de procurar financiamento. Antes de 2016 fazíamos muitas atividades na zona, dava muita visibilidade. Antigamente trabalhávamos com CRP, depois de 2016 com a passagem de POSER para MDR complicou. CRP enquanto intermediário deixou de existir, e ele era um dos maiores intermediários que tínhamos. Depois de 2016 as

associações ficaram sem espaço no POSER. Tendo este divórcio do POSER com CRP deixaram-nos órfãos, com marasmo de atividade. Não fizemos nenhum projeto desde 2016 porque não vimos fonte de financiamento. hoje em dia tem tendência de conotar associações com PAICV. É um travão. Quando beneficiamos não precisamos saber a cor política das pessoas” (Manuel António de Pina Pires, Presidente da Associação para Desenvolvimento de Pedra Barro, abril de 2021).

Refletem sobre o insucesso de alguns projetos financiados pelo POSER, revelando como fatores externos concorrem nesse insucesso:

“A seca não trouxe sucesso no financiamento. Com seca os animais emagreceram, pessoas não conseguiram porque não tinham dinheiro. Já passaram pessoas do POSER a falar com beneficiários para ver se pagam dívidas. Pessoas queixam-se da seca, tinham animais que morreram com seca, os animais não resistiram” (Mamede Lopes da Costa, Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Trás os Montes, abril de 2021).

“Houve pessoas que foram beneficiadas com porco e tiveram azar por causa da peste suína, acabou com criação” (José Eduardo Gomes Barros, Vice Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Covoada, abril de 2021).

“Os beneficiários começaram a pagar reembolso, depois rendimento foi fraco, com falta de chuva e não ficaram a pagar. Estufas agora não funcionam bem por falta de água” (Maria de Jesus Carvalho, Presidente da Associação Pé de Monte, abril de 2021).

“Aviário fracassou por falta de produto (fornecimento de pinto). Se tivesse pinto hoje estaria a funcionar. Deviam fazer 4 ou 5 povoamento por ano, mas só fazem 1 ou 2. Perdem o ritmo e não rentabiliza o espaço físico que financiou e não tem capacidade de prestar serviço frequente a clientes e fracassa. Quem importa pinto é Suinave e Upranimal. Quando essas duas empresas não tem, não temos onde procurar. Quando é galinha poedera tem que vir ovo de Portugal, o que é um custo mais elevado. Se POSER tivesse incubadora a nível nacional podiam criar um espaço de produzir pintos que podia ser a retaguarda dos beneficiários, projeto seria mais sustentável, complica tudo na cadeia. O aviário foi legalizado em pequena empresa, mas há 6 ou 7 anos que não funciona. Antes de dar projeto criar espaço para preparar pessoas para ter certeza que dão um passo para frente. É bom estudar comunidade antes de implementar projeto. Quando familiariza tem cliente mais certo. Execução devia ser última etapa, tem sido primeira fase. Antes de dar projeto tem que o preparar para risco, como deve se engajar, o que deve fazer, como levar o projeto adiante, tem que ser empreendedor, conhecer mercado, conhecer rede distribuição, tem que ter noção de como ampliar negócio e capacidade de mobilizar clientes. Tem que ter seguimento permanente. Tem que ter plano de monitorização para avaliar todas as etapas, dão projeto e abandonam as pessoas. Avaliação e seguimento do POSER foi deficiente, deixou muito a desejar, quando tem verba destinado para o seguimento” (Manuel António de Pina Pires, Presidente da Associação para Desenvolvimento de Pedra Barro, abril de 2021).

Associada aos fatores externos, a inexistência de estudos de viabilidade dos projetos e o devido acompanhamento aos projetos concorrem para o seu insucesso.

A nível das entrevistas refletem ainda sobre a situação atual das associações, o reembolso exigido pelo POSER e a falta de financiamentos:

“Associações de Santiago Norte estão todas paradas. Não há financiamento desde 2016. Com POSER tínhamos bom relacionamento, tem dívidas que beneficiários não conseguiram pagar. Associação não pode os obrigar a pagar, serviu como fiador. Financiadores que tínhamos mesmo é POSER, Ministério da Agricultura. Hoje em dia é exigido sempre fiador. Pessoas são pobres. Ninguém confia em servir ninguém de fiador. É mais instituições grandes como o CRP que financiam. POSER veio dar responsabilidade para pagar, repor montante, pessoas não estão acostumadas a pagar, assinaram e no fim não pagaram e temos problemas em pedir financiamento. os bancos não nos financiam” (Mamede Lopes da Costa, Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Trás os Montes, abril de 2021).

“Neste momento estamos praticamente parados. Não é fácil trabalhar com pessoas adultas que querem só o vem a nós” (Jaqueline Tavares, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Lomba Tantum, abril de 2021).

“Para POSER, a partir de viveiro não pedimos mais projetos porque no fim do projeto de viveiro disseram que tínhamos que reembolsar” (Mário Tavares, Tesoureiro da Associação os Amigos para o Desenvolvimento Comunitário de Serra Malagueta, abril de 2021).

Neste sentido, os interlocutores têm a sua própria visão sobre a coordenação de projetos de desenvolvimento em sintonia com a comunidade:

“Defendo projetos em coordenação com a comunidade, pelo menos para ouvirem a comunidade. A associação já não é ouvida pelo POSER. Tiram-nos dos nossos afazeres para ir a uma reunião onde não sou tido nem achado, só para ir assinar um papel. Para quê? Para colaborar com os que foram escolhidos como beneficiários, vou aos encontros, inteiro dos projetos e assino, porque senão os beneficiários vão dizer que estou agindo de má fé contra eles. Antes de escolherem beneficiários tem que analisar se o projeto vai ser implementado na sua propriedade ou da família porque na hora de dar apoio pode dar problema” (Filinto Brito, Presidente da associação Agropecuária Calhau e Madeiral, janeiro de 2021).

No entanto, os entrevistados chamam atenção para a dinâmica na procura de financiamentos e parceiros:

“Antigamente éramos mais próximos ao POSER. Associação ficava como menino mimado. Se tinha projeto a associação funcionava, se não tinha projeto não funcionava, ficávamos sempre baixo de parceiros. Agora não! Vamos à procura de parceiros, financiadores” (Atanásia Tavares Silva, Vice Presidente da Associação para Desenvolvimento Comunitário de Calheta, janeiro de 2021).

“Sempre que aparecem projetos, o presidente tem feito de tudo para angariar fundo. Agora temos feito projeto aqui neste prédio porque temos parte de financiamento que não é suficiente. Quase todos os anos submetemos um ou dois projetos. Metemos projeto com outros parceiros internacionais que sempre tem dado fruto. Toda esta vedação, foram várias instituições que o apoiaram. Embaixada de América deu 30.000 dólares, Associação João Paulo, Luxemburgo, POSER. Fazemos projetos, passamos a elaborar, mostramos na Câmara, temos projeto para lar de idosos.” (Joaquim Jorge Spencer, Presidente interino da Assembleia Geral da Associação Regional de Desporto para Pessoas portadoras de Deficiência, Carenciados e Terceira Idade, ARDEPTY, março de 2021).

“Todos os anos submetemos projetos na área de agricultura e pecuária. Sempre que aparecer oportunidade de projetos” (Lucibele Gomes Dias, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Queimadas, ACDQ, março de 2021).

“Sempre que temos conhecimento de projetos submetemos. Vamos agora submeter a GEF. Num ano fazemos dois a 3 projetos, sempre que aparece. Às vezes têm projetos que não podemos concorrer. Vamos atrás de financiadores. Por exemplo, no FAO, pedimos projetos, concorreremos. Como justificamos despesas, realizamos e depois confiam em nós. FAO financia por tranche, 8 tranche, se falharmos um perdemos tudo. Temos que justificar dinheiro e trabalho. Temos dificuldades com clima, tempo, às vezes planta não pega, cumprimos com todos os financiadores porque só assim teremos próximos financiadores” (Mário Tavares, Tesoureiro da Associação os Amigos para o Desenvolvimento Comunitário de Serra Malagueta, abril de 2021).

Fica assente que muitas associações só têm funcionado mediante possibilidades de financiamento e existência de parcerias, o que faz com que as suas atividades fiquem condicionadas à possibilidade de não haver parcerias.

Os projetos prioritários para as comunidades são definidos a nível da direção e depois são levados para as Assembleias Gerais. Muitos foram os interlocutores que referiram as suas limitações na elaboração de projetos.

A escolha de beneficiários acontece ao nível das Assembleias Gerais, por vezes não é consensual e gera momentos tensos com algumas picardias e descontentamento. Por vezes nota-se um desfasamento entre o que é disponibilizado às pessoas e o que realmente querem.

“No projeto de mulheres, vimos mães solteiras chefes de famílias que não tinham companheiro, as chamamos para as ouvir. É frustrante, ajudamos e não sabem valorizar. Não cuidam para os projetos sobreviverem. Às vezes pergunto; damos às pessoas algo, mas será o que querem?” (Paula Felisberto, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fajã, Mancha Verde, março de 2021).

Em anos anteriores, havia uma grande dinâmica a nível da realização de atividades de intercâmbio, animação e mobilização comunitária, que se vem perdendo devido à falta de financiamento e pelo facto de muitas associações estarem inativas. Também, há maior interesse nas pessoas se reunirem quando há financiamento ao invés de organizarem atividades, destacando a falta de interesse dos jovens em participarem das atividades, que eram bastante diversificadas. A COVID-19, pelo distanciamento social recomendado, obrigou ao cancelamento de várias atividades.

A maioria das ACDs afirma que não têm geminações com outras instituições. Esta evidência é mais vincada nas ilhas do Maio (87,5%), São Nicolau (72%), Fogo (68,42%) e São Vicente (66,67%).

Brava se destaca como a ilha com mais geminações (50%), seguido por Santiago (46,65%) e Santo Antão (40%).

**Tabela 40 - Geminação feita segundo ilha**

Geminação feita	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	50%	31,58%	12,5%	29%	33,33%	40%	46,65%
Não	50%	68,42%	87,5%	72%	66,67%	60%	54,35%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As ACDs inquiridas estão geminadas sobretudo com outras associações existentes na própria ilha ou entre ilhas vizinhas. Os protocolos e parcerias estabelecidos com ONGs ou demais instituições, nacionais ou estrangeiras, são residuais. Contudo destaca-se a presença de algumas ONGs (Norte Americanas e Portuguesas) e Câmaras Municipais portuguesas; instituições internacionais como a Cooperação Luxemburguesa, etc.



## Quadro 6 - Entidades que possuem protocolos de geminação com ACDs segundo ilha

Ilhas	Entidades que possuem protocolos de geminação com ACDs
Brava	Associação Eugénio Tavares Associações da ilha do Fogo
Fogo	Associação Pai António, A. Cutelo Alto Associação Estrelas de Monte Grande Associação de Cutelo De Açúcar (São Francisco Assis) ADAF - ONG americano ABC Patim
Maio	Instituto Marquês de Valle Flôr
São Nicolau	Emigrantes Atelier Mar de São Vicente Rede Rassol
São Vicente	Associação Pescadores de Salamansa Associação dos Pescadores de São Pedro
Santo Antão	Câmara de comércio Plataforma de ONGs Adrimag <sup>17</sup> Portugal
Santiago	Cooperação luxemburguesa Câmara de Portugal Associação Salina Associação do planalto de Rui Vaz Associação Comunitária de Longueira Associação Comunitária de Rui Vaz Associação Comunitária de Pico Leão Associação Comunitária de Mato Raia Associação de Kelém Associação de Achada Baleia Associação da Comunidade de Bana Associação Comunitária de Desenvolvimento de São Martinho Associação de Lém Dias Agro Beri ADP ADAD Associação Ilha Terceira, Açores

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

A maioria das lideranças inquiridas também consideram que as geminações não têm trazido resultados práticos. As associações da ilha do Fogo foram as mais pessimistas em relação aos resultados das geminações (73,68%). Por outro lado, Santiago, São Vicente e Maio são as ilhas com maior percentual de ACDs que conseguiram apontar ganhos alcançados com as geminações.

---

<sup>17</sup> A ADRIMAG é uma associação de desenvolvimento local, sem fins lucrativos, responsável pela implementação de programas comunitários e nacionais nas serras do Montemuro, Arada e Gralheira – municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, São Pedro do Sul, Sever do Vouga e Vale de Cambra – Portugal, desde agosto de 1991. Fonte: <http://www.adrimag.com.pt/>.

**Tabela 41 - Resultados práticos das geminações segundo ilha**

Resultados práticos das geminações	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	31,59%	26,32%	41,3%	29%	41,3%	33,33%	41,3%
Não	66,67%	73,68%	58,7%	71%	58,7%	66,67%	58,7%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de resultados práticos das geminações com outras ACDs nacionais se destaca sobretudo a realização de encontros, convívios e atividades culturais. Em relação aos parceiros internacionais os ganhos têm sido bastante mais diversificados, apoio à formação, transporte escolar e construção de habitações sociais.

Em algumas ilhas foi ainda destacado o importante papel dos emigrantes da comunidade no financiamento de ações sociais levadas a cabo pelas ACDs.

**Quadro 7 - Resultados práticos das geminações segundo ilha**

Ilhas	Resultados práticos das geminações
Brava	Intercâmbio com associações da ilha do Fogo Campanhas de limpeza Ajuda às pessoas mais necessitadas
Fogo	Unidade de transformação de frutas Troca de experiências Melhoria da dieta alimentar Distribuição de óculos de sol e de vista. Acesso a financiamento
Maio	Montagem da Rádio Comunitária de Djarmai
São Nicolau	Envio de jovens para Formação numa Escola Profissional em Abrantes Portugal Apoio no pagamento de propinas e transporte escolar Fornecimento de cestas básicas às famílias mais carentes Promoção de emprego jovem Desporto
São Vicente	Programa de luta contra pobreza Atividades pela celebração do dia dos pescadores Atividades de confraternização
Santo Antão	Habitação social Saneamento Agricultura Estudos dos solos Sistemas de rega Transporte escolar
Santiago	Construção de Reservatórios Campanha de Reflorestação Apoio na montagem de pocilgas, aviários, e vários projetos rentáveis Plantação de plantas endémicas e construção de diques Melhoria na vida de jovens que participaram daquela geminação Melhoria de habitações sociais Formação em liderança Outras Formações Aquisição de transporte escolar

	Entregas de kits de eletricidade Distribuição de máscaras descartáveis Construção de arretos e plantações Construção de pocilgas Construção de banquetas Angariação de fundo através de atividade desportiva para ajudar os mais necessitados na comunidade Pessoas que viajaram para fazer formação ligado ao artesanato
--	---

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

O valor máximo mobilizado por uma ACD foi de 50 milhões de escudos na Ilha de Santiago, sendo a ilha com associações a gerir projetos mais ambiciosos. Porém, ao observarmos a média de montantes mobilizados constatamos que as associações de Santo Antão, com uma média de 15 mil milhões e meio de escudos, apresentam os melhores resultados do país. Santo Antão foi ainda no cômputo geral a ilha que mais recursos mobilizou a nível nacional (cerca de 101 milhões de escudos), revelando muita dinâmica e capacidade de mobilização de recursos.

No extremo oposto temos as ACDs da ilha do Maio com os valores mais baixos do país em termos de mobilização de recursos.

**Tabela 42 - Montantes mobilizados para a implementação dos projetos segundo ilha**

Montantes mobilizados para a implementação dos projetos	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Valor máximo	8.000.000\$0	14.000.000\$0	1.200.000\$0	2.000.000\$0	14.500.000\$0	32.000.000\$0	50.000.000\$0
Média	2.537.500\$0	7.500.335\$0	583.333\$0	421.825\$0	3.220.400\$0	15.500.00\$0	3.396.221\$0
Total	10.150.00\$0	30.001.340\$0	1.750.000\$0	2.530.950\$0	16.102.00\$0	101.663.207\$0	84.905.530\$0

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Quanto às formações ministradas, tem-se verificado no âmbito de programas e projetos e não por iniciativa das associações. De realçar que a grande maioria das associações não possui um fundo próprio para formação, estando muito dependentes de financiamentos e parcerias com outras instituições para o efeito. Neste particular, nas deslocações questionaram as formações ministradas, que não seriam as fundamentais para o seu perfil e necessidade de momento.

A ilha de Santiago é a região do país que mais formação ministrou (63). Tal facto se explica, em grande medida, por ser a ilha que alberga um número maior de ACDs. É também em Santiago que encontramos a associação que mais formações ministrou (8).

Entretanto, em média a ilha do Maio foi onde identificamos o maior de formações por cada associação inquirida (1,75). O Fogo, apesar de ser a segunda ilha com mais formações ministradas, foi a região com a mais baixa média de formações por associação (0,9) o que demonstra que as formações ministradas foram concentradas num número reduzido de associações.

No terreno enunciaram desejar formações na conservação, produção e transformação de produtos agro-pecuários; elaboração de projetos; produção agro-silvo-pastoril; turismo rural.

**Quadro 8 - Formações ministradas diretamente pela associação ou em parcerias com outras entidades nos últimos dois anos segundo ilha**

Formações ministradas diretamente pela associação ou em parcerias com outras entidades nos últimos dois anos	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Valor máximo	5	5	4	3	4	5	8
Média	1,5	0,9	1,75	1	1,14	1,6	1,5
Total	6	18	7	7	8	25	63

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em relação às áreas de formação, o item mais citado foi agricultura e pecuária, com valores acima dos 65% no Fogo e em São Nicolau. De seguida se destacam outras formações como transformação alimentar, igualdade do género e capacitações no domínio das pescas. As áreas da saúde, informática e costuras surgem com valores residuais nas diversas ilhas.

**Tabela 43 - Áreas de formação abrangidas segundo ilha**

Áreas de formação abrangidas	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Agricultura e Pecuária	0%	66,6%	12,5%	70%	22,22%	33,33%	23,91%
Costura	0%	0%	0%	0%	0%	6,67%	2,17%
Informática	0%	11,1%	0%	0%	0%	6,7%	4,35%
Saúde	0%	0%	12,5%	0%	0%	6,67%	2,17%
Outro	100%	22,3%	25%	30%	33%	26,67%	13,04%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

As ACDs em Cabo Verde enfrentam constrangimentos em várias dimensões. Na Brava, Fogo, São Nicolau e Santiago os constrangimentos financeiros (irregularidade no pagamento das quotizações, fim dos projetos, etc.) foi o item mais citado. No Maio o item com mais referência foi a questão da falta de organização e inoperância das ACDs neste momento. Em São Nicolau também foi destacada a questão da falta de formação nos mais diversos domínios.

**Tabela 44 - Principais constrangimentos atuais da associação segundo ilha**

Principais constrangimentos atuais da associação	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Formação	33,33%	21,05%	25%	71%	22,22%	40%	10,87%
Organização	50%	42,11%	62,5%	43%	0%	46,6%	34,78%
Finanças	66,67%	47,37%	50%	71%	33,33%	33,33%	54,35%
Outro	16,67%	36,84%	0%	30%	55,56%	73,33%	45,65%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

O principal constrangimento no domínio da formação apontado pelas ACDs inquiridas foi a falta de fundos para materializar ações de capacitação para os seus membros. Em algumas ilhas também destacaram a falta de oportunidades e de ofertas de formação a nível local.

### Quadro 9 - Constrangimentos no domínio da formação segundo ilha

Ilhas	Constrangimentos no domínio da formação
Brava	Falta de ofertas de formação em áreas relevantes Falta de parceiros
Fogo	Falta de fundos para formações Falta de ofertas de formação Falta de parceiros
Maio	Falta de fundos Falta de parceiros
São Nicolau	Falta de fundos para realização de formações Falta de ofertas
São Vicente	Falta de fundos
Santo Antão	Falta de parceiros Falta de ofertas
Santiago	Falta de fundos para realização de formações Falta de ofertas de formação em áreas relevantes Falta de parceiros

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de constrangimentos no domínio da organização se destaca a inatividade atual de muitas associações, a falta de motivação dos seus membros e dirigentes, a ausência de projetos em execução e os efeitos causados pela pandemia do COVID-19.

### Quadro 10 - Constrangimentos no domínio da organização segundo ilha

Ilhas	Constrangimentos no domínio da organização
Brava	Inatividade das associações
Fogo	Ausência de planos de atividades Conflitos internos Inatividade das associações
Maio	Ausência de planos Conflitos internos Inatividade das associações
São Nicolau	Falta de participação e envolvimento dos associados
São Vicente	Desmotivação dos membros Pandemia da COVID-19 Falta de atividades
Santo Antão	Ineficiência no funcionamento dos órgãos Ausência de planos de atividades e contabilidade organizada Pouca disponibilidade dos jovens
Santiago	Ineficiência no funcionamento dos órgãos Ausência de planos de atividades e de contabilidade organizada Conflitos internos Pouca disponibilidade dos jovens

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Durante as entrevistas realizadas na ilha, os líderes associativos apontam os constrangimentos a nível da organização, realçando a sobrecarga do trabalho do Presidente da associação e algumas críticas tecidas pelos membros:

“Na parte de organização temos dificuldades, nos encontros os membros não aparecem, na tomada de decisões tem membros que acabam por ser contra e depois acabam por se convencer. Há pessoas que sempre apontam o dedo. Se és presidente de associação, tudo vem para cima de ti. Se tiver alguma falha dentro da associação, apontam o dedo para o presidente. Mesmo se não tiver falha, dizem que o presidente é que beneficia dos recursos da associação. Apanhamos maçada, mas não recebemos” (Jailson da Luz Monteiro, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário Ribeira dos Bodes e João Bento, janeiro de 2021).

No que diz respeito aos constrangimentos financeiros, o item mais referenciado foi a falta de fundos. A falta de financiamento de novos projetos e a diminuição da participação dos sócios são apontados como as principais razões para a falta de fundos.

**Quadro 11 - Constrangimentos no domínio de finanças segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Constrangimentos no domínio de finanças</b>
Brava	Falta de fundos Não continuidade dos projetos financiados
Fogo	Falta de fundos Pouca participação dos sócios sobretudo depois da pandemia Não continuidade dos projetos
Maio	Falta de fundos Pouca participação dos sócios
São Nicolau	Falta de fundos Fim dos projetos
São Vicente	Falta de fundos Fim dos projetos Pandemia do COVID19
Santo Antão	Falta de fundos Pouca participação dos sócios Não continuidade dos projetos
Santiago	Falta de fundos Pouca participação dos sócios Não continuidade dos projetos Não pagamento de quotas

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Durante as entrevistas enunciaram como constrangimentos o fraco envolvimento dos membros na vida associativa, deixando tudo para o Presidente resolver; a pouca procura de informação dos membros sobre as atividades desenvolvidas pela Associação;

o desinteresse dos sócios pelo voluntariado; a inexistência de sede e de equipamentos; as quotas em atraso; a falta de apoio e financiamento; o baixo nível de escolaridade dos sócios.

## 9. GÉNERO, JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS

Neste tópico analisou-se informações respeitantes à existência de Comissões específicas para Jovens e Mulheres, à percentagem de mulheres e de Jovens (com menos de 30 anos) nos lugares-chaves dos órgãos de gestão; e percentagem dos membros das ACDs que são do género feminino. Avaliou-se ainda o nível de participação dos associados, nomeadamente nas reuniões e nas tomadas de decisão, o relacionamento entre os membros; quem toma as decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade e o grau de envolvimento das famílias na vida da associação.

No que tange à existência de comissões de jovens e de mulheres a maioria das ACDs não têm priorizado a sua criação, embora já se tenha vindo a encorajar a criação de tais comissões. Na prática, o pouco que existe, pouco tem funcionado. Santo Antão (40%), Maio (37,5%), Fogo (36,84%) e Santiago (32,61%) se destacam entre as ilhas com maior percentagem de comissões de jovens e de mulheres. Brava é a única ilha sem nenhum registo de comissões criadas.

**Tabela 45 - Existência de comissão de mulheres e jovens segundo ilha**

Existência de comissão de mulheres e jovens	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Sim	0%	36,84%	37,5%	14%	11,11%	40%	32,61%
Não	100%	63,16%	62,5%	86%	88,89%	60%	67,39%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

No que diz respeito à inexistência de comissões de mulheres, as principais razões apontadas nos mostram que para muitas associações esta questão não é pertinente no



contexto atual, devendo-se à falta de distinção de género entre os membros e à inatividade da associação. Porém, alguns inquiridos indicaram que é uma questão que já cogitaram e que eventualmente no futuro vão materializar.

**Quadro 12 - Razões para a inexistência de comissões de mulheres segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Razões para a inexistência de comissões de mulheres</b>
<b>Brava</b>	Nunca pensamos nisso Não tivemos tempo para organizar Não tivemos essa ideia Comunidade não ajuda na participação Está nas nossas ideias
<b>Fogo</b>	Falta de interesse A associação não está a funcionar A associação funciona em conjunto, sem distinções de género
<b>Maio</b>	Não entendemos que era necessário, Não se pensou nisso Não é necessário Neste momento nada está a funcionar
<b>São Nicolau</b>	Não teve necessidade Não há muita disponibilidade Não tem membros disponíveis Falta de organização Está nos planos Disponibilidade
<b>São Vicente</b>	Tem duas mulheres na direção Número reduzido de membros Não tem moradores aqui Associação generalista não tem comissões específicas Ainda não houve necessidade
<b>Santo Antão</b>	Não se sentiu essa necessidade na associação, tendo em conta a vocação comunitária Poucas pessoas na comunidade Falta de interesse Falta de iniciativa Existência de grupos específicos apenas para organização de atividades pontuais Dificuldades em criar a comissão das mulheres Número reduzido de mulheres como membros
<b>Santiago</b>	São apenas mulheres Falta de interesse/motivação Todas as atividades eram feitas em conjunto Porque os membros estão pouco ativos Nunca chegaram a criar nenhuma comissão/não houve iniciativa Não sabe dizer Já tentaram criar mas não deu certo Falta de membros ativos Eram praticamente apenas mulheres. As atividades culturais já envolviam as mulheres No princípio havia, devido à pouca participação de mulheres e jovens na associação, deixou de existir Dependiam dos financiamentos, não tendo iniciativas próprias Dado ao número reduzido de pessoas, as atividades eram realizadas em conjuntos, não houve essa iniciativa As atividades sempre foram feitas em conjunto Abrangiam todas as atividades

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

No que diz respeito à inexistência de comissões de jovens, as principais razões apontadas nos mostram que para muitas associações esta questão não é pertinente no contexto atual, a falta de distinção dos mais jovens na vida associativa e inatividade da associação. Porém, alguns inquiridos indicaram que é uma questão que já cogitaram e que eventualmente no futuro vão materializar.

**Quadro 13 - Razões para a inexistência de comissões de jovens segundo ilha**

<b>Ilhas</b>	<b>Razões para a inexistência de comissões de jovens</b>
<b>Brava</b>	Nunca pensamos nisso Não tivemos tempo para organizar Está nas nossas ideias
<b>Fogo</b>	Falta de interesse Pouca participação por parte de jovens A associação não está a funcionar A associação funciona em conjunto, sem distinções de idade
<b>Maio</b>	Não entendemos que era necessário Não se pensou nisso Não é necessário Neste momento nada está a funcionar
<b>São Nicolau</b>	Não tem muitos jovens disponíveis Falta de organização Está nos planos
<b>São Vicente</b>	Tem pessoas de diferentes faixas etárias Número reduzido de membros O estatuto é fechado, está previsto uma assembleia para fazer mudança no estatuto para incluir jovens Ainda não houve necessidade
<b>Santo Antão</b>	Falta de interesse dos jovens para este tipo de assuntos Dificuldades em criar a comissão de jovens Falta de iniciativa por parte dos associados
<b>Santiago</b>	A associação foi criada em grupo e permaneceu durante todo o tempo em grupo e não há muitos jovens membros na associação. Pouca participação dos jovens As atividades culturais já envolviam os jovens Devido à fraca participação dos jovens no sector agrícola, e o número de sócios jovens ser relativamente pequeno, não permitiu a criação desta comissão.

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Em termos de envolvimento e participação dos sócios na vida da associação, as ilhas da Brava (50%), Santiago (47,83%), São Vicente (44,44%) e Fogo (42,11%) foram maioritariamente avaliadas como boas. Se acumularmos o total de inquiridos que com avaliação de bom ou muito bom, podemos constatar que em todas estas ilhas indicadas a percepção positiva sobre a participação dos sócios é superior a 50%.

Por outro lado, nas ilhas do Maio, Santo Antão e São Nicolau a maioria dos inquiridos avaliou a participação dos sócios como sendo razoável ou deficiente.

“A falta de participação dos membros é um problema que temos sim. Mas também acontece em todas as partes. Por outro lado, a maior parte dos nossos membros são pescadores e as atividades ligadas ao mar não ajudam muito” (Jaqueline Tavares, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Lomba tantum, abril 2021).

A fraca participação na tomada de decisões constitui um entrave ao desenvolvimento local, pois por via da participação, diferentes opiniões e visões do mundo se convergem em soluções, derivadas de suas próprias experiências.

**Tabela 46 - Nível de participação dos sócios na vida da associação segundo ilha**

Nível de participação dos sócios na vida da associação	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Muito bom	16,67%	10,53%	0%	29%	11,11%	0%	15,22%
Bom	50%	42,11%	12,5%	0%	44,44%	33,33%	47,83%
Razoável	33,33%	31,58%	50%	42%	11,11%	40%	34,78%
Deficiente	0%	15,79%	37,5%	29%	33,33%	26,67%	2,17%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Embora se apele a decisões de grupo e à participação dos sócios na vida da associação, durante as deslocações ao terreno, foi muito evidenciado o desconhecimento do funcionamento atual das associações do qual são membros e uma deficiente comunicação entre a associação e seus membros.

Alguns locais apontaram para a falta de transparência das políticas e práticas das associações, o que em alguns casos dá azo a situações a desconfianças sobre a escolha de beneficiários e o controle dos recursos financiados.

Foi muito criticada a falta de informação sobre a linha de atuação das associações a nível dos projetos a serem implementados e da gestão de fundos e donativos, explicitando os gastos. A falha na comunicação acarreta consigo desconfianças e a não predisposição à reciprocidade e ao trabalho conjunto, contrariando a lógica de cooperação e confiança, fundamental para a constituição das associações.

Neste sentido, o líder associativo será capaz de incentivar a participação da comunidade, não somente dos membros, mas também dos não membros no processo de tomada de decisões que diretamente lhes dizem respeito, embora estes não tenham o direito ao voto, mas poderão explicitar a sua visão quanto às ações a serem desenvolvidas bem como a participação no momento da execução dessas atividades. O seu desempenho depende ainda das redes sociais entendidas, na visão de Putnam (1996) como práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma dada sociedade ou, ainda, sistema de participação que estimula a cooperação. “A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado for o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera a confiança” (Putnam, 1996: 180).

Este mesmo autor realça que quanto maior a capacidade de os cidadãos confiarem uns nos outros, alargando a rede para além de seus familiares e quanto mais possibilidades associativas numa sociedade, maior tende a ser o volume de capital social dessa sociedade (Putnam, 1996). É a duração da relação social que os indivíduos estabelecem entre si que lhes permite construir a confiança e a partir daí desenvolverem a ajuda mútua e auxiliarem no processo de desenvolvimento mediante o seu potencial de capital social.

O fato de as pessoas saberem que podem contar com a ajuda dos outros, que a solidariedade e o sistema de interajuda, nomeadamente “djunta mon” funciona na sua comunidade, quanto mais se trate de atividades agrícolas e construção de habitações contribui para o reforço da coesão e confiança na comunidade e uma das formas de as pessoas terem menos dispêndio com mão de obra.

A este respeito, diz-nos Putnam (1996: 174) que “para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”.

No que tange ao relacionamento entre os membros, a maior parte dos inquiridos considera que é bom ou muito bom. Apenas uma percentagem residual de inquiridos em São Nicolau (14%), São Vicente (11,11%) e Santo Antão (6,67%) o avaliaram como sendo deficiente.

Durante as entrevistas revelaram que as relações entre os membros associativos são boas, relações essas que perpassam também a vida na comunidade. No entanto, tanto na ilha do Maio como em São Nicolau não reconhecem que há interajuda a nível local, onde

as pessoas são muito individualistas, no entendimento dos líderes associativos. O individualismo constitui um dos fatores que dificulta o associativismo.

**Tabela 47 - Relacionamento entre os membros segundo ilha**

Relacionamento entre os membros	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Muito bom	50%	10,53%	12,5%	29%	22,22%	6,67%	13,04%
Bom	50%	52,63%	50%	43%	55,56%	66,67%	69,57%
Razoável	0%	36,84%	37,5%	14%	11,11%	20%	17,39%
Deficiente	0%	0%	0%	14%	11,11%	6,67%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

Com exceção da ilha do Maio, a maioria das ACDs consideram que as principais decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade são tomadas entre os membros da associação (Brava, Fogo, São Vicente e Santiago) ou em assembleia comunitárias que envolvem todos os moradores, independentemente da condição de membro ou não da associação.

Contrariando a tendência nacional, na ilha do Maio cerca de 74% dos inquiridos afirmaram que as principais decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade são tomadas pela Câmara Municipal.

De realçar ainda que a interferência do governo ou de outras instituições obteve percentagens residuais.

**Tabela 48 - Quem toma decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade segundo ilha**

Quem toma decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Membros da comunidade	45,5%	63,16%	37,5%	71%	33,33%	53,33%	18%
Membros da associação	54,5%	94,74%	12,5%	43%	77,78%	66,67%	53%
Câmara Municipal	0%	10,53%	75%	14%	0%	46,67%	25%
Governo	0%	0%	0%	0%	0%	6,67%	0%
Outro	0%	0%	0%	0%	11,11%	33,33%	4%

Fonte: Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

## 10. INFRAESTRUTURAS SOCIAIS CONSTRUÍDAS NA COMUNIDADE PELA ASSOCIAÇÃO

Neste tópico recolheram-se informações sobre as infraestruturas sociais construídas nas comunidades pelas associações.

Em termos de infraestruturas sociais construídas nas comunidades pelas associações, nas ilhas do Fogo (63%), São Nicolau (57%), Santo Antão (53,33%) e Santiago (45,65%) o item mais citado foi habitações sociais.

De seguida temos um conjunto de itens ligados à atividade agrícola e pecuária como a instalação de sistemas de rega (Brava e São Vicente 33,33%, São Nicolau 57,14% e Santiago 26,09%); a construção de currais (Fogo 52,63%, Maio 37,5% e Santiago 34,78%); e aviários (Fogo 26,32%, Santiago 17,39% e Maio 12%).

Em terceiro lugar se destaca a construção de infraestruturas de mobilização de água para uso doméstico como a construção de baneários (Brava 33,33%, Santo Antão 26,67% e São Nicolau 14,29%) e de chafarizes (São Vicente 22,22%, Fogo, 21,05% e São Nicolau 14,29%).

A construção de infraestruturas de saúde, escolas e farmácias foram os itens menos apontados pelos nossos inquiridos.

**Tabela 49 - Infraestruturas sociais construídas na comunidade pela associação segundo ilha**

Infraestruturas sociais construídas na comunidade pela associação	Ilhas						
	Brava	Fogo	Maio	São Nicolau	São Vicente	Santo Antão	Santiago
Farmácia comunitária	0%	0%	12,5%	0%	0%	0%	2,17%
Habitações sociais	16,67%	63,16%	25%	57,14%	22,22%	53,33%	45,65%
Centro Comunitário	16,67%	5,26%	0%	0%	0%	13,33%	4,35%
Balneários	33,33%	10,53%	0%	14,29%	0%	26,67%	10,87%
Chafariz	0%	21,05%	12,5%	14,29%	22,22%	0%	19,57%
Escolas	0%	0%	25%	0%	0%	0%	2,17%
Jardim infantil	0%	10,53%	12,5%	0%	0%	0%	2,17%
Unidades Sanitárias de Base	0%	0%	12,5%	0%	0%	6,67%	6,52%
Placa Desportiva	16,67%	0%	0%	14,29%	22,22%	6,67%	4,35%
Aviários	0%	26,32%	12,5%	0%	0%	0%	17,39%
Currais	16,67%	52,63%	37,5%	0%	22,22%	26,67%	34,78%
Sistemas de rega	33,33%	15,79%	25%	57,14%	33,33%	20%	26,09%
Capelas	0%	0%	0%	14,29%	0%	0%	0%

**Fonte:** Inquérito por Questionário aplicado de janeiro a abril de 2021

No entanto, criticam quando se fazem infraestruturas sem atender às reais necessidades locais:

“A Câmara Municipal fez praça, não era prioridade na zona. Prioridade era centro comunitário. Inauguraram praça sem luz, sem plano, não tem água para cuidar da planta e não trabalhava com associações. Tinham que fazer cisterna, punham água e população regava, mas não o fizeram” (Fernando Silva Cardoso, Presidente da Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca, janeiro de 2021).

## 11. PAPEL DAS ACDS NO DESENVOLVIMENTO DE CADEIAS DE VALOR POR MUNICÍPIO

Neste tópico recolheram-se informações sobre o papel das ACDs no desenvolvimento de cadeias de valor a nível da configuração da estrutura e o funcionamento atuais da cadeia produtiva; do papel das associações enquanto intermediários na ligação entre produtores, comerciantes e consumidores ou mercados; das infraestruturas adequadas para processos de adição de valor; do potencial das ACDs na promoção de organizações de cariz económico (cooperativas, mutualidades ou microempresas e similares); das alternativas económicas para dinamizar o empreendedorismo local; dos projetos fundamentais para o desenvolvimento da localidade e das recomendações dos líderes associativos sobre o fortalecimento e melhorias de projetos futuros, a relação com financiadores e o desenvolvimento das localidades.

### **a) Configuração da estrutura e o funcionamento atuais da cadeia produtiva**

Neste item recolheram-se informações sobre como está pensada as cadeias de valores para todos os subsetores que abrangem desde o acesso a insumos, à produção, pós colheita, armazenamento, processamento, comercialização; o sistema de produção (individual, coletivo, misto); o acesso à informação sobre mercados, regulamentos, preços.

Na maioria dos municípios a agricultura, pecuária e pesca se destacam como as principais atividades económicas e com maior potencial de promover a segurança alimentar e o bem estar social das populações.

Na agricultura (sequeiro e regadio) e na pecuária predomina o sistema de produção extensivo, diversificado e individual. A pesca é sobretudo artesal (linha, rede e mergulho) e praticado em grupo de 10 a 12 indivíduos por cada embarcação.

Em termos de mercado de acesso aos insumos, há uma grande dependência de todo o país em relação à Cidade da Praia. Se na pecuária e na agricultura de sequeiro podemos encontrar alguma autonomia local, no regadio e na pesca a dependência da Praia é



generalizada, o que cria constrangimentos na cadeia de abastecimento de matéria prima e encarece a produção.

Tendo em conta que predomina a produção diversificada, encontramos uma grande diversidade de produtos, contudo ainda existe poucas experiências de acondicionamento, embalagem e rotulagem dos produtos (com exceção do aguardente). Predomina o recurso a baldes, balaios e sacos e nota-se a ausência de uma cadeia de frio e de veículos de transporte adequados.

O consumo é essencialmente local e há mais constrangimentos no escoamento dos produtos agrícolas e pecuários quando comparados com a pesca. O acesso ao maior mercado consumidor do país (Cidade da Praia) e aos mercados emergentes da Boavista e do Sal é dificultado pela inexistência de um sistema de transporte marítimo regular.

**Quadro 14 - Configuração da estrutura e o funcionamento atuais da cadeia produtiva**

<b>Ilha e Municípios</b>	<b>Atividade</b>	<b>Sistema de produção</b>	<b>Acesso a insumos</b>	<b>Principais produtos</b>	<b>Armazenagem Rotulagem e Transporte</b>	<b>Mercado de comercialização</b>
<b>Brava</b>	Pesca	Artesanal coletivo Diversificada	Furna São Filipe Praia	Peixes “cabeça” Garoupa Salomão Bonita	Malas térmicas Sem rotulagem Hilux Hiace Barco	Local São Filipe Praia
	Pecuária	Extensiva e individual	Nova Sintra São Filipe	Caprinos Queijo	Baldes Sem rotulagem Carinhas caixa aberta	Local
	Agricultura	Extensiva Individual Diversificada	Nova Sintra São Filipe	Cana de açúcar Hortícolas Produtos de sequeiro	Baldes Sem rotulagem Hilux Hiace	Local
<b>Fogo</b>						
<i>São Filipe</i>	Agricultura de regadio/sequeiro	Diversificada Individual	Delegação MAA Praia	Milhos Feijões	Baldes Sacos Experiências de rotulagem Hilux Hiace	Local Praia
	Pecuária	Individual	Praia	Queijo fresco	Banheiras Baldes Hilux	Local Praia Empresa SUIFOGO

	Pesca	Individual	Praia	Pescado diverso	Banheiras Balde Hilux Hiace	Local Praia Empresas e Restaurantes
<i>Mosteiros</i>	Agricultura de regadio/sequeiro	Artesanal Diversificada Individual	São Filipe Praia	Feijão congo Fava verde Vinho	Baltes Sacos Hilux Hiace	Local São Filipe Praia
	Pesca	Artesanal Individual	São Filipe Praia	Pescado	Baltes Banheiras Hilux Barco	Local São Filipe Praia
<i>Santa Catarina-FG</i>	Agricultura de sequeiro	Diversificada Individual	Delegação do MAA Praia	Milhos Feijões Vinho	Baltes Sacos Experiências de rotulagem Hilux Hiace	Local São Filipe Praia
	Pecuária	Individual	Praia	Queijo fresco Carne de cabra	Baltes Banheiras Hilux Barco	Local São Filipe Praia
<b>Maio</b> <b>S. Nicolau</b>	Agricultura de Regadio Pecuária Pesca	Diversificada Individual	Delegação do MAA Praia	Batata doce Cebola	Baltes Sacos Hilux Hiace	Local Praia
	Pecuária	Individual	Praia	Queijo fresco	Banheiras Baltes Experiências de rotulagem Hilux Hiace	Local Praia
	Pesca	Individual	Praia	Pescados diversos	Banheiras Baltes Malas térmicas Hilux Barco	Local Praia

<i>Ribeira Brava</i>	Agricultura de Regadio	Diversificada Individual	Tarrafal SN Praia	Batata doce e inglesa Cebola hortaliças	Baldes Sacos Balaio Experiências de rotulagem Hilux Hiace	Local São Vicente Sal
	Pecuária	Individual	Tarrafal SN Praia	Carne de cabra e de porco	Baldes Banheiras Hilux	Local
<i>Tarrafal</i>	Agricultura Pecuária	Diversificada Individual	Posto de venda em Fajã Praia	Bata doce Cenoura Mandioca Hortaliças Cana de açúcar	Baldes Sacos Balaio Hilux Hiace	Local São Vicente Sal
	Pecuária	Individual	Posto de venda em Fajã Praia	Carne de cabra e de porco	Baldes Banheiras Hilux	Local
<b>S. Vicente Santiago</b>	Agricultura	Diversificada Individual	Postos de venda local Praia	Bata doce Cenoura Mandioca Hortaliças	Baldes Sacos Balaio Hilux Hiace	Local
	Pecuária	Individual	Postos de venda local Praia	Queijo fresco Carne de cabra e de porco	Baldes Banheiras Hilux Hiace	Local
	Pesca	Individual	Postos de venda local Praia	Pescado diverso	Baldes Banheiras Hilux	Local

<i>Praia Rural</i>	Agricultura (hidroponia)	Artesanal Diversificada Individual	Praia	Verduras	Baldes Sacos Balaies Experiências de rotulagem produtos da hidroponia Hilux Hiace	Local Praia
	Pecuária	Individual	Praia	Súínos Bovinos	Baldes Banheiras Hilux Hiace	Local Praia
<i>São Domingos</i>	Agricultura	Extensiva, individual e diversificada	Praia	Hortícolas	Baldes e balaies e sacos Sem rotulagem Hilux Dyna	Praia Local
	Pecuária	Extensiva Individual Diversificada	Milho Branco Praia	Suíños	Baldes Sem rotulagem Hilux Dyna	Praia Local
	Panificação	Diversificada	Milho Branco Praia	Pães Bolos Biscoitos	Balaies Sem Rotulagem Hilux	Local
<i>Ribeira Grande</i>	Agricultura	Diversificada Individual	Praia	Batata doce Verduras	Baldes Sacos Balaies Hilux Hiace	Local Praia
	Pesca	Individual	Praia Ribeira da Barca	Pescado diverso	Baldes Banheiras Hilux Hiace	Local Praia
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	Agricultura	Diversificada Individual	Praia	Milho Feijões Verduras	Baldes Sacos Balaies Hilux Hiace	Local Praia

	Pecuária	Individual	Praia	Suínos	Baldes Banheiras Hilux	Local
<i>Santa Cruz</i>	Agricultura	Extensiva Individual Diversificada	Praia	Hortícolas Produtos de sequeiro	Baldes Balaio Garrafas Aguardente rotulada Produtos de sequeiro (sem rotulagem)	Praia Local
<i>Santa Catarina-ST</i>	Agricultura de sequeiro	Diversificada Individual	Mercado local Praia	Milho Feijões	Saco Baldes Sem rotulagem Hilux Hiace	Local Assomada Praia
	Pecuária	Individual	Mercado local Praia	Gado caprino e bovino	Baldes Banheiras Hilux	Local Assomada
<i>São Salvador do Mundo</i>	Agricultura	Extensiva Individual Diversificada	Praia	Frutas Produtos de sequeiro	Saco Baldes e Balaio Sem rotulagem Hilux	Local Praia
<i>São Miguel</i>	Pesca	Artesanal coletivo Diversificada	Praia Tarrafal Santa Cruz	Crustáceos Dobradas Chicharros Atum	Malas térmicas Baldes Balaio Sem rotulagem Hilux Hiace	Local Praia Santa Cruz
	Pecuária	Extensiva e individual	Praia Local	Suínos	Baldes Sem rotulagem Hilux	Local Praia
	Agricultura	Extensiva Individual Diversificada	Praia	Produtos de sequeiro (milho e leguminosas)	Balaio Sacos Baldes Sem rotulagem Hilux	Praia Local
<i>Tarrafal</i>	Agricultura de Regadio	Diversificada Individual	Praia Mercado local	Batata doce Verduras	Balaio Sacos Baldes Sem rotulagem Hilux	Local Assomada Praia Sal
	Pecuária	Individual	Praia Mercado local	Gado caprino	Banheiras Baldes Hilux	Local Assomada

<b>Santo Antão</b>						
<i>Ribeira Grande</i>	Agricultura de regadio	Diversificada Individual	Porto Novo São Vicente Santiago	Banana Batata doce e inglesa Cana de açúcar	Baldes Balaios Sacos Garrafas Aguardente rotulada	Local São Vicente Sal
	Pecuária	Individual	Porto Novo São Vicente Santiago	Suínos Queijos	Baldes Banheiras Hilux	Local
<i>Porto Novo</i>	Agricultura	Diversificada Individual	Postos de venda local Praia	Bata inglesa Cenoura Mandioca Hortaliças	Baldes Balaios Sacos	Local São Vicente
	Pecuária	Individual	Postos de venda local Praia	Suínos Queijos	Banheiras Baldes Experiências de rotulagem de queijo Hilux	Local
<i>Paúl</i>	Agricultura	Diversificada Individual	Postos de venda local Ribeira Grande São Vicente	Batata doce Cenoura Mandioca Hortaliças Cana de açúcar Banana	Banheiras Baldes Sacos Hilux	Local Porto Novo São Vicente
	Pecuária	Individual	Postos de venda local Ribeira Grande São Vicente	Suínos	Banheiras Baldes Hilux	Local Ribeira Grande

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

**b) Papel da associação enquanto intermediário na ligação entre produtores, comerciantes e consumidores ou mercados**

Neste item recolheram-se informações sobre como as ACDs poderão desempenhar o papel de facilitadores do processo de desenvolvimento das cadeias de valor no setor agrícola e pecuário, a jusante dos investimentos feitos nos projetos estruturantes de mobilização de água e de promoção da agricultura de regadio. Neste particular, as ações que têm desenvolvido ou que podem vir a desenvolver para colocar os produtores em contato com mercados; trabalhar com grupos de agricultores, criadores de gado, pescadores na melhoria de informação, participação; possibilidades de ter grupos de produtores para maximizar os benefícios da compra e venda a grosso.

Grande parte das lideranças associativas das ACD's inquiridas demonstraram interesse em serem intermediárias no processo de melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos produzidos nas suas comunidades. Contudo, as ACD's têm atuado sobretudo na construção de infraestruturas produtivas e possuem pouca experiência em outros domínios.

Em termos de ações a serem desenvolvidas, é apontada a realização de ações de formação aos produtores; a melhoria dos vínculos com os potenciais clientes (supermercados, restaurantes, etc.); e a melhoria na divulgação dos produtos.

Os principais constrangimentos vêm do facto de que há pouca prática de trabalho cooperativo, sobretudo entre os produtores agro-pecuários e grande parte das ACDs estarem inativas no presente momento.

**Quadro 15 - Papel da associação enquanto intermediário na ligação entre produtores, comerciantes e consumidores ou mercados**

Ilha e Municípios	Papel da associação enquanto intermediário na ligação entre produtores, comerciantes e consumidores ou mercados			
	Com perspectivas de serem intermediários	Sem perspectivas imediatas de serem intermediários	Ações a serem desenvolvidas	Constrangimentos
<b>Brava</b> <b>Fogo</b>	<b>Lomba Tantum:</b> Tem interesse.	<b>Lém:</b> Ainda não atuam a este nível <b>Nossa Senhora do Monte:</b> Cada um se organiza individualmente	<b>Lém:</b> por a funcionar a cooperativa já criada	<b>Lomba Tantum:</b> Cada um organiza a sua comercialização por si só.
<i>São Filipe</i>	<b>São Jorge:</b> tem interesse.  <b>Jardim/Batente:</b> tem interesse.  <b>Achada Mentirosa:</b> tem interesse.		<b>São Jorge:</b> reunir com pescadores para mostrar vantagem da pesca conjunta, em melhor e com mais qualidade.  <b>Jardim/Batente:</b> realização de encontros para ter grupos de produtores; organizar a venda num espaço; alcançar diretamente compradores a grosso; organizar viveiro numa só produção.  <b>Achada Mentirosa:</b> organizar produtores; ter espaço para recolha e comércio de produtos;	<b>São Jorge:</b> embarcação não adequado a longas distâncias, o que dificulta também a deslocação para comercialização direta na Praia.  <b>Jardim/Batente:</b> problema de falta de água; alterações do preço dos produtos.  <b>Achada Mentirosa:</b> tem muitos produtores teimosos, não é fácil convencer um produtor a vender num determinado preço.
<i>Mosteiros</i>	<b>Rocha Fora:</b> Há interesse. <b>Relva:</b> Há interesse na organização dos produtores.		<b>Rocha Fora:</b> formação e sensibilização para criar dinâmica.	<b>Rocha Fora:</b> Resistência das pessoas; analfabetismo.



			<p><b>Relva:</b>  conscienciar os agricultores na valorização dos seus produtos; mostrar importância de estarem organizados para a cadeia de valores de seus produtos; obter financiamento para construção do espaço de armazenamento, conservação, secagem, pesagem, com máquinas de frio</p>	
	<p><b>Cabeça Fundão:</b>  Tem interesse  <b>Estância</b>  <b>Roque:</b> tem interesse</p>		<p><b>Cabeça Fundão:</b>  formação na venda de queijo; trabalhar custo de produção e venda individual e coletivo, organizar e sensibilizar agricultores, criadores, produtores de queijo, pessoas que fazem transformação de frutas; aumentar a produção; criar cadeia de mercado para outras ilhas; ter apoio de entidades para ajudar a conservar e transformar os produtos, ir à câmara e outras instituições.  <b>Estância</b>  <b>Roque:</b> divulgar via internet; organizar produtores; ter alguém para fazer recolha e</p>	<p><b>Cabeça Fundão:</b>  pessoas gostam de venda individual</p>
<i>Santa Catarina-FG</i>				

			um carro para levar produtos.	
<b>Maio</b>	<b>Figueira Seca:</b> tem interesse.  <b>Calheta:</b> tem interesse	<b>Barreiro:</b> pessoas têm receios na organização coletiva	<b>Figueira Seca:</b> procurar mercado para colocar produtos  <b>Calheta:</b> sensibilizar pescadores, formar, dialogar mais com eles e ajudá-los a ser mais ambiciosos; reunir com pescadores, INDP, Delegação Marítima, para ter maior pescado, maior conservação e um desenvolvimento da pesca.	<b>Barreiro:</b> pessoas são individualistas  <b>Figueira Seca:</b> pessoas são pessimistas. Não querem a organização conjunta.
<b>S. Nicolau</b>				
<i>Ribeira Brava</i>	<b>Queimadas:</b> há interesse.  <b>Fajã:</b> pessoas já se organizam sem saberem.	<b>Canto Fajã:</b> não há interesse	<b>Queimadas:</b> sensibilização na organização conjunta	<b>Queimadas:</b> associações não têm capacidade para essa intermediação. <b>Canto Fajã:</b>
<i>Tarrafal</i>	<b>Cabeçalinho:</b> tem interesse.  <b>Praia Branca:</b> tem interesse.		<b>Cabeçalinho:</b> tentar encontrar parceiros para atrair compradores, fazer contatos junto a lojas.	
<b>S. Vicente</b>	<b>Curral de Tortolho:</b> tem interesse	<b>Norte da Baía:</b> não há interesse. Pessoas se organizam a nível individual.	<b>Curral de Tortolho:</b> reunir com as pessoas, conscientizar dos benefícios a longo prazo; ter um rótulo no mercado; divulgar produtos e ter uma saída com mas credibilidade.	<b>Curral de Tortolho:</b> as pessoas não estão conscientizadas na organização conjunta como sendo uma forma de diminuir custo.  <b>Tchom de Holanda:</b> cada um puxa para seu lado,

	<p><b>Tchom de Holanda:</b> tem interesse</p> <p><b>Calhau:</b> tem interesse.</p> <p><b>São Pedro:</b> tem interesse.</p>		<p><b>Tchom de Holanda:</b> fazer contatos com supermercados; comprar insumos a preço mais barato</p> <p><b>Calhau:</b> fazer encontros com agricultores, sensibilizá-los, fazer projetos para executar; ter o mesmo padrão de produção, equipamentos para recolha, equipamentos para tratamento de produtos, transporte, um posto de venda.</p> <p><b>São Pedro:</b> criar uma lota de pesca, todos com seu pescado, recolhemos para venda em comum para uma empresa, com tabela de preços; criar uma forma onde pescador e mercado estejam em sintonia; estabelecer norma de pescado onde pescador tem mais valia; tentar pôr preço do peixe numa tabela de época baixa e alta; estudar o mercado, e pescador poder beneficiar de forma mais eficaz e segura.</p>	<p>por isso não se juntam para escoar, cada um faz o seu negócio; a produção não é suficiente.</p> <p><b>Calhau:</b> projeto para organizar o procedimento; falta de regulação de preços.</p> <p><b>São Pedro:</b> normas que têm que ser cumpridas.</p>
<b>Santiago</b>				
<i>Praia</i>	<b>São Francisco:</b> tem interesse.	<b>São Tomé:</b> a cadeia de peixe já está bem configurada		

<i>São Domingos</i>	<p><b>Moia Moia:</b> Já teve iniciativas para cooperativa há alguns anos, que não avançou.</p> <p><b>Tinca:</b> Já falaram sobre isso.</p>		<p><b>Moia Moia:</b> já foi falado na ideia de criação de uma cooperativa de agricultores para toda a freguesia de Nossa Senhora da Luz. Entendem que tem que retomar esta ideia e avançar com o projeto.</p>	<p><b>Moia Moia:</b> falta montar o projeto e conseguir financiamento</p>
<i>Ribeira Grande</i>	<p><b>Cidade Velha:</b> tem interesse</p>	<p><b>Pico Leão:</b> tem escoamento para seus produtos</p>		
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<p><b>Covoada:</b> tem interesse</p>	<p><b>Longueira:</b> não há interesse</p>	<p><b>Covoada:</b> conhecer experiência de outras associações na ligação a produtores e comerciantes</p>	<p><b>Longueira:</b> as pessoas não se juntam</p> <p><b>Covoada:</b> falta de água</p>
<i>Santa Cruz</i>	<p><b>Achada Bel Bel:</b> Tem interesse na organização de produtores.</p> <p><b>Santa Cruz:</b> tem tido pouca intervenção no apoio à comercialização.</p>		<p><b>Achada Bel Bel:</b> reunir com as pessoas e conseguir financiamento</p>	<p><b>Achada Bel Bel:</b> associação e projetos estão parados. Falta de meios para pôr ideias em prática.</p>
<i>Santa Catarina-ST</i>	<p><b>Pedra Barro:</b> tem interesse</p>		<p><b>Pedra Barro:</b> fazer vínculos com supermercados; tentar arranjar clientes e de os incentivar; manter um feedback permanente com cliente; perceber se produto acompanha o mercado.</p>	<p><b>Pedra Barro:</b> nível académico nos órgãos diretivos; desconfiança das pessoas; falta de plano de negócios nos projetos; falta de educação financeira.</p>
<i>São Salvador do Mundo</i>	<p><b>Leitão Grande:</b> Já pensaram nisso.</p>		<p><b>Leitão Grande:</b> ações de formação junto dos agricultores e retoma dos projetos.</p>	<p><b>Leitão Grande:</b> perda de confiança nas associações comunitárias.</p>
<i>São Miguel</i>	<p><b>Calheta:</b> estão disponíveis.</p>		<p><b>Espinho Branco:</b> reorganizar a</p>	<p><b>Calheta:</b> A associação não intervém na forma</p>

	<b>Espinho Branco:</b> tem o grande sonho de organizar os produtores.		produção; retomar os projetos parados.	como cada um faz a gestão do seu bote e do seu pescado. <b>Espinho Branco:</b> Cada um se organiza por si mesmo. As associações estão a ser postas de lado.
<i>Tarrafal</i>	<b>Colunato:</b> tem interesse.	<b>Trás os Montes:</b> os produtos são rapidamente escoados.	<b>Colunato:</b> sensibilização; formação; certificar e divulgar produtos.	<b>Colunato:</b> agricultores são pessimistas; não aderem ao escoamento em grupo.
<b>Santo Antão</b>				
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Mochos:</b> há interesse. <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> há interesse.		<b>Mochos:</b> sensibilizar pessoas para a importância de ter ligação no escoamento de produtos; aquisição de cestos, equipamento para transporte de produtos; contatar parceiros, sensibilizá-los; ter uma pessoa ou grupo para preparar e colocar produtos para vender.  <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> fazer feiras de vendas.	
<i>Porto Novo</i>	<b>Ribeira dos Bodes:</b> tem interesse.  <b>Ribeira Fria:</b> há interesse		<b>Ribeira dos Bodes:</b> sensibilização; formações; intercâmbios; envolvimento de instituições como MDR, Câmaras Municipais; diversificar produtos por época.	<b>Ribeira dos Bodes:</b> pessoas estão habituadas na produção e comercialização individual; cada pessoa faz da sua maneira; todos produzem um produto numa época, o que satura o mercado.

			<b>Ribeira Fria:</b> fazer divulgação nas lojas.	<b>Ribeira Fria:</b> agricultores rebelde.
<i>Paúl</i>		<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> não há interesse.		<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> mão de obra escassa; jovens não querem certo tipo de trabalho.

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

### c) Infra-estruturas adequadas para processos de adição de valor segundo municípios

Neste tópico recolheram-se informações sobre as infraestruturas adequadas para processos de adição de valor, como sejam de armazenamento (em cadeias de frio), transformação, comercialização, distribuição e acesso a estradas; distribuição para os mercados; meios adequados para o escoamento dos produtos, cadeias de frio, equipamentos de apoio ao mercado de exportação, centro de processamento e empacotamento (rotulagem) de produtos agrícolas, pecuários e da pesca.

Quanto a infra-estruturas adequadas para processos de adição de valor, no domínio das pescas se destacam: a reabilitação ou instalação de unidades de produção de gelo; ações de formação locais nos domínios da manutenção e reparação dos motores; aquisição de malas térmicas, fatos de mergulho e equipamentos de apoio à navegação (GPS, lanterna e coletes refletores).

Na agricultura foi apontada a necessidade de: construção de centros de pós colheita e de transformação alimentar; sistemas de frio para conservar os produtos e melhorias dos acessos.

Na pecuária destacou-se: a construção ou reabilitação de unidades de produção de queijo, construção de pontos turísticos, instalação de quiosques e espaços degustação; e sistemas de frio para conserva dos produtos.

### Quadro 16 - Infra-estruturas adequadas para processos de adição de valor segundo municípios

<b>Ilha e Municípios</b>	<b>Infra-estruturas adequadas para processos de adição de valor</b>
<b>Brava</b>	<b>Lomba Tantum:</b> reabilitação da unidade de produção de gelo, construção de uma casa de produção de queijo, construção de um ponto turístico, instalação de um quiosque. <b>Lém:</b> construção de uma padaria/pastelaria. <b>Nossa Senhora do Monte:</b> reabilitação da fábrica de queijo.
<b>Fogo</b>	
<i>São Filipe</i>	<b>São Jorge:</b> câmara de frio; arcas, materiais de pesca, anzóis e fios de pesca, peças do motor de popa para unidade de transformação; equoamentos secagem e fumagem de peixe; equipamentos para embarcação (colete, bússola, lanterna; GPS). <b>Jardim/Batente:</b> espaço com câmara de frio para conservar queijos. <b>Achada Mentirosa:</b> espaço para armazenamento, com equipamentos para embalagem de produtos.
<i>Mosteiros</i>	<b>Rocha Fora:</b> centro pós colheita. <b>Relva:</b> lugar de armazenamento; teleférico; abertura de vias para campos agrícolas; equipamentos de frio.
<i>Santa Catarina-FG</i>	<b>Cabeça fundão:</b> estrutura para cooperativa de queijo; sistema de frio para conservar feijão, para produto não desvalorizar; espaço para venda de produto artesanal; mala térmica para enviar produtos para Praia, arca, frigorífico de grande porte. <b>Estância Roque:</b> espaço para armazenar os produtos; fábrica de queijo; transporte e arca pequena e grande para escoar produtos.
<b>Maio</b>	<b>Figueira Seca:</b> centro de armazenamento, unidade de frio para queijo. <b>Calheta:</b> máquina de produção de gelo, mala para grupo de mulheres e arca. Para pescadores salva vidas e outros equipamentos no bote. <b>Cascabulho:</b> lugar equipado para colocar produtos no frio, com selo de qualidade.
<b>S. Nicolau</b>	
<i>Ribeira Brava</i>	<b>Queimadas:</b> centro de transformação e armazenamento. <b>Fajã:</b> centro pós colheita/ transformação.
<i>Tarrafal</i>	<b>Praia Branca:</b> estrutura física da cooperativa e centro de armazenamento. <b>Cabeçalinho:</b> espaço para conservar produtos, melhoria de estrada.
<b>S. Vicente</b>	<b>Curral de Tortolho:</b> eletricidade, frigorífico, fogão, panela para pasteurização. <b>São Pedro:</b> espaço de armazenamento de pescado, para fazer processo enlatagem. <b>Norte da Baía:</b> câmara frigorífica. <b>Calhau:</b> espaço em Mindelo para fazer conservação, limpeza, rotulagem e venda de produtos.
<b>Santiago</b>	
<i>Praia</i>	<b>São Francisco:</b> espaço de comercializar e tratar o queijo. <b>São Tomé:</b> infraestruturas para conservar peixe, mala térmica.
<i>São Domingos</i>	<b>Moia Moia:</b> centro pós colheita. <b>Tinca:</b> perfuração de furos, instalação de sistemas de rega gota a gota.
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Cidade Velha:</b> minicamião de frio para venda de peixe; motor de bote; loja de pesca para pagar a crédito (via instituições de microfinanças); mota de mar para passeios com turistas. <b>Pico Leão:</b> estrada de acesso.
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<b>Longueira:</b> centro de armazenamento de produto. <b>Covoada:</b> centro de armazenamento.

<i>Santa Cruz</i>	<b>Achada Bel Bel:</b> estufas, sistemas de rega gota a gota, reabilitação de casas. <b>Santa Cruz:</b> perfuração de furos, sistemas de rega gota a gota.
<i>Santa Catarina-ST</i>	
<i>São Salvador do Mundo</i>	<b>Leitão Grande:</b> centro de tratamento pós colheita, centro de transformação alimentar.
<i>São Miguel</i>	<b>Calheta:</b> motores fora de borda, malas térmicas, fatos de mergulho. <b>Espinho Branco:</b> perfuração de furos, sistemas de rega gota a gota.
<i>Tarrafal</i>	<b>Colunato:</b> centro de armazenagem, empacotamento e embalagem de produtos; transporte coletivo.
<b>Santo Antão</b>	
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Mocho:</b> centro de armazenamento/trans formação; <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> centro de armazenamento/trans formação, equipado com arca frigorífica para armazenar frutas.
<i>Porto Novo</i>	<b>Ribeira dos Bodes:</b> centro de transformação e armazenamento de produtos. <b>Ribeira Fria:</b> espaço adequado para fazer e vender queijo; centro de armazenamento; sede de encontro da associação.
<i>Paúl</i>	<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> centro de transformação.

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

**d) Papel das ACDs na promoção de organizações de cariz económico (cooperativas, mutualidades ou microempresas e similares) segundo municípios**

Neste tópico recolheram-se informações sobre o potencial de desenvolvimento de organizações de cariz económico (cooperativas, mutualidades ou microempresas e similares).

A grande maioria das ACD's mostraram-se interessadas na promoção de organizações de cariz económico nas suas comunidades e apontam como possibilidades a criação de cooperativas ou micro-empresas.

Quanto às ações a serem desenvolvidas para se atingir estes objetivos destacam: formalizar a criação de uma cooperativa; adquirir embarcações de maiores dimensões; criar pontos de venda de insumos a nível local. Ações de capacitação de produtores e



fornecedores; e visitas a localidades onde já existem experiências bem sucedidas; organização de compras conjuntas

**Quadro 17 - Papel das ACD na promoção de organizações de cariz económico segundo municípios**

Ilha e Municípios	Papel das ACD na promoção de organizações de cariz económico segundo municípios			
	Interesse na promoção de organizações de cariz económico	Tipos de organizações:	Setor de atividade	Ações a serem desenvolvidas para promoção de organizações:
<b>Brava</b>	<b>Lomba Tantum:</b> Tem interesse <b>Lém:</b> ainda não atuaram a esse nível <b>Nossa Senhora do Monte:</b> cada um se organiza individualmente	<b>Lomba Tantum:</b> cooperativa	<b>Lomba Tantum:</b> pesca <b>Lém:</b> agricultura <b>Nossa Senhora do Monte:</b> pecuária	<b>Lomba Tantum:</b> pôr a funcionar a cooperativa já criada.
<b>Fogo</b>	<b>São Jorge:</b> tem ideias de ter num espaço centro multiuso, loja de venda e unidade de transformação <b>Achada Mentirosa:</b> tem interesse <b>Jardim/Batente:</b> tem interesse	<b>São Jorge:</b> cooperativa  <b>Achada Mentirosa:</b> cooperativa  <b>Jardim/Batente:</b> cooperativa, microempresa	<b>São Jorge:</b> pesca  <b>Achada Mentirosa:</b> agricultura  <b>Jardim/Batente:</b> agricultura; pecuária (produção de queijos)	<b>São Jorge:</b> criar o estatuto da cooperativa; ter um barco grande.
<i>São Filipe</i>	<b>Rocha Fora:</b> tem ideia de criar um centro pós colheita para armazenar produtos. <b>Relva:</b> Tem interesse.	<b>Rocha Fora:</b> centro pós-colheita  <b>Relva:</b> cooperativa	<b>Rocha Fora:</b> agricultura; pecuária	<b>Rocha Fora:</b> estudar com proprietários e outras localidades para ter número suficiente que dá garantia e sustentabilidade à cooperativa. Criar estatuto. Criar um centro para vender
<i>Mosteiros</i>				

				também ração, pesticida. <b>Relva:</b> capacitar pessoas, produtores e fornecedores, fazer contatos com compradores ou pessoa para receber produtos; consciencializar pessoas; ajudar a criar regulamento e estatuto; visita guiada onde já existe cooperativa.
<i>Santa Catarina-FG</i>	<b>Cabeça Fundão:</b> tem interesse <b>Estância Roque:</b> tem interesse	<b>Cabeça Fundão:</b> cooperativa; micro-empresa <b>Estância Roque:</b> cooperativa	<b>Cabeça Fundão:</b> agricultura transformação <b>Estância Roque:</b> agricultura; transformação	<b>Cabeça Fundão:</b> aumentar produção; sistemas de transformação de fruta; criar meios para conseguir juntar (desde a apanha do feijão, de forma conjunta).
<b>Maio S. Nicolau</b>	<b>Barreiro:</b> tem interesse <b>Figueira Seca:</b> tem interesse <b>Calheta:</b> tem interesse <b>Cascabulho:</b> tem interesse	<b>Barreiro:</b> cooperativa <b>Figueira Seca:</b> cooperativa; microempresa <b>Calheta:</b> cooperativa e microempresa <b>Cascabulho:</b> cooperativa	<b>Barreiro:</b> pecuária (produção de queijo) <b>Figueira Seca:</b> pecuária (produção de queijo) <b>Calheta:</b> pesca <b>Cascabulho:</b> agricultura	<b>Figueira Seca:</b> organizar compras conjuntas <b>Calheta:</b> sensibilizar pessoas; procurar financiamento: <b>Cascabulho:</b> sensibilizar pessoas; fazer contatos com compradores
<i>Ribeira Brava</i>	<b>Canto Fajã:</b> tem interesse	<b>Canto Fajã:</b> cooperativa; microempresa	<b>Canto Fajã:</b> agricultura	<b>Canto Fajã:</b> juntar jovens para a cooperativa; ajudar jovens com 12º ano a criar empresa.

	<p><b>Queimadas:</b> tem interesse</p> <p><b>Fajã:</b> tem interesse</p>	<p><b>Queimadas:</b> cooperativa</p> <p><b>Fajã:</b> cooperativas</p>	<p><b>Queimadas:</b> agricultura</p> <p><b>Fajã:</b> agricultura, pecuária, transformação, venda de produtos</p>	<p><b>Queimadas:</b> reunir com comunidade, sensibilizar para a criação de cooperativa; organizar exportação para ilhas mais próximas; importar em conjunto.</p> <p><b>Fajã:</b> sensibilização pelo Ministério da Agricultura; organizar como recolher produtos e procura de transporte; negociar com agência; adquirir material gota a gota e outros insumos a melhor preço; identificar presidente da cooperativa com perfil; procurar financiamento.</p>
<i>Tarrafal</i>	<p><b>Cabeçalinho:</b> tem interesse</p> <p><b>Praia Branca:</b> tem interesse</p>	<p><b>Cabeçalinho:</b> cooperativa</p> <p><b>Praia Branca:</b> cooperativa</p>	<p><b>Cabeçalinho:</b> agricultura</p> <p><b>Praia Branca:</b> agricultura</p>	<p><b>Cabeçalinho:</b> tentar organizar o sistema de cooperativa para trazer benefícios às famílias.</p> <p><b>Praia Branca:</b> organizar a produção conjunta; armazenar e sair diretamente para comércio; procurar financiamento de um espaço para fazer recolha, armazenar no frigorífico para vender produtos.</p>
<b>S. Vicente</b>	<p><b>São Pedro:</b> tem interesse</p>	<p><b>São Pedro:</b> cooperativa e microempresa</p> <p><b>Tchom de Holanda:</b> cooperativa</p>	<p><b>São Pedro:</b> pesca</p>	<p><b>São Pedro:</b> encontrar parceiros nacionais e internacionais.</p>

	<p><b>Tchom de Holanda:</b> tem interesse</p> <p><b>Curral de Tortolho:</b> tem interesse</p> <p><b>Norte da Baía:</b> não há interesse</p> <p><b>Calhau:</b>tem interesse</p>	<p><b>Curral de Tortolho:</b> microempresa</p> <p><b>Calhau:</b> cooperativa e microempresa</p>	<p><b>Tchom de Holanda:</b> agricultura</p> <p><b>Curral de Tortolho:</b> pecuária</p> <p><b>Calhau:</b> agricultura</p>	<p><b>Calhau:</b> organizar para trazer todos os fatores de produção, sementes, materiais; os associados trabalhariam da mesma forma, teriam mais benefício; identificar presidente com perfil; pensar na colaboração entre várias partes por via de acordos de comercialização, ter planificação para que os produtores não produzissem mesmo produto no mesmo período (produzir em escala), produtos com preço único, para não ter excesso de produto; criar espaço de venda de produtos só de Calhau na cidade; ver a produção, as condições de transporte, distribuição e um centro de venda.</p>
<b>Santiago</b>				
<i>Praia</i>	<p><b>São Francisco:</b> tem interesse</p>	<p><b>São Francisco:</b> cooperativa</p>	<p><b>São Francisco:</b> agricultura</p>	<p><b>São Francisco:</b> fazer compra em grupo; sensibilizar produtores.</p>
<i>São Domingos</i>	<p><b>Moia Moia:</b> já houve iniciativa de cooperativa que não resultou</p>	<p><b>Moia Moia:</b>cooperativa <b>Tinca:</b> cooperativa</p>	<p><b>Moia Moia:</b> agricultura <b>Tinca:</b> pecuária</p>	<p><b>Moia Moia:</b> construção de um centro pós colheita e de transformação.</p>

	<b>Tinca:</b> tem interesse			
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Cidade Velha:</b> tem interesse  <b>Pico Leão:</b> conseguem escoar produtos pelos familiares no mercado da Praia	<b>Cidade Velha:</b> cooperativa; microempresa.	<b>Cidade Velha:</b> pesca	<b>Cidade Velha:</b> ter financiamento para comprar carro de frio; organizar para comprar e vender peixe.
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<b>Longueira:</b> não há interesse <b>Covoada:</b> tem interesse	<b>Covoada:</b> cooperativa	<b>Covoada:</b> agricultura	<b>Covoada:</b> cooperativa tratará de enviar os produtos e o dinheiro quando chegar será redistribuído para cada produtor
<i>Santa Cruz</i>	<b>Achada Bel Bel:</b> tem interesse <b>Santa Cruz:</b> tem tido pouca intervenção no apoio à comercialização.	<b>Achada Bel Bel:</b> cooperativa <b>Santa Cruz:</b> cooperativa	<b>Achada Bel Bel:</b> agricultura <b>Santa Cruz:</b> agricultura	<b>Achada Bel Bel:</b> obter financiamento
<i>Santa Catarina-ST</i>	<b>Pedra Barro:</b> tem interesse  <b>Serra Malagueta:</b> tem interesse	<b>Pedra Barro:</b> cooperativa  <b>Serra Malagueta:</b> cooperativa	<b>Pedra Barro:</b> agricultura e pecuária  <b>Serra Malagueta:</b> agricultura	<b>Pedra Barro:</b> formar pessoas para explicar o que é cooperativa; sensibilizar pessoas para desafios; ter formas de responsabilização.  <b>Serra Malagueta:</b> ver reforço com os jovens.
<i>São Salvador do Mundo</i>	<b>Leitão grande:</b> Tem interesse	<b>Leitão grande:</b> cooperativa	<b>Leitão grande:</b> agricultura	<b>Leitão grande:</b> retoma no financiamento dos projetos.
<i>São Miguel</i>	<b>Calheta:</b> estão disponíveis <b>Espinho Branco:</b> cada um se organiza por si mesmo	<b>Calheta:</b> cooperativa <b>Espinho Branco:</b> cooperativa	<b>Calheta:</b> pesca <b>Espinho Branco:</b> pecuária	<b>Espinho Branco:</b> apoio e financiamento do governo para formação dos produtores.
<i>Tarrafal</i>	<b>Colunato:</b> tem interesse	<b>Colunato:</b> cooperativa	<b>Colunato:</b> agricultura	<b>Colunato:</b> socializar com produtores; ter

	<b>Trás os Montes:</b> produtos são rapidamente escoados			especialistas para analisar que cooperativa é melhor para a comunidade; criar projeto, procurar financiamento.
<b>Santo Antão</b>				
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Mocho:</b> tem interesse  <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> tem interesse	<b>Mocho:</b> cooperativa  <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> cooperativa	<b>Mocho:</b> agricultura  <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> agricultura	<b>Mocho:</b> ter continuidade do projeto Balaio de Horta; ser cooperativa para agricultores mais próximos, por exemplo, em Cruzinha, Chã de Igreja.  <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> fazer equipa de comercialização, ter seriedade e responsabilidade, não colocar o interesse pessoal acima do comum.
<i>Porto Novo</i>	<b>Ribeira dos Bodes:</b> tem interesse  <b>Ribeira Fria:</b> tem interesse	<b>Ribeira dos Bodes:</b> cooperativa  <b>Ribeira Fria:</b> cooperativa	<b>Ribeira dos Bodes:</b> agricultura  <b>Ribeira Fria:</b> agricultura	<b>Ribeira dos Bodes:</b> organizar junto com outras instituições.  <b>Ribeira Fria:</b> estabilizar o preço dos produtos.
<i>Paúl</i>	<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> a fraca produção não justifica			

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

#### e) Alternativas económicas locais segundo municípios

Neste item disponibilizou-se informações sobre as alternativas económicas para dinamizar o empreendedorismo local.

Quanto a atividades alternativas e geradoras de rendimento importantes para dinamizar o empreendedorismo local os líderes associativos apontaram: a aquisição de raças melhoradas; construção e equipamento de padarias, lanchonetes e pontos turísticos; espaços para exposição e degustação de produtos locais; construção de centros de transformação alimentar; e construção de aviários.

**Quadro 18 - Alternativas económicas locais**

<b>Ilha e Municípios</b>	<b>Alternativas económicas locais</b>
<b>Brava</b>	<b>Lomba Tantum:</b> pesca, agricultura e turismo. <b>Lém:</b> agricultura, pecuária e pastelaria. <b>Nossa Senhora do Monte:</b> agricultura, pecuária, produção de queijo.
<b>Fogo</b>	
<i>São Filipe</i>	<b>São Jorge:</b> turismo rural e de praia, pesca desportiva, transformação.
<i>Mosteiros</i>	<b>Relva:</b> Panificação, abertura de pequenos negócios, comércio.
<i>Santa Catarina-FG</i>	<b>Cabeça Fundão:</b> transformação de fruta, aviário, criação de porcos. <b>Estância Roque:</b> turismo.
<b>Maio</b>	<b>Cascabulho:</b> turismo rural. <b>Calheta:</b> turismo rural.
<b>S. Nicolau</b>	
<i>Ribeira Brava</i>	<b>Canto Fajã:</b> transformação de frutas. <b>Queimadas:</b> turismo. <b>Fajã:</b> transformação de frutas.
<i>Tarrafal</i>	<b>Cabeçalinho:</b> agricultura e pecuária
<b>S. Vicente</b>	<b>Curral de Tortolho:</b> agricultura; criação de frango. <b>São Pedro:</b> Pecuária, turismo. <b>Calhau:</b> turismo rural.
<b>Santiago</b>	
<i>Praia</i>	<b>São Francisco:</b> panificação.
<i>São Domingos</i>	<b>Moia Moia:</b> agricultura, pecuária e transformação alimentar. <b>Tinca:</b> pecuária, agricultura e pastelaria/panificação.
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Cidade Velha:</b> turismo. <b>Pico Leão:</b> Serralharia, cabeleireiro.
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<b>Covoada:</b> transformação
<i>Santa Cruz</i>	<b>Achada Bel Bel:</b> pecuária, agricultura de sequeiro e agricultura protegida. <b>Santa Cruz:</b> pecuária, agricultura de sequeiro.
<i>Santa Catarina-ST</i>	<b>Pedra Barro:</b> pecuária. <b>Serra Malagueta:</b> panificação.
<i>São Salvador do Mundo</i>	<b>Leitão Grande:</b> agricultura, pecuária e transformação alimentar.
<i>São Miguel</i>	<b>Calheta:</b> pesca de mergulho, de linha e de rede. <b>Espinho Branco:</b> pecuária, agricultura de sequeiro.
<i>Tarrafal</i>	<b>Colunato:</b> agricultura e venda de frutas. <b>Trás os Montes:</b> agricultura.

<b>Santo Antão</b>	
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Mocho:</b> agricultura; criação; produção de queijo. <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> transformação.
<i>Porto Novo</i>	<b>Ribeira dos Bodes:</b> pecuária. <b>Ribeira Fria:</b> pecuária; turismo; corte e costura; culinária.
<i>Paúl</i>	<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> microaviário.

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

#### f) Projetos fundamentais para o desenvolvimento da localidade segundo municípios

Neste tópico recolheram-se informações sobre os projetos fundamentais para a localidade, na visão dos líderes associativos.

Quanto aos projetos fundamentais para a promoção do desenvolvimento local, os líderes indicam centro comunitário, construção de habitações sociais, casa de produção de queijo, reforma da unidade de produção de gelo, projetos de apoio à pecuária e à agricultura.

Independente da localidade estudada, as soluções para os problemas que enfrentam passam pela mobilização de água para a agricultura e criação, uma gestão eficiente dos recursos hídricos e diversificação de alternativas geradoras de rendimento, nomeadamente atividades ligadas à transformação e ao comércio de produtos agropecuários.

#### Quadro 19 - Projetos fundamentais para o desenvolvimento da localidade segundo municípios

<b>Ilha e Municípios</b>	<b>Projetos fundamentais para o desenvolvimento da localidade</b>
<b>Brava</b>	<b>Lomba Tantum:</b> construção de habitações sociais; reparação da unidade de produção de gelo. <b>Lém:</b> construção de uma padaria/pastelaria. <b>Nossa Senhora do Monte:</b> construção de um centro comunitário, introdução de raças melhoradas.
<b>Fogo</b>	
<i>São Filipe</i>	<b>São Jorge:</b> saneamento básico para idosos; recuperação de infraestruturas para consolidação do solo e água; manutenção de diques; centro comunitário. <b>Jardim/Batente:</b> reabilitação da queijaria com equipamentos.



<i>Mosteiros</i>	<p><b>Rocha Fora:</b> mobilização de água na zona alta; reservatório na zona alta junto ao perímetro PNF, para criadores.</p> <p><b>Relva:</b> Construções sociais; formação nas áreas de eletricidade, carpintaria, canalização, culinária, pastelaria.</p>
<i>Santa Catarina-FG</i>	<p><b>Cabeça Fundão:</b> introdução de mais fruteiras e plantas forrageiras; mobilização de água para rega de compensação, para uso de animal; criação de plantas endémicas para reflorestação, nas áreas degradadas do PNF; construção de dois reservatórios de 500m<sup>3</sup>; projetos para produção e fixação plantas fruteiras; conservação do solo e água; formação em pequenos negócios; projeto queijaria.</p> <p><b>Estância Roque:</b> plantação de frutas, requalificação de um centro de saúde.</p>
<b>Maio</b>	<p><b>Barreiro:</b> projeto mobilização de água para agricultores e criadores; apoio nos currais e introdução de raças melhoradas; apoiar jovens com formação na área de culinária, pastelaria, com kits para o seu autoemprego; furo equipado com um reservatório; um bebedouro para animais.</p> <p><b>Figueira Seca:</b> projetos para a criação de gado e agricultura; kits de gota a gota para agricultores; introdução de raça melhorada.</p> <p><b>Calheta:</b> projeto rega gota a gota, formação de jovens em turismo, formação de mulheres na culinária; incentivar turismo rural.</p>
<b>S. Nicolau</b>	
<i>Ribeira Brava</i>	<p><b>Canto Fajã:</b> mais água, sensibilização para jovens, projetos na agricultura; formação para jovens; placa desportiva.</p> <p><b>Queimadas:</b> projetos na agricultura e pecuária; formações para jovens.</p> <p><b>Fajã:</b> agricultura, apoiar pessoas na recuperação de terrenos abandonados por causa da seca; na pecuária raça melhorada; recuperação de terrenos para plantação de árvores fruteiras; aumentar área irrigada e gerir bem o caudal de água; formação na área de empacotamento; transporte e barco regular.</p>
<i>Tarrafal</i>	<b>Cabeçalinho:</b> criação.
<b>S. Vicente</b>	<p><b>Tchom de Holanda:</b> construção de tanques e estufa; projeto de água de Electra; vedação nos currais; divisão de parcelas; melhoria da estrada.</p> <p><b>Calhau:</b> projeto de mobilização da água; projeto de manutenção nos poços, projeto limpeza de poços; projeto aerobomba; projeto rega gota a gota; projeto reservatório; transporte para deslocação a formações; projetos de apoio à agricultura.</p>
<b>Santiago</b>	
<i>Praia</i>	<p><b>São Francisco:</b> placa desportiva com relvado; arruamento, calcetamento do bairro; tratamento de espaço ao redor de praias de mar, diminuir acácias e fazer espaços de sombra para utentes; torre para nadador salvador; sala multiuso equipada para jovens; expandir a pocilga comunitária.</p> <p><b>São Tomé:</b> projeto de água para consumo doméstico; melhorar estrada de acesso à localidade; projeto de recuperação da placa desportiva; equipamento para a sala multiuso; melhoria da estrada de acesso à praia de mar; cartas de condução para mulheres.</p>
<i>São Domingos</i>	<p><b>Moia Moia:</b> construção de um centro pós colheita.</p> <p><b>Tinca:</b> construção de um centro comunitário, perfuração de mais furos, introdução de sistemas de rega gota a gota.</p>
<i>Ribeira Grande</i>	<p><b>Cidade Velha:</b> câmara de frio (gelo); projeto barco de pesca semi-industrial; gabião de tubagens gota a gota; banheiras para vendedeiras ambulantes, mala, arca e mota para peixeiros.</p> <p><b>Pico Leão:</b> gestão de mobilização de água, formação</p>
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<b>Covoada:</b> microcrédito.

	<b>Longueira:</b> formação; rega gota a gota; tanque; melhoria dos acessos; arretos; reabilitar tubos e gestão da água.
<i>Santa Cruz</i>	<b>Achada Bel Bel:</b> construção de estufas, reabilitação de casas degradadas. <b>Santa Cruz:</b> Perfuração de furos.
<i>Santa Catarina-ST</i>	<b>Pedra Barro:</b> projeto sobre educação das famílias da comunidade; projeto reativar aviário; construção de casas de banho. <b>Serra Malagueta:</b> reflorestação; projeto captação água para fazer diques; reabilitação de casas.
<i>São Salvador do Mundo</i>	<b>Leitão Grande:</b> agricultura, pecuária e transformação alimentar.
<i>São Miguel</i>	<b>Calheta:</b> aquisição de uma embarcação de socorros a naufragos, aquisição de malas térmicas com as dimensões adequadas, aumento de produção de gelo, aquisição de motores fora de borda. <b>Espinho Branco:</b> perfuração de furos, reconversão de parcelas de sequeiro em regadio, modernização das práticas agrícolas.
<i>Tarrafal</i>	<b>Colunato:</b> formação de produtores nas cadeias de valores. <b>Trás os Montes:</b> pequenas hortas; furos; cisternas; formação profissional para jovens; aviário; criação de carneiros.
<b>Santo Antão</b>	
<i>Ribeira Grande</i>	<b>Mocho:</b> reservatório; projetos na agricultura e pecuária. <b>Selada de Ribeirinha de Jorge:</b> projetos de transporte para escoamento de produtos e transporte; desbravamento de terreno e outros projetos agrícolas abrangentes; energia renovável.
<i>Porto Novo</i>	<b>Ribeira dos Bodes:</b> projeto para depósito água; projeto desbravamento de parcelas; estufa.
<i>Paúl</i>	<b>Fajã e Lombo das Pombas:</b> agricultura, irrigação gota a gota.

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

### g) Recomendações dos líderes associativos segundo municípios

Neste tópico os líderes puderam tecer algumas recomendações sobre fortalecimento e melhorias de projetos futuros, a relação com financiadores e o desenvolvimento das localidades.

Em termos de recomendações, as lideranças associativas apontam: menos interferência da delegação; mobilização de mais financiamento nas áreas de agricultura e pecuária; ações de formação nos mais variados domínios; melhoria nos serviços de assistência técnica especializada; melhoria no acesso aos insumos e a preços mais competitivos; retoma do envolvimento das associações comunitárias na implementação dos projetos de desenvolvimento local; clarificação de critérios de escolha dos beneficiários; e revisão dos critérios e modalidades de reembolso dos financiamentos.

## Quadro 20 - Recomendações dos líderes associativos segundo municípios

Ilha e Municípios	Recomendações dos líderes associativos
<b>Brava</b> <b>Fogo</b>	Menos interferência da delegação na implementação dos projetos. Mais projetos de mobilização de água. Criar condições para o início de funcionamento da cooperativa dos pescadores. Continuar a apostar no financiamento de projetos de apoio à agricultura e à pecuária.
<i>São Filipe</i>	Mais financiamento na agricultura, câmara de frio para conservar produtos. Ações de formação. Dar associação mais autoridade sobre os beneficiários. Tentar reativar o aviário.
<i>Mosteiros</i>	Valorização de agricultores com impulsos. Financiamento de projetos de conservação de solos e água. Construir reservatórios. Construir vias de acesso a campos agrícolas. Formação para agricultores, pescadores. Disponibilizar aos produtores outras experiências via intercâmbios. Financiamento da diversificação de raças. Disponibilizar produtos de alimentação animal. Insumos a preço acessível no município. Veterinário permanente no município. Ter loja medicamentos para animais. Ter técnicos agrícolas no terreno mais próximo aos agricultores. Mobilizar a água da zona alta de Mosteiros. Financiar pocilga com esgoto.
<i>Santa Catarina-FG</i>	Mais financiamentos para as localidades.
<b>Maio</b> <b>S. Nicolau</b>	Prestar mais atenção às associações comunitárias porque estão mais próximas da comunidade, sabem o que ela precisa, chega nas pessoas certas. Promover a participação porque a associação agora não é ouvida. Articular com delegação do Ministério da Agricultura; CRP; para ver se aproximam da comunidade.
<i>Ribeira Brava</i>	Continuidade da parceria com POSER. Ouvir pessoas da comunidade. Gerir mais furos e melhoria de caminhos.
<i>Tarrafal</i>	Ajudar mais na pecuária para chefes de famílias. Maior presença e apoio do POSER aos agricultores.
<b>S. Vicente</b> <b>Santiago</b>	Ter visão mais ampla para setor da pesca. Criar condições para que pescado tenha mais valor. Criar frota e um navio mãe. Trabalhar mais ligado à associação e comunidade. Ouvir comunidade para apoio direto nas suas atividades do dia a dia. Definir projetos de baixo para cima ao invés de cima para baixo. Devolver os 5% dos contratos assinados com associações. Pôr conduta de água individual de Etar para Tchom de Holanda para ficar independente de Ribeira de Vinha.
<i>Praia</i>	Projetos futuros do POSER em sintonia com as localidades, porque nem todas as zonas têm os mesmos problemas. Estudo prévio que foque em ideias da comunidade. Diminuir burocracia em termos de tempo e exigências de natureza dos projetos.

<i>São Domingos</i>	<p>Melhoria no trabalho de articulação com as autoridades, sobretudo as câmaras municipais.</p> <p>Retoma na dinâmica dos trabalhos das organizações não governamentais no terreno.</p> <p>Programa de crédito para as vendedeiras ambulantes poderem melhorar os seus negócios.</p> <p>Programas de construção e reabilitação de habitações sociais.</p>
<i>Ribeira Grande</i>	<p>Resposta célere aos projetos submetidos.</p> <p>Mais assistência dos técnicos do Ministério da Agricultura.</p>
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	<p>Retomar financiamento do POSER em Longueira.</p> <p>Ter visitas de veterinário e técnicos para dar assistência a pragas.</p>
<i>Santa Cruz</i>	<p>Mais investimentos na mobilização de água.</p> <p>Mais financiamentos para a instalação de estufas.</p> <p>Ações de formação sobre como melhor gerir a produção e diminuir as perdas.</p> <p>Mais feiras e exposição de produtos agrícolas e artesanais.</p> <p>Valorização da produção biológica.</p>
<i>Santa Catarina-ST</i>	<p>Avaliar ao pormenor, acautelar todos os aspetos desde o perfil das pessoas antes de financiar projeto.</p> <p>Combater a pobreza mental para pessoas saírem da esfera de assistencialismo.</p> <p>Ter acompanhamento permanente, com plano de monitorização desde primeiro momento de cadeia de produção, para seguir percurso do projeto antes de sua execução.</p> <p>Ter plano de reembolso com mais critérios, ter coerência e levar em conta o padrão de rentabilidade das pessoas.</p> <p>Financiamento do POSER em arretos, socalcos porque cada vez o solo fica mais frágil, degradado, principalmente por se tratar de encostas, nos lugares onde se pratica agricultura.</p>
<i>São Salvador do Mundo</i>	<p>Retoma do envolvimento das associações comunitárias na implementação dos projetos de desenvolvimento local.</p> <p>Discutir abertamente com as associações sobre as suas falhas e aspetos a corrigir no futuro.</p>
<i>São Miguel</i>	<p>Criar condições para a reparação dos motores no município.</p> <p>Ações de formação para os jovens no domínio da manutenção e reparação dos motores.</p> <p>Retoma do envolvimento das associações comunitárias na implementação dos projetos de desenvolvimento local.</p> <p>Fim da discriminação das associações.</p> <p>Melhoria e clarificação do atual modelo de envolvimento das associações nos projetos.</p>
<i>Tarrafal</i>	<p>POSER ajudou e revolucionou setor agrário.</p> <p>Dar mais apoios na criação, comércio para jovens desempregados.</p>
<b>Santo Antão</b>	
<i>Ribeira Grande</i>	<p>Dar continuidade ao financiamento de projetos.</p> <p>Disponibilizar mais apoio técnico no âmbito de elaboração de projetos.</p>
<i>Porto Novo</i>	<p>Conhecer experiências da agricultura na área de estufa de Santiago e São Nicolau.</p>
<i>Paúl</i>	<p>Apoiar mais as associações.</p> <p>Apostar na irrigação gota a gota, no desbravamento de terrenos e na criação mais adequada para cada localidade.</p> <p>Dar feedback dos projetos que são submetidos.</p> <p>Ajudar no escoamento dos produtos e na seleção de sementes.</p>

Fonte: Inquérito por Entrevista aplicado de janeiro a abril de 2021

## 12. CONCLUSÕES

O Estudo diagnóstico do perfil das ACDs parceiras do POSER e seu papel (potencial ou real) na promoção de organizações de cariz económico nas suas comunidades realizado em 7 ilhas e 20 municípios do país permitiu tecer as seguintes conclusões:

A maioria das ACDs inquiridas está juridicamente constituída como associação comunitária de desenvolvimento (ACD) e vem mobilizando trabalho comunitário em prol da região, com presença ativa dos membros e de não membros. Neste sentido, denota-se uma certa homogeneidade das associações comunitárias a nível da estrutura, organização e finalidade social.

Todas as associações inquiridas utilizam a abordagem participativa no sentido de construção de uma cidadania local, onde os seus atores definem uma agenda local de desenvolvimento. A participação das comunidades também se verifica ao nível do processo de tomada de decisões e nas atividades por elas desenvolvidas, com tendência na cooperação baseada na reciprocidade para o alcance de objetivos comuns.

Apesar de a maior parte das ACDs terem mais de uma década de funcionamento, a maioria não tem instalações próprias, o que é justificado por falta de meios financeiros. O valor padrão em termos de jónias de entrada é de 500 escudos e 100 de quotização mensal. À excepção da Associação Agro Tenda, que deixou de cobrar quotas, todas as demais associações entrevistadas e inquiridas têm um sistema de quotas. Contudo, o cumprimento desta obrigação estatutária dos sócios não tem sido bem-sucedido, o que deixa as associações sem as condições mínimas de funcionamento. O incumprimento no pagamento das quotizações, que já era precária, entrou em colapso total com a atual crise sanitária provocada pela COVID-19.

A comunicação atempada, o modelo de gestão, a identificação das oportunidades e ameaças, a capacidade de mobilização de recursos, tendo em conta os objetivos traçados, junto a parceiros nacionais e internacionais com vista ao seu funcionamento, ao financiamento de atividades e projetos de desenvolvimento comunitário são algumas estratégias a que recorrem os líderes comunitários no processo de desenvolvimento, por

via da rede de relações. Neste particular, na maioria das associações há uma boa relação com os poderes públicos, setor privado, financiadores e outros agentes sociais. Elas têm a capacidade de, por via do diálogo, exercer pressão, buscar e propor alternativas, alianças e procura de financiamento, objetivando a concretização de seus objetivos.

Quando confrontados com uma lista de potenciais parceiros, as ACDs apontaram a Comissão Regional de Parceiros como tendo sido o principal parceiro financiador das atividades das associações comunitárias em Cabo Verde. Em segundo lugar foi apontado as câmaras municipais. As parcerias com ONGs (nacionais ou estrangeiras) e com empresas privadas são bastante residuais.

Quanto aos resultados práticos das geminações, a maioria aponta que não houve muitos ganhos. Entretanto, dos inquiridos que afirmaram terem tido ganhos com as geminações, destacam investimentos na formação dos jovens, saúde e construção de infraestruturas, sobretudo quando se trata de geminações com ONGs.

Após um período de envolvimento das ACDs na planificação, execução e seguimento de projetos de desenvolvimento relacionados com o desenvolvimento local, com a diminuição de financiamentos, elas vêm deparando com vários constrangimentos financeiros e materiais, comprometendo a sua sustentabilidade, e fraco envolvimento dos sócios nas atividades da associação.

O maior constrangimento apontado pelas lideranças associativas foi de ordem financeira. Deficits ao nível da organização e carências ao nível da formação dos membros surgem a seguir. Os inquiridos apontaram ainda outros constrangimentos como por exemplo conflitos de relacionamento entre os membros, efeitos de pandemia, falta de continuidade dos projetos, etc.

A dificuldade no acesso a financiamento e na mobilização de parceiros, impossibilita que as ACDs consigam desenvolver as próprias iniciativas e atividades que vinham desenvolvendo pois não dispõem de meios próprios para tal. Apesar de parecer, à primeira vista, que a diminuição de financiamentos condiciona as atividades, tal situação pode revelar também fraqueza organizacional das associações pelo fato de não se mobilizarem para apresentarem e negociarem os seus projetos com parceiros atuais e potenciais.

Embora ainda prevaleça a mentalidade de assistencialismo para o funcionamento de muitas associações, onde algumas encontram-se ainda muito passivas à espera de

financiamentos, ao invés de procurar novas estratégias sustentáveis para o desenvolvimento das localidades, outras têm mudado essa mentalidade, indicando que têm que ser próativas e não depender só de financiamentos.

As associações revelaram num passado recente terem sido bastante ativas e dinâmicas, desenvolvendo atividades de execução de obras de engenharia rural; e muitas realizações nas áreas da água com a construção de reservatórios, levadas, cisternas familiares, poços; na área de correção torrencial com construção de diques, socialcos, muretes, arretos; na área de florestação com ações de proteção biológica e reflorestamento, plantação de árvores fruteiras e endêmicas, produção de viveiros, na sensibilização comunitária sobre a proteção ambiental, questões de saúde, apoio à terceira idade; construção de aviários, currais, pocilgas; instalação de sistemas de rega, recuperação de terrenos agricultável e reflorestada, participação em feiras e exposições, intercâmbios a nível local, nacional e internacional, entre outras atividades.

Algumas dessas atividades são realizadas no âmbito de contratos de financiamento e com os excedentes daí decorrentes. No quadro da execução desses contratos há obrigatoriedade de apresentação das justificativas de despesas (em tempo útil), e as exigências daí decorrentes, segundo as lideranças entrevistadas, não tem permitido às associações ter excedentes para muitas atividades, dificuldade essa que se manifesta ainda no asseguramento da manutenção de obras.

Nos últimos tempos muitas associações têm recorrido à divulgação de suas atividades nas redes sociais. Um fato curioso na ilha de São Nicolau de uma associação que é bastante dinâmica, que têm mobilizado vários recursos para ajudar as famílias carenciadas, mormente no período da pandemia, tem uma política de não mostrar as ações feitas nas redes sociais de modo a não expor as famílias e nem tentar, segundo o que dizem, “aparecer por detrás dos projetos e de outras ações realizadas”.

Em relação às infraestruturas, a construção de habitações sociais surge em primeiro lugar na lista das principais intervenções comunitárias, o que se justifica pelo elevado deficit habitacional existente no país. De seguida foi apontada a construção de infraestruturas de mobilização de água e investimentos na irrigação e na pecuária. A construção de infraestruturas de saúde, escolas e farmácias foram os itens menos apontados pelos nossos inquiridos.

Em São Nicolau uma associação referiu que no início da fundação das associações eram-lhes impostos mobilizar recursos para executar obras sociais. Discordando sobre tal imposição, realça que o objetivo da associação é identificar na comunidade, os problemas e os projetos e levar a quem de direito para executar, como o caso das autarquias.

A maioria das ACDs revela fraquezas organizacionais, de gestão, liderança (falhas na capacidade técnica e organizativa), sistema de tomada de decisões, sustentabilidade, que têm vindo a pôr em causa a continuidade de muitas associações. Neste particular, nota-se deficiências na fiscalização, na planificação de atividades, no nível da elaboração e cumprimento do plano de atividades, na elaboração de projetos, na mobilização de parceiros e na mobilização de sócios para a participação nas assembleias gerais.

No que toca ao funcionamento dos órgãos associativos (direção, conselho fiscal e assembleia geral), a maior parte das ACDs inquiridas (com diferenças entre ilhas) não reúne os seus órgãos há mais de dois anos. A periodicidade de reuniões a nível dos diferentes órgãos tem sido deficitária, o que se reflete no número de reuniões realizadas durante um ano, sendo que em muitas das associações só se tem feito reuniões anuais. Durante as deslocações às diferentes localidades foi um dos aspetos de crítica dos associados pois não têm tido espaços de participação. A COVID-19 veio piorar a periodicidade de reuniões, devido ao distanciamento social a que obriga.

Nota-se ainda fraca autonomia no funcionamento de diferentes órgãos, que não se têm reunido com frequência, situação que se agrava quando faz-se reunião conjunta entre os Conselhos Fiscais e Conselhos Diretivos, dificultando o balanço dos poderes e reforçando o poder nas mãos do Presidente.

A maioria não produz os respetivos documentos de referência (atas das reuniões, planos de atividade, relatórios de atividade e contas), o que demonstra uma certa inoperância ou inatividade de maior parte das associações.

Embora os elementos do corpo diretivo sejam eleitos democraticamente, as associações têm realizado eleições com pouca frequência. Em relação à renovação dos órgãos sociais das associações, nos últimos 10 anos constatamos que a maior parte das ACDs não renovou os seus órgãos por mais do que uma vez. Em termos de números de mandatos consecutivos a maior parte das ACDs encontra-se no primeiro mandato.



O que fica assente na análise é que há uma quebra de motivação tanto a nível dos sócios como das lideranças associativas, não existindo muita disponibilidade das pessoas para assegurarem o funcionamento das associações. Nesse particular, no momento da constituição das associações ainda se conseguia com alguma facilidade elementos motivados. No entanto, as associações não conseguem encontrar soluções para garantir o seu funcionamento de uma forma exclusivamente voluntária, onde várias lideranças referiram em suas entrevistas que não querem continuar à frente das associações por não ganharem nada, a não ser aborrecimentos e cansaço.

Passando de um período em que grande parte dos associados se envolviam ativamente nas associações, atualmente, com a diminuição de financiamentos há diminuição da vida social e associativa, resultante da desmotivação no seio dos associados que somente têm demonstrado envolvimento perante possibilidades de financiamento, ou seja, quando vislumbram benefícios imediatos de projetos, ao invés de se centrarem nos benefícios relacionais que estas organizações produzem. Neste particular, também se nota pouca capacidade das associações em mobilizar os sócios para participarem nas reuniões.

A falta de participação no seio das associações constitui um entrave, que se agudiza com a pouca informação útil disponibilizada e o facto de muitas pessoas ficarem sempre à espera que outros resolvam as coisas por si ao invés de se engajarem nessa tomada de decisão sobre os assuntos de seu próprio interesse. Quando o aprendizado coletivo não se concretiza, muitas vezes não se consegue a viabilização da associação. A desmotivação também se manifesta ao nível da diminuição da participação nas atividades comunitárias de voluntariado desenvolvidas pelas associações. Tal situação também causa desmotivação no seio das lideranças associativas.

A nível de conversas informais nas localidades, criticam que alguns dirigentes associativos tendem a maximizar as vantagens dos cargos que ocupam, principalmente a nível material, apontando a falta de transparência em suas práticas e o controle de recursos financiados, outros avançam que beneficiam a família e os da mesma cor política, o que faz com que se reduza ações cooperativas e coletivas. Na ilha do Maio, a crítica das pessoas vai no sentido de que a maioria de líderes no maio procuram a liderança da

associação para projetar a sua pessoa e quando alcança esse objetivo abandona a associação.

A falta de confiança nas lideranças e nas associações no geral, em alguns momentos referenciada, poderá colocar em causa a própria sustentabilidade associativa em alguns municípios, visto que ela é necessária e fundamental para o desenvolvimento das associações e para o desenvolvimento da reciprocidade, e em casos mais extremos poderá levar ao desaparecimento das associações.

Em muitas localidades grande parte das associações está inativa (principalmente as das ilhas de Maio, Santo Antão, Santiago), revelando dificuldades da comunidade em se organizar associativamente, mormente para a realização de novas eleições devido à indisponibilidade de pessoas para assumirem cargos. Chegamos a casos extremos nessas ilhas onde em algumas localidades praticamente nenhuma associação está no ativo.

As associações referiram estarem inativas devido a uma série de fatores: falta de financiamento; pouco engajamento das pessoas; falta de ajuda do atual Governo; falta de projetos de desenvolvimento; pouco interesse dos sócios em se reunirem; dificuldades na passagem de pastas; diminuição do número de membros; pandemia COVID-19; falta de lugar para se reunirem; perda do número de sócios. Perante esses fatores, tem sido feita a aposta por membros jovens, com espírito de solidariedade, que possam dar a sua contribuição para a comunidade.

Quanto ao género, as ACDs nacionais são amplamente dominadas por indivíduos do género masculino. Embora se vislumbresse uma evolução do envolvimento das mulheres em lideranças associativas, com base no discurso de promoção de mulheres, ela não se tem verificado. Os cargos de direção são dominados principalmente por homens, o que reproduz a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres nas associações, tendência que se verifica em todos os setores da sociedade em Cabo Verde, nomeadamente a nível das relações interpessoais, no trabalho, constituindo entraves aos projetos de desenvolvimento.

Analisando cada órgão deliberativo, em nenhuma ilha se nota uma forte presença de mulheres no processo de tomada de decisão.

Nas ilhas de Fogo e São Vicente as mulheres demonstram fraco envolvimento nos Conselhos diretivos. A ilha com maior proporção de mulheres no conselho diretivo e fiscal

é São Nicolau. Na Assembleia Geral, as ilhas com maiores proporções de mulheres são a Brava e o Maio. Daí que a presença feminina é mais expressiva na presidência do conselho fiscal e assembleia geral ou em funções auxiliares como vice-presidente e secretariado.

A pouca presença de mulheres no processo de tomada de decisão nos cargos diretivos pode ser justificada devido aos comportamentos, atitudes e valores interiorizadas pelas mulheres durante o processo de socialização, que as coloca numa situação de inferioridade e subordinação, o que dificulta a percepção se as associações vêm ou não promovendo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

As lideranças associativas em Cabo Verde encontram-se maioritariamente na faixa etária 30 a 50 anos. A presença de lideranças associativas com menos de 30 anos é bastante residual, o que revela baixo envolvimento de jovens nos órgãos, o que se reflete também no processo de tomada de decisão.

A maioria das associações inquiridas não tem comissões ou grupos funcionais e quando muito existem, estão inativas. Neste particular, a partilha de responsabilidades e o envolvimento dos sócios na vida da associação fica enfraquecida.

No que se refere à comissão de jovens e de mulheres, a maioria das associações não dispõe de comissões específicas para indivíduos com menos de 30 anos ou para indivíduos do género feminino. Como eventuais razões apontadas para a não criação da comissão de mulheres e de jovens são indicadas o facto de as atividades serem feitas em conjunto sem distinção de género e de idade, a falta de interesse dos mais jovens nas atividades associativas e até a falta de pertinência da criação de comissões.

A maioria dos dirigentes associativos cabo-verdianos têm baixas habilitações académicas (básico ou secundário) e não receberam nenhuma formação específica para as funções que ocupam.

Nota-se que as associações presentes nas localidades vêm trocando informações sobre os temas comuns que afligem a localidade, tentando conhecer outras experiências e dificuldades por que passam e, em alguns momentos desenvolvem atividades conjuntas, por via de intercâmbios. Poucas são as associações que desenvolvem projetos conjuntos. Tal prática foi verificada no Fogo, Maio e em Santo Antão.

Alguma crítica no seio das lideranças associativas prende-se com os modelos desenhados de desenvolvimento que algumas vezes contraria os próprios interesses e

especificidades das comunidades, dando origem a situações sociais específicas. Nota-se que certas realidades desenhadas não permitem a participação na tomada de decisão que servirão de base às políticas públicas. É o caso enunciado durante as entrevistas sobre a mudança de filosofia de projetos financiados pelo POSER, baseando-se em projetos estruturantes, onde a democracia participativa na tomada de decisões e definição de prioridades passa a ser de cima para baixo, no entendimento de algumas lideranças associativas, revelando diferenças entre planos locais, governamentais e internacionais de se pensar o desenvolvimento. As críticas se devem ao facto de muitas lideranças considerarem que deixaram de ter o papel de identificar e preparar a implementação de projetos nas localidades após a mudança de governação ocorrida em 2016. Quando muito a sua atuação mais recente ocorre, segundo os entrevistados, quando se lhes apresentam projetos estruturantes para assinarem, o que têm causado muito descontentamento, com reflexos na dinâmica de concertação entre vários atores. Nesse particular entendem que eles é que conhecem a realidade, necessidades e prioridades das suas localidades e que essa forma de se relacionar com as associações põe em causa a dinâmica da mobilização comunitária.

No entanto, reconhecem o sucesso dos projetos estruturantes, criticando apenas a fraca ou inexistente mediação com as associações para a sua efetivação. A esse respeito entendemos que, para terem sucesso, as políticas públicas direcionadas às localidades terão que ser apoiadas por associações comunitárias, pois elas são atores fundamentais do desenvolvimento rural.

Apesar de seguirem e respeitarem os financiadores no que se refere ao destino final do financiamento recebido, revelam em alguns momentos estarem condicionados por algumas interferências de interesses governamentais ou de programas de desenvolvimento, mormente na escolha de beneficiários e na indicação de mulheres às lideranças associativas. No entanto, consideram que têm independência institucional e de decisão, não estando sujeitas a controle externo nem de entidades públicas nem de financiadores, com capacidade de decisão própria.

A escolha dos beneficiários é avançada pelos líderes associativos como sendo momentos tensos onde alguns se consideram excluídos ou prejudicados, entendendo que

a sua situação e expectativas vêm sendo afetadas negativamente por não serem escolhidos para eventual melhoria da sua situação.

Os líderes associativos puderam refletir sobre o fracasso de projetos financiados pelo POSER tendo considerado que houve falhas a nível da execução, seguimento permanente, escolha de beneficiários, fraco desenvolvimento da cadeia de valores, ausência de plano de monitorização e fatores externos como peste, pragas, ataque de cães, diminuição da disponibilidade de água. A par desses fatores, consideram que muitos projetos dificultaram ainda mais a vida das pessoas porque para além do fracasso ainda têm que lidar com o reembolso do financiamento.

O papel das ACDs no desenvolvimento de cadeias de valor e na configuração da estrutura e o funcionamento atuais das cadeias produtivas tem sido bastante limitado. As ACDs têm atuado sobretudo na mobilização de recursos para a construção de infraestruturas de apoio à produção e adição de valor.

Nos 20 municípios abrangidos pelo Programa, as atividades económicas dominantes são: agricultura, pecuária e, em menor expressão, a pesca.

A cadeia produtiva não está bem desenvolvida devido a uma série de fatores.

No que diz respeito à agricultura, ao invés de se ter uma agricultura de mercado, prevalece uma agricultura de subsistência, que garante poucos rendimentos aos agricultores.

Na pecuária, o sistema de alimentação dos animais (acesso a ração), as cadeias de frio, a comercialização e fortalecimento dos serviços de saúde animal não são as desejáveis, bem como o acesso a programas de vacinação e inspeção de animais e/ou carne. Os pequenos ruminantes têm tido grandes constrangimentos devido à seca (com a diminuição da disponibilidade forrageira) e ao ataque de cães, o que diminui o seu efetivo. Nesse particular anseiam mais apoios nos currais e melhoria na comercialização de produtos de origem animal, com base em parcerias público-privadas-comunitárias. Alguns casos de doenças de animais são relatados, que se propagam devido ao fraco manuseio higiénico-sanitário.

Os produtos da pesca abastecem os mercados locais. Em algumas ilhas como Brava, Maio e Fogo são exportados para o mercado da Praia. Já há algumas experiências também de São Nicolau para o mercado da Praia. Não se tem o hábito de gestão por via do

desenvolvimento de cadeias de frio. Outro aspeto bastante referenciado é o cerco de grandes embarcações e o não respeito ao tempo de ovulação, o tem provocado migração de estoques pesqueiros, com tendência ao esgotamento de recursos pesqueiros. Em ilhas como São Vicente, São Nicolau, Maio, os produtos são ainda usados para transformação em conserva. No entanto, a rede de fornecedores precisa ainda de qualificação. Os produtos conservados têm sido exportados a nível nacional e internacional.

Muitas são as falhas que se prendem com o planeamento da produção, a inexistência de casas comerciais que fornecem insumos agrícolas, pecuários e da pesca, que são enunciadas com custo elevado, a deficiente assistência técnica, a fraca organização de agricultores. Fatores externos como a falta de serviços veterinários, a falta de manutenção aos esquemas de irrigação, o fraco controle de pragas e de doenças de culturas e animais, as galinhas de mato, o ataque de cães vadios que abatem os animais mesmo na presença dos pastores durante o pastoreio ou nos currais, concorrem para o insucesso das atividades.

Alguns desses constrangimentos, que se traduzem em perdas, poderiam ser colmatadas se a supervisão técnica funcionasse a tempo. Os interlocutores são da opinião que essa supervisão é de qualidade, mas tarda a chegar.

Nota-se ainda dificuldades na organização de produtores, dificuldades a nível de valorização de produtos agrícolas; certificação da qualidade e origem de produtos, rotulagem.

Fatores ambientais ou climáticos como o vento e a temperatura, fraca correção de acidez do solo concorrem para o fracasso das cadeias de valor.

Há inexistência de infraestruturas adequadas para processos de adição de valor, como sejam de armazenamento, transformação, comercialização, distribuição e estradas de difícil acesso, onde muitas localidades são entravadas, com pouco transporte e quando elas existem, o seu custo é elevado. Ainda, há fracas tecnologias e práticas de limpeza, descascamento, secagem, moagem, empacotamento, cadeias de frio para reduzir a perda, o desperdício de alimentos e o controle da sua qualidade.

Outro entrave prende-se com a disponibilidade de água para atividades agrícolas (nomeadamente água para rega), mormente em contexto de secas cíclicas, que acarretam crises hídricas, o que faz com que os agricultores não consigam nem uma boa colheita,

quanto mais uma segunda colheita, pois as reservas de água são cada vez menores e as barragens não têm garantido a disponibilidade de água para atividades agrícolas, associados aos eventos climáticos extremos (furação Fredy é disso um exemplo), que tem também provocado a danificação e destruição de estruturas rurais importantes, como estradas, sistemas de irrigação, etc.

Grande parte dos agricultores recorrem a pesticidas e menos aos fertilizantes químicos, privilegiando sementes importadas. As sementes nem sempre são de boa qualidade e em muitos casos não tem permitido boa germinação. A este respeito, não há o hábito de se fazer o teste da germinação de sementes que compram nas casas, o que leva a prejuízos. Às perdas monetárias com as sementes se avolumam o trabalho e a água investido naquela parcela de terra. Nem sempre se faz o combate a gafanhotos, lagartos e outras pragas com o recurso a pesticidas biológicas e naturais, produzidos de extratos de plantas.

Por vezes, a pouca qualidade da produção faz com que os produtos sejam desvalorizados, muitas vezes relacionadas à pouca assessoria técnica especializada no uso de pesticidas adequadas ao controle de pragas, o que leva ao seu uso descontrolado, embora haja preocupação em estar atento para agir rapidamente. Nesses casos, os danos às culturas são maiores e poucas vezes se salva a produção.

A grande assimetria entre as ilhas também dificulta o desenvolvimento das cadeias de valor. A comercialização dos produtos se faz preferencialmente a nível local e regional, de forma individual.

Contrariando os resultados da revisão a meio percurso do POSER e da missão de conceção do COSOP realizadas em Dezembro 2016 de que o mercado local consegue ainda absorver a produção sem grandes limitações, pelos testemunhos dos líderes associativos a maioria dos mercados são pequenos e não conseguem absorver a produção, o que vêm acarretando vários prejuízos e perdas, daí o interesse e a necessidade de escoamento para mercados mais amplos. Neste particular, o maior constrangimento se verifica a nível dos transportes tanto terrestres como marítimos. O alto custo de transportes bem como a sua irregularidade trazem muitas perdas aos produtores.

Tendo em vista o desenvolvimento de cadeias de valor em direção a mercados com forte potencial, nas ilhas de Sotavento, o foco é para exportação para a ilha de Santiago

devido à inexistência de mercado suficiente nas demais ilhas do Sotavento. Os produtores estabelecem contatos com supermercados e outros com revendedores na ilha de Santiago, onde muitos intermediários são as suas famílias. Já nas ilhas de Barlavento, o foco é para exportação para as ilhas de São Vicente, Sal e Boavista.

No entanto, o impacto da COVID-19 foi mais intenso na ilha de São Nicolau devido à diminuição de turistas na ilha do Sal, ilha privilegiada para a exportação de produtos de São Nicolau. Com a diminuição da procura de produtos agrícolas pelo mercado turístico, há também diminuição da produção.

A ilha de Santo Antão, com forte vocação agrícola continua a sofrer o embargo aos seus produtos devido à praga de mil pés. Nos municípios de Porto Novo, em Ribeira Fria, alguns produtores não conseguem escoar os seus produtos porque a cadeia não está configurada corretamente, com dificuldades de acesso a meios adequados para o escoamento.

A crítica de todos os dirigentes associativos se refere ao preço praticado e à falta de regulação do mercado, onde por várias vezes vendem os seus produtos e não tiram nem os custos de produção. Quanto ao rendimento e lucro, poucos são os produtores que referem ter lucro, criticando o preço praticado e a intermediação das rabidantes, que consideram ganhar mais de que eles que produzem, com diferenças grandes entre o preço no produtor e preço no consumidor, situação que se agudiza quando os produtos importados concorrem diretamente com os de produção nacional, a um preço mais baixo (alho, batata, cebola, cenoura e os produtos congelados), diminuindo a competitividade dos produtos locais.

Reconhecendo os seus nutrientes para as plantas e a sua capacidade de melhorar a produtividade agrícola e o rendimento, o uso de estrume de animais é uma prática que se verifica em todas as localidades visitadas.

Tem sido feita a aposta na diversificação de produtos, mediante alguma programação das produções por época, entendida a nível local como fonte de rendimento e como medida de prevenção à ação da lagarta do cartuxo e ao enfraquecimento dos solos. No entanto, tal prática faz com que todos produzam ao mesmo tempo um certo tipo de produto, com alto custo de produção, que não se reflete na venda dos mesmos. No regadio predomina a rotação de culturas.



Alguns agricultores têm tecnologias de produção adaptadas às suas necessidades. No entanto, consideram que precisam de mais apoio em tecnologias (de rega: gota a gota e de produção: estufa, hidroponia, agroecologia), equipamentos de modo a que os seus produtos tenham mais valor, bem como que seus produtos sejam certificados.

A maioria dos líderes associativos entrevistada é de opinião que tem um potencial para participar da estratégia do POSER de desenvolvimento de cadeias de valor, particularmente na promoção de organizações de cariz económico (cooperativas, mutualidades ou microempresas) e serem intermediários na ligação dos produtores aos consumidores e/ou mercados, por via do estabelecimento de vínculos diretos com supermercados, na sensibilização para o registo dos gastos e redução das perdas pós colheitas, da identificação dos atores interessados e não interessados na promoção de cadeias de valor e suas motivações, do estabelecimento de acordos de comercialização e parcerias público-privadas (com serviços de extensão do Governo) para que obtenham o preço que entendem como justo, livres da manipulação dos mercados, com vista ao desenvolvimento eficiente da cadeia de valor e maximização do rendimento.

As ACDs têm atuado sobretudo na mobilização de recursos para a construção de infraestruturas de apoio à produção e adição de valor.

Todo o marketing e comercialização dos produtos tem sido da inteira responsabilidade dos produtores, que normalmente atuam sozinhos.

Poucas são as associações que têm promovido feiras de divulgação dos produtos nas suas localidades e mais os que participam em feiras. Nos dois casos, vem permitindo que os produtores possam fazer contatos para a colocação posterior de seus produtos em outros mercados. Por outro lado, há alguma troca de experiências e intercâmbios entre diferentes produtores.

Já se nota em alguns municípios um interesse por produtos processados e embalados, que já se verifica nos minimercados e supermercados. No entanto carece ainda de investimento nas instalações de processamento e empacotamento no território nacional. Em se reforçando o investimento nas instalações de processamento, o seu escoamento poderá se expandir tanto no mercado nacional como para o território estrangeiro a médio e longo prazo, visto serem necessários a priori a conformidade com as normas e regulamentos internacionais. Neste sentido, a intermediação das ACDs seria

fundamental para colocar os produtores em contato com tais mercados. Para tal, há necessidade de termos líderes associativos dinâmicos, instruídos, com bom diálogo e comunicação com os associados.

Neste particular, os líderes e dirigentes associativos têm tido um papel crucial no desenvolvimento do empreendedorismo. As principais limitações neste sentido, tendo em conta o perfil dos mesmos, segundo informações recolhidas dos inquiridos por questionário e por entrevista, é a falta de competências práticas, por não possuírem a bagagem suficiente para apoiar os associados a nível da regulamentação, registo, disponibilizar informações sobre as instituições de crédito entre outros procedimentos, o acesso a mercados, a organização de agricultores.

Neste particular, as ACDs revelam existir pouco interesse das pessoas em se organizar coletivamente para a produção. Quando muito, esse interesse se manifesta a nível do escoamento dos produtos.

As cooperativas de produção encontram obstáculos a nível do acesso e preço dos insumos e do capital social existente nas localidades onde as pessoas não estão muito predispostas a se organizarem devido a desconfianças, individualismo. Ademais, são inexistentes os centros pós colheitas, cadeias de frio, legislações sobre a regularização do mercado, e parcerias nesse sentido com câmaras de comércio e outras instituições estatais. Em todas as ilhas há dificuldades na concretização das iniciativas cooperativistas necessitando de legislação adequada, acordos público-privado, engajamento dos produtores e financiamento.

Em alguns casos, as associações têm estimulado que as pessoas recorram a microcréditos. Neste sentido, as microempresas familiares começam a despoletar, embora de forma tímida.

Entendemos assim que as ACDs poderão desempenhar um papel extremamente importante no desenvolvimento das cadeias de valor para traduzir o potencial da agricultura e da pecuária em Cabo Verde, visando um impacto duradouro na redução da pobreza.

Entre os projetos fundamentais para o desenvolvimento das localidades destacam-se, segundo os entrevistados, a construção de centros pós colheita, centros de

transformação alimentar, instalação de unidade de produção de gelo e formação de técnicos especializados na reparação e manutenção dos equipamentos nas comunidades.

Em termos de recomendações dos líderes associativos se destaca a necessidade de retoma do envolvimento das ADCs na implementação dos projetos de desenvolvimento local e a importância na ação integrada entre os órgãos públicos, entidades e associações que atuam nas localidades.

### 13. RECOMENDAÇÕES

O Estudo Diagnóstico do perfil das ACDs parceiras do POSER e seu papel (potencial ou real) na promoção de organizações de cariz económico nas suas comunidades permitiu identificar um conjunto de recomendações que refletem a dinâmica associativa nos 20 municípios do país, sendo um substrato para a análise do papel que as associações vêm tendo no desenvolvimento das cadeias de valor, bem como o papel que poderão ter nesse processo, o que servirá de base à formulação e implementação de políticas que impulsionem o desenvolvimento regional.

- ✓ Redefinir e clarificar o quadro de intervenção das ACDs nos programas de promoção do desenvolvimento rural;
- ✓ Estimular o reforço organizacional das ACDs a nível da contabilidade, mobilização de fundos e parcerias; elaboração de projetos e outros domínios da dinâmica associativa;
- ✓ Incentivar as associações na criação de dinamismos internos de resolução de pontos fracos;
- ✓ Criar medidas de incentivo à paridade de género e de mais jovens nos órgãos de gestão das ACDs, de modo a que haja equidade na distribuição de recursos e na escolha de beneficiários;
- ✓ Definir critérios de escolha de beneficiários, via sorteios;
- ✓ Incentivar a realização de intercâmbios e trocas de experiências entre lideranças associativas e associados dos vários municípios do país;
- ✓ Disponibilizar formações na gestão de pequenos negócios/gestão de explorações agrícolas e marketing; planeamento, gestão e controle da

produção; logística de comercialização; análise das perdas pós-colheitas; combate às pragas; gestão da qualidade.

- ✓ Criar medidas de apoio financeiro para construções de sedes das ACDs e aquisição de equipamentos;
- ✓ Desenvolver estudo sobre a participação associativa, com base na abordagem de capital social;
- ✓ Criar medidas de apoio à estruturação da produção, renovação e ampliamiento dos canais de comercialização;
- ✓ Melhorar a logística de distribuição, comercialização e sensibilização dos produtores;
- ✓ Investir em tecnologias e centro pós-colheita;
- ✓ Incentivar compras institucionais a produtos de agricultura familiar, pecuária e pesca;
- ✓ Criar condições para a certificação da qualidade dos produtos;
- ✓ Discutir e compartilhar os resultados do estudo a nível local com os interlocutores do estudo.

## 14. BIBLIOGRAFIA

ALVES, Iolanda Maria (2001), "Cooperativa: política de Estado ou cotidiano? O caso de Cabo Verde". Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Vol. 3/4, 2000/2001. São Paulo: USP

CAILLÉ, A. "A sociedade mundial no horizonte", pp. 17-41, in MARTINS, P. e NUNES, B. (Orgs.). A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea, Brasília, Paralelo 15, 2004.

GERTLER, Paul J., Sebastian Martinez, Patrick Premand, Laura B. Rawlings, e Christel M. J. Vermeersch. 2015. *Avaliação de Impacto na Prática*. doi:10.1596/978-14648-0088-7. Banco Mundial. Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

GIDDENS, A. Sociologia. 4ª edição revista e atualizada. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2004.

GONDIM, Sônia Maria Guedes (2003), Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. P. 149-161

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde. 2017. Anuário Estatístico de Cabo Verde - 2016. Cidade da Praia. Cabo Verde.

Instituto Nacional de Estatísticas de Cabo Verde. 2020. Estatísticas Municipais – 2019. Cidade da Praia. Cabo Verde.

Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação-MIOTH. (2019). Estudo sobre o Perfil do Sector de Habitação. Cidade da Praia. Cabo Verde

MORGAN, D. (1997). *Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.

PINA, R., Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural. In: *Actas do III Congresso de Estudos Rurais* (III CER); 2008. Faro: Universidade do Algarve; 2008. p. 1-3.

Plataforma das Ong's de Cabo Verde. 2015. Guia das ONG's de Cabo Verde. Cidade da Praia. Cabo Verde

PLATAFORMA DAS ONG'S. *Guia das ONGs de Cabo Verde*. Cidade da Praia. 2015

PORTES, Alejandro (2002). Capital Social: origens e aplicações na Sociologia Contemporânea. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 33. Lisboa: ISCTE/IUL.

PUTNAM, Robert (1996), Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

## **Documentos**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE (2019), Programa de Mitigação e de Resiliência à Seca em Cabo Verde.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2018), PEDS, Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021

INE, ICIEG (2017), Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números 2017.

### **Diplomas**

Decreto n.º 13/2012, de 28 de dezembro (Boletim Oficial n.º 71, I Série, de 28 de dezembro de 2012), aprova o Acordo de Financiamento entre a República de Cabo Verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, designado por FIDA, o Fundo Fiduciário do Mecanismo de Co-financiamento Espanhol para a Segurança Alimentar, assinado em Roma, Itália, a 29 de outubro de 2012.

Resolução n.º 77/2016 de 2 de novembro (B.O. n.º 61, I Série, de 2 de novembro de 2016), transfere para o Ministério da Agricultura e Ambiente a gestão do POSER.

Resolução n.º 69/2017, de 7 de julho (B. O. N.º 39, I Série, de 7 de Julho de 2017), cria o Comité Nacional de Pilotagem do Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (CNP-POSER).

Decreto n.º 1/2021 (B. O. N.º 11, I série, de 4 de fevereiro de 2021), aprova a Emenda ao Acordo de Financiamento no âmbito do Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER), entre a República de Cabo Verde e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Fundo Fiduciário do Mecanismo de Co-financiamento Espanhol para a Segurança Alimentar e o Fundo Fiduciário para o Programa de adaptação da Agricultura Camponesa.

## 15. ANEXOS

### ANEXO I - FICHA DE INQUÉRITO ÀS ACDS PARCEIRAS DO POSER

Data do inquérito: \_\_\_\_\_ Nome do inquiridor: \_\_\_\_\_

Número de membros presentes no momento do inquérito: H: \_\_\_\_\_ M: \_\_\_\_\_

#### 1. Identificação da Associação

1.1 Nome da Associação: \_\_\_\_\_

Sigla: \_\_\_\_\_

#### 1.2 Localização geográfica:

Ilha: \_\_\_\_\_ Concelho: \_\_\_\_\_ Freguesia: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Ribeira a que pertence: \_\_\_\_\_ Vila: \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

#### 1.3 Personalidade jurídica:

Data de fundação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Legalização: Sim  Data: \_\_\_\_ /

\_\_\_\_ Não  B:O n.º \_\_\_\_\_ Data de publicação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ N. Série \_\_\_\_\_

Se não porquê? \_\_\_\_\_

Tem sede própria: Sim  Não  Se não porquê? \_\_\_\_\_

Sede alugada:

Sede emprestada:

Sede em construção:  Com que recursos: \_\_\_\_\_

#### 2. Caracterização social/Estrutura da associação

##### 2.1 Membros

Número de membros fundadores: H \_\_\_\_\_ M \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

N.º de membros actuais: H \_\_\_\_\_ M \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

##### 2.1.2 Quotas e jóias

Montante das jóias de constituição: \_\_\_\_\_

Montante da quotização mensal de cada sócio: \_\_\_\_\_  
O pagamento da quota é feito regularmente? **Sim** \_\_\_\_\_ **Não** \_\_\_\_\_

### **3. Funcionamento dos órgãos:**

Data da última reunião do Conselho da Direção : \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data da última reunião do Conselho Fiscal : \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data da última reunião da Assembleia Geral: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Desde 2010, quantas vezes foram renovados os Órgãos sociais? \_\_\_\_\_  
Data da última eleição dos Órgãos Sociais: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
N.º de mandatos consecutivos cumpridos pelos actuais membros: \_\_\_\_\_

3.1 Existem actas das reuniões dos diferentes órgãos?

Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

3.1.1 Normalmente quem elaboram as actas das reuniões? \_\_\_\_\_

3.2 Existem planos de atividades elaborados?

Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

3.3 Existem relatórios de atividades e contas?

Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

3.4. A associação tem contabilidade organizada? Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

3.5. A associação tem Comissão de Mulheres? Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

3.6. A associação tem Comissão de Jovens ? Sim  Não

Se não porquê? \_\_\_\_\_

4. Desde a vossa fundação quais foram as infraestruturas sociais construídas na comunidade pela associação?

- Farmácias comunitárias
- Habitação social
- Centros comunitários



- Balneários
- Chafarizes
- Escolas
- Capelas
- Jardins infantis
- Unidades sanitárias de base
- Placas desportivas
- Currais comunitários
- Aviários comunitários
- Outros: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5. Qual tem sido o nível de participação dos sócios na vida da associação?

Nas reuniões: Mbom  Bom  Suf.  Def.

Nas tomadas de decisão: Mbom  Bom  Suf.  Def.

5.1 Como classifica o relacionamento entre os membros?

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| 1. Muito bom <input type="checkbox"/> | 4. Deficiente <input type="checkbox"/> |
| 2. Bom <input type="checkbox"/>       |  |
| 3. Razoável <input type="checkbox"/>  |  |

5.2 As decisões sobre questões ligadas ao desenvolvimento da comunidade são tomadas por quem?

- Membros da comunidade
- Todos os sócios da associação
- Conselho da Direcção
- Câmaras Municipais
- Associação de municípios
- Governo

Outros: \_\_\_\_\_

5.3 Qual o grau de envolvimento das famílias da comunidade na vida da associação?

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| 1. Muito bom <input type="checkbox"/> | 4. Deficiente <input type="checkbox"/> |
| 2. Bom <input type="checkbox"/>       |  |
| 3. Razoável <input type="checkbox"/>  |  |

## 6. Geminação

6.1. A associação tem alguma geminação feita?

Sim  Não

Se sim, com quem? \_\_\_\_\_

Quais os termos de referência dos protocolos de geminação? \_\_\_\_\_

Existem já alguns resultados práticos dessa(a) geminação (ões)?

Sim  Não

Se sim, exemplifique: \_\_\_\_\_

**7. Principais Atividades/Projetos Desenvolvidas(os) pela ACD nos últimos 12 Meses:**

<b>Atividades desenvolvidas/Projetos Implementados</b>	<b>Nomes dos parceiros</b>	<b>Montantes (em Escudos)</b>	<b>Contrapartida da Associação</b>

**8. Formação**

a) Nos últimos dois anos, quantas formações foram ministradas directamente pela associação ou em parceria com outras instituições? \_\_\_\_\_

b) Quais as áreas de formação abrangidas? \_\_\_\_\_

**9. Quais os principais constrangimentos actuais da associação?**

<b>Domínio</b>	<b>Tipo de constrangimento</b>
Formação	

Organização	
Finanças	

### 10. Identificação dos membros de cada órgão

#### Mesa da Assembleia Geral

Nome	Função	Idade	Formação Académica	Ocupação Profissional	Ano entrada para a Associação	Recebeu formação para assumir a função	OBS:

#### Conselho da Direcção

Nome	Função	Idade	Formação Académica	Ocupação Profissional	Data entrada para a Associação	Recebeu formação para assumir a função	OBS:


**Conselho Fiscal**

Nome	Função	Idade	Formação Académica	Ocupação Profissional	Data entrada para a Associação	Recebeu formação para assumir a função	OBS:

**11. Outros responsáveis dos órgãos directivos e das Comissões**

Designação	Nome do Responsável	Faixa Etária	Formação Académica	Ocupação Profissional	Data entrada para a Associação	Recebeu formação para assumir a função?	OBS:
Tesoureiro		1-					
Contabilista							
Comissão 1-							
Comissão 2-							
Comissão 3-							
Comissão 4-							
Comissão 5-							

## OBSERVAÇÕES /COMENTÁRIOS

--

## ANEXO II – ASSOCIAÇÕES INQUIRIDAS POR LOCALIDADE, MUNICÍPIO E ILHA

<b>NOME DA ASSOCIAÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>ILHA</b>	<b>CONCELHO</b>	<b>LOCALIDADE</b>
Associação dos Camponeses de Leitão Grande	AGRO- LEITÃO GRANDE	Santiago	São Salvador do Mundo	Leitão Grande
Associação de Desenvolvimento dos Picos	ADP	Santiago	São Salvador do Mundo	Picos
Associação de Desenvolvimento de Achada Leitão	ADAL	Santiago	São Salvador do Mundo	Achada Leitão
Associação dos Amigos para o Desenvolvimento de Serra Malagueta	AADCSM	Santiago	Santa Catarina-ST	Serra Malagueta
Associação dos Agricultores e Criadores de Boa Entrada	AACBE	Santiago	Santa Catarina-ST	Boa Entrada
Associação de Mulheres de Figueira das Naus	AMFN	Santiago	Santa Catarina-ST	Figueira das Naus

Associação dos Pescadores e Peixeiros de Ribeira da Barca	APPRB	Santiago	Santa Catarina-ST	Ribeira da Barca
Associação para Desenvolvimento de Ribeira dos Engenhos	ADERE	Santiago	Santa Catarina-ST	Ribeira dos Engenhos
Associação para Desenvolvimento Comunitário de Pau Verde	ADCPAV	Santiago	Santa Catarina-ST	Pau Verde
Associação para Desenvolvimento Comunitária de Manhanga, Degredo e Pico Freire	ADMDP	Santiago	São Salvador do Mundo	Pico Freire
Associação dos Agricultores, Avicultores e Pecuáristas de Jalalo Ramos	AJARCAPER	Santiago	São Salvador do Mundo	Jalalo Ramos
Associação para Desenvolvimento Comunitário de Filhos e Amigos de Pilão Cão	ADCFAPC	Santiago	São Miguel	Pilão Cão
Associação Pé de Monte	APM	Santiago	São Lourenço dos Órgãos	Longueira
Associação dos Amigos Para Desenvolvimento De Covoada dos Órgãos	AADC	Santiago	São Lourenço dos Órgãos	Covoada
Associação do Vale de São Jorge	AVSJ	Santiago	São Lourenço dos Órgãos	São Jorge
Associação Agrocolonato	AGROCOLONATO	Santiago	Tarrafal-ST	Colonato
Associação Comunitário Desenvolvimento Trás-os-Montes	ACDT	Santiago	Tarrafal-ST	Trás-os-Montes
Associação dos Agricultores e Avicultores de Ribeira de São Miguel	AAARSM	Santiago	São Miguel	São Miguel
Agro Espinho Branco	AGRO SP	Santiago	São Miguel	Espinho Branco
Agro Mato Brasil	AGRO MB	Santiago	Tarrafal-ST	Mato Brasil
Associação para Desenvolvimento de Achada Moiron	ADAM	Santiago	Tarrafal-ST	Achada Moiron
Agro Ribeirão de Cal	AGO RC	Santiago	São Domingos	Ribeira de Cal
Associação Agro Loura	AGRO LOURA	Santiago	São Domingos	Loura
Associação Unidos para o Desenvolvimento Integrado de Moia Moia	AUDIMM	Santiago	São Domingos	Moia Moia
Associação Unidos de Chã de Tinca	AUCT	Santiago	São Domingos	Tinca
Associação Agro Verde	AAV	Santiago	Ribeira Grande-ST	Cidade Velha
Cooperativa 13 de Novembro	CTN	Santiago	Santa Cruz	Achada Fazenda
Associação Agrícola de Jaracunda	AAJ	Santiago	Santa Cruz	Jaracunda
Associação Peixeira Pescadores de Cidade Velha	APPCV	Santiago	Ribeira Grande-ST	Cidade Velha

Associação Comunitária para Desenvolvimento de Achada Biscainhos	ACDAB	Santiago	Tarrafal-ST	Biscainhos
Associação Força Unida para Desenvolvimento de Principal	AFUDP	Santiago	São Miguel	Principal
Associação para o Desenvolvimento de São Martinho Grande	ADSMG	Santiago	Ribeira Grande-ST	São Martinho Grande
Associação Luz dos Jovens de Trindade	ALJT	Santiago	Praia	Trindade
Associação Juvenil de Achada Fazenda	AJAF	Santiago	Santa Cruz	Achada Fazenda
Associação Recreativa de Salinas	ARS	Santiago	Santa Cruz	Salinas
Associação Juvenil Desenvolvimento Santa Cruz	AJDSC	Santiago	Santa Cruz	Santa Cruz
Associação Comunitária de Achada Bel Bel	ACAB	Santiago	Santa Cruz	Achada Bel bel
Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Cancelo	ACDC	Santiago	Santa Cruz	Cancelo
Associação Comunitária Ribeirão Galinha.	ACRG	Santiago	São Lourenço dos Órgãos	Ribeirão Galinha
Associação Unidos para Desenvolvimento Comunitário de Renque Purga.	AUDCRP	Santiago	Santa Cruz	Renque Purga
Associação Comunitária para Desenvolvimento de São Francisco	ACDSF	Santiago	Praia	São Francisco
Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Vale da Costa	ACDVC	Santiago	São Domingos	Vale da Costa
Associação Comunitária para Desenvolvimento de São Tomé	ACDST	Santiago	Praia	São Tomé
Associação Comunitária para Desenvolvimento de Pico Leão	ACDPL	Santiago	Ribeira Grande-ST	Pico Leão
Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Santana	ACDS	Santiago	Ribeira Grande-ST	Santana
Associação de Mulheres Bom Esperança	ADMBE	Santiago	Tarrafal-ST	Ribeira Prata
Associação Desportiva Andorinha Futebol Club	AD AFC	São Vicente	São Vicente	Ribeira de Calhau
Associação dos Pescadores de Salamansa	APS	São Vicente	São Vicente	Salamansa
Associação Amigos do Calhau	AAC	São Vicente	São Vicente	Calhau
Associação Nova Geração dos Pescadores de São Pedro	ANGPSP	São Vicente	São Vicente	São Pedro
Associação Comunitária Desenvolvimento de São Pedro	ACDSO	São Vicente	São Vicente	São Pedro
Associação de Criadores de Curral Tortolho	ACCT	São Vicente	São Vicente	Curral de Tortolho
Associação Mãos Unidas de Lazareto	AMUL	São Vicente	São Vicente	Lazareto
Associação Desenvolvimento Agrícola Tchon d'Holanda	ADATH	São Vicente	São Vicente	Tchon d'Holanda

Associação Comunitário para Desenvolvimento de Norte de Baía	ACDNB	São Vicente	São Vicente	Norte de Baía
Associação Desenvolvimento Comunitário Ribeira Janela	ADCRJ	Santo Antão	Paul	Janela
Associação Agroindustrial Fanja e Lombo de As Pombas		Santo Antão	Paul	Faja das Pombas
Associação de Desenvolvimento Comunitária Agua Boa do Vale		Santo Antão	Porto Novo	
Associação das Famílias "Os Verdes"		Santo Antão	Porto Novo	
Associação Amigo do Ambiente de Bombo de Santa e Losna		Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Losna
Associação Amigos para o Desenvolvimento Integrado de Boca Coruja	AADIBC	Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Boca de Coruja
Associação para Desenvolvimento Integração de Chã de Pedras	ADICP	Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Chã de Pedras
Associação Dos Filhos e Amigo para Desenvolvimento Integrado de Figueiral	AFADIF	Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Figueiral
Associação Desenvolvimento Comunitario Sol e Água de Ribeira dos Bodes e Joao Bento	ADCSARBJB	Santo Antão	Porto Novo	Ribeira dos Bodes
Top D" Miranda - Associação De Desenv. Integrado Da Comunidade Longueira A Chã Arroz	TOP D'MIRANDA	Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Chã Arroz
Associação Curral das Vacas e Cirio	CVC AGROALIMENTAR	Santo Antão	Porto Novo	Curral das vacas
Associação dos Amigos e Moradores de Ribeira de Corujinha	AAMRC	Santo Antão	Porto Novo	Ribeira de Coruja
Associação Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Porto Novo	ADCPPN	Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo
Associação Comunitária para o Desenvolvimento Integrado de Mocho	ACDIM	Santo Antão	Ribeira Grande-SA	Mocho
Associação Desenvolvimento de Penedo	ADP	Santo Antão	Paul	Vale do Penedo
Associação Comunitária AmiBarreiro	AMIBARREIRO	Maio	Maio	Barreiro
Sport Club Figueirense	SCF	Maio	Maio	Figueira da Horta
Associação Comunitária para Desenvolvimento de Figueira Seca	ACDFS	Maio	Maio	Figueira Seca
Associação Comunitária Mira Mar	ACM	Maio	Maio	Ribeira Dom João
Associação Comunitária de Morro	ACM	Maio	Maio	Morro
Associação Desenvolvimento Comunitário De Calheta	ADCC	Maio	Maio	Calheta



Associação para Desenvolvimento Comunitário De Morrinho	ADCM	Maio	Maio	Morrinho
Associação para Desenvolvimento Comunitário de Pedro Vaz	ADCPV	Maio	Maio	Pedro Vaz
Associação Nova Estrela Monte Grande	ANEMG	Fogo	São Filipe	Monte Grande
Associação Lacacã		Fogo	São Filipe	Lacacã
Associação ABC Patim	ABC PATIM	Fogo	São Filipe	Patim
Associação Jardim Batente		Fogo	São Filipe	
Associação de Desenvolvimento comunitária Agro-verde	ADCA	Fogo	São Filipe	Ponta Verde
Associação para Desenvolvimento Comunitário de Achada Mentirosa	ADCAM	Fogo	São Filipe	Achada Mentirosa
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Luzia Nunes	ADCLN	Fogo	São Filipe	Luzia Nunes
Associação Amigos de Salto	AAS	Fogo	São Filipe	Salto
Associação Juntos para o Desenvolvimento da Comunidade de Achada Furna	AJDCAF	Fogo	Santa Catarina-FG	Achada Furna
Associação Comunitária de Fonte Aleixo	ACFA	Fogo	Santa Catarina-FG	Fonte Aleixo
Associação dos Amigos Daca Balaio e Roçadas	AADBR	Fogo	Santa Catarina-FG	Roçadas
Associação de Desenvolvimento Mosteiro Trás	ADMT	Fogo	Mosteiros	Mosteiros Trás
Associação Comunitário para o Desenvolvimento de Achada Grande	ACDAG	Fogo	Mosteiros	Achada Grande
Associação Comunitário de Pai António	ACPA	Fogo	Mosteiros	Pai Antonio
Associação Desenvolvimento Comunitária Feijoal	ADCF	Fogo	Mosteiros	Feijoal
Associação Juvenil para apoio Comunitário de Relva	AJACR	Fogo	Mosteiros	Relva
Associação Comunitário de Desenvolvimento de Corvo	ACDC	Fogo	Mosteiros	Corvo
Associação Viticultores Cha	AVC	Fogo	Santa Catarina-FG	Chã das Caldeiras
Associação Montinho	A	Fogo	Santa Catarina-FG	Montinho
Associação de Solidariedade e Desenvolvimento de Praia Branca	Odju d'Água	São Nicolau	Tarrafal_sn	Praia Branca
Associação Jovens Solidários	AJS	São Nicolau	Ribeira Brava	Ribeira Brava
Associação Comunitária Gota d'Água	ACGA	São Nicolau	Ribeira Brava	Carvoeiros

Associação Novo Horizonte de Hortelã	ANHH	São Nicolau	Tarrafal-SN	Hortelã
Associação Comunitária Desenvolvimento Ribeira Brava	ACDRB	São Nicolau	Ribeira Brava	Ribeira Brava
Associação Fajã de Baixo - Mancha Verde	Mancha Verde	São Nicolau	Ribeira Brava	Fajã de Baixo
Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Queimadas	ACDQ	São Nicolau	Ribeira Brava	Queimadas
Associação Comunitária para Desenvolvimento de Lomba Tantum	ACDLT	Brava	Brava	Lomba Tantum
Associação de Nossa Senhora do Monte	ANSM	Brava	Brava	Nossa senhora do Monte
Associação Comunitária de Desenvolvimento do Lem	ACDL	Brava	Brava	Lém
Associação dos Amigos do Fajã d'água	AAFA	Brava	Brava	Fajã D'água
Associação para Desenvolvimento Comunitária da Furna	ADCF	Brava	Brava	Furna
Associação Comunitária para Desenvolvimento do Mato	ACDM	Brava	Brava	Mato

ANEXO III – ASSOCIAÇÕES ENTREVISTADAS POR ILHA, MUNICÍPIO E LOCALIDADES

Associações entrevistadas por ilha, município e localidades

Ilha e Municípios	Localidades	Número de associações entrevistadas por município	Nome das Associações
<b>Brava</b> <b>Fogo</b>	Lomba Tantum Campo Baixo Lém Tomé Barraz Furna	<b>3</b>	Associação Comunitário de Desenvolvimento de Lomba Tantum; Associação Nossa Senhora do Monte Força de União; Associação para Desenvolvimento de Lém.
<i>São Filipe</i>	Jardim São Jorge Achada Mentirosa	<b>3</b>	ACD AmiJardim/Batente; Associação de Desenvolvimento Comunitário de São Jorge e dos pescadores e peixeiras do porto de Salinas; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Achada Mentirosa.
<i>Mosteiros</i>	Relva Rocha Fora	<b>2</b>	Associação Juvenil Comunitária de Relva; Associação Comunitária de Rocha Fora.
<i>Santa Catarina-FG</i>	Cabeça Fundação Estância Roque	<b>2</b>	Associação Montado Nacional; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Estância Roque.
<b>Maio</b> <b>S. Nicolau</b>	Barreiro; Figueira; Calheta; Cascabulho.	<b>4</b>	Associação Comunitária Ami-Barreiro; Associação Comunitário para desenvolvimento de Figueira Seca; Associação para Desenvolvimento Comunitário de Salheta; Associação Comunitária Desportivo Cultural de Cascabulho.
<i>Ribeira Brava</i>	Canto de Fajã Fajã Queimadas	<b>3</b>	Associação Comunitária de Canto Fajã, Tortolho; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Fajã, Mancha Verde; Associação Comunitária para Desenvolvimento de Queimadas, ACDQ.
<i>Tarrafal</i>	Praia Branca Cabeçalinho	<b>2</b>	Associação Regional de Desporto para Pessoas portadoras de Deficiência, Carenciados e Terceira Idade, ARDEPTY; Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Cabeçalinho.

	Curral de Tortolho; São Pedro; Tchom de Holanda; Norte da Baía; Calhau.	<b>5</b>	Associação Curral de Tortolho; Associação Nova Geração de Pescadores de São Pedro; Associação para o Desenvolvimento Agrícola de Tchom de Holanda; Associação Comunitário para Desenvolvimento de Norte da Baía; Associação Agropecuária Calhau e Madeiral.
<b>S. Vicente</b>			
<b>Santiago</b>			
<i>Praia</i>	São Francisco São Tomé	<b>2</b>	Associação para o Desenvolvimento de São Francisco; Associação Comunitário para Desenvolvimento de São Tomé e Portete.
<i>São Domingos</i>	Moia Moia Ribeirão Chiqueiro	<b>2</b>	Associação Unidos para o Desenvolvimento Integrado de Moia Moia Associação Comunitária Unidos de Chã de Tinca
<i>Ribeira Grande-ST</i>	Cidade Velha Pico Leão	<b>2</b>	Associação dos Pescadores e - peixeiras de Cidade Velha, APPCV; Associação Comunitário para Desenvolvimento de Pico Leão.
<i>São Lourenço dos Órgãos</i>	Covoada Longueira	<b>2</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Covoada; Associação Pé de Monte.
<i>Santa Cruz</i>	Achada Bel Bel Santa Cruz	<b>2</b>	Associação Comunitária de Achada Bel Bel Associação Agro Santa Cruz
<i>Santa Catarina-ST</i>	Pedra Barro Serra Malagueta	<b>2</b>	Associação para Desenvolvimento de Pedra Barro; Associação os Amigos para Desenvolvimento Comunitário de Serra Malagueta.
<i>São Salvador do Mundo</i>	Leitão Grande	<b>1</b>	Associação das Mulheres de Picos
<i>São Miguel</i>	Calheta Espinho Branco	<b>2</b>	Associação Comunitária de Espinho Branco Associação dos Pescadores e Peixeira de Calheta
<i>Tarrafal</i>	Trás os Montes Colunato	<b>2</b>	ACD para Desenvolvimento Comunitário de Trás os Montes; Associação Agro-Colunato.
<b>Sto Antão</b>			
<i>Riberia Grande-ST</i>	Selada de Ribeirinha de Jorge; Mocho da Garça.	<b>2</b>	Associação Desenvolvimento Integrado Longueira e Chã de Arroz; Associação Comunitária para Desenvolvimento Integrado de Mocho – ACDIM.

<i>Porto Novo</i>	Ribeira dos Bodes; Ribeira Fria.	<b>2</b>	Associação de Desenvolvimento Comunitário Ribeira dos Bodes e João Bento; Associação Desenvolvimento Comunitário Água Boa do Vale.
<i>Paúl</i>	Fajã das Pombas	<b>1</b>	Associação Agroindustrial de Fajã e Lombo das Pombas
<b>Total</b>		<b>46</b>	